



Associação de Estudos de Segurança e Defesa Europeia
EuroDefense-Portugal

Conferência Internacional

PESCO | CEP
- Cooperação
Estruturada
Permanente

CONFERÊNCIA

10 ABRIL | 2019

AIP | SALA DOS PRESIDENTES

NOVOS DESAFIOS E OPORTUNIDADES
PARA A INDÚSTRIA DE DEFESA NACIONAL

Relatório

Organização



DEFESA NACIONAL



Parceria



EuroDefense-Portugal

Palácio Bensaúde - Estrada da Luz, 151
1600-153 Lisboa / Portugal
Telf: (+351) 213 027 207 / (+351) 913 111 076
eurodefense@defesa.pt
www.eurodefense.pt
2019

<http://www.eurodefense.pt/conferencia-novos-desafios-e-oportunidades-para-a-industria-da-defesa-nacional/>

Índice

Acrónimos	7
Nota de Abertura	9
Sumário Executivo	11
1. Boas-vindas e Enquadramento.....	13
2. Sessão de Abertura.....	13
3. Programação de Capacidades de Defesa - Nível de Ambição e Prioridades para Portugal (1º Painel).....	15
4. Plano de Ação para a Defesa Europeia - Cooperação Estruturada Permanente e Fundo Europeu de Defesa (2º Painel).....	18
5. Projetos Cooperativos de Capacidades de Segurança e Defesa - Ponto de Situação e Processos de Candidatura (3º Painel).....	23
6. Perspetiva da Indústria sobre a Participação em Projetos Cooperativos de Capacidades de Segurança e Defesa (4º Painel).....	26
7. Conclusão.....	29
8. Encerramento.....	30
Boas-vindas e Enquadramento	33
1. Boas-vindas e Enquadramento – Intervenção do Presidente da EuroDefense-Portugal, António Figueiredo Lopes.....	35
2. Boas-vindas e Enquadramento – Intervenção do Vice-Presidente da Associação Industrial Portuguesa/Câmara de Comércio e Indústria (AIP-CCI), Vítor Neto.....	37
Sessão de Abertura	39
Sessão de Abertura – Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho.....	41
1º Painel - Programação Capacidades de Defesa - Nível de Ambição e Prioridades para Portugal	47
1. Intervenção Inicial do Moderador, Marco António Costa.....	49
2. Intervenção do Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional, Nuno Pinheiro Torres.....	50
3. Intervenção do Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional/MDN, Alberto Coelho	55
4. Intervenção do Adjunto do CEMGFA para o Planeamento e Coordenação, António Martins Pereira	60
2º Painel - Plano de Ação para a Defesa da União Europeia - Cooperação Estruturada Permanente e Fundo Europeu de Defesa	69
1. Intervenção Inicial do Moderador, Jorge Aranda Pereira	71
2. Intervenção do Subsecretário-geral para Política Comum de Segurança e Defesa e Resposta a Crises, do Serviço Europeu de Ação Externa, Pedro Serrano	72
3. Intervenção do Chefe de Unidade e Estratégia Industrial e Políticas da UE, em representação da Agência Europeia de Defesa, Pieter Taal	77

4. Intervenção do Chefe da Unidade de Defesa, da Direção Geral do Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e Pequenas e Médias Empresas (GD GRWO), da Comissão Europeia, Alan Alexis	82
5. Alocação do Chefe do Departamento das Relações Internacionais da Direção Geral de Armamento e Material do Ministério da Defesa de Espanha, Carlos Avanzini	84
6. Palavra à Audiência para um período de Perguntas e Respostas	87
3º Painel - Projetos Cooperativos de Capacidades de Segurança e Defesa - Ponto de Situação e Processos de Candidatura	91
1. Intervenção Inicial pelo Moderador, Vítor Neto	93
2. Intervenção da Vogal do Conselho Diretivo do Compete 2020, Ministério Planeamento, Alexandra Vilela	94
3. Intervenção do Chefe da Divisão de Planeamento e Programação da DGRDN, MDN, José Freitas	96
4. Intervenção do representante da ANI/FCT, Fernando Carvalho	98
5. Intervenção da Vogal do Conselho Diretivo do Compete 2020, Ministério Planeamento, Alexandra Vilela	100
6. Intervenção do Chefe da Divisão de Planeamento e Programação da DGRDN, MDN, José Freitas	103
7. Intervenção do representante da ANI/FCT, Fernando Carvalho	103
8. Palavra à Audiência para um período de Perguntas e Respostas	105
4º Painel - Perspetiva da Indústria sobre a Participação em Projetos Cooperativos de Capacidades de Segurança e Defesa	107
1. Intervenção Inicial pelo Moderador, Henrique Macedo	109
2. Intervenção do Presidente do Instituto Superior Técnico, Arlindo Oliveira	110
3. Intervenção do Presidente da AED Portugal - <i>Aeronautics, Space and Defense Cluster</i> , José Neves	111
4. Intervenção do Diretor-Geral do CITEVE - <i>Textile Technology Cluster</i> , Braz Costa	113
5. Intervenção do Docente da Faculdade de Direito da UL, Marco Capitão Ferreira	116
6. Intervenção do Diretor de Aeronáutica e Defesa do CEiiA - <i>Centre of Engineering and Product Development</i> , Miguel Braga	118
7. Intervenção do Moderador, Henrique Macedo	119
8. Intervenção do Presidente do Instituto Superior Técnico, Arlindo Oliveira	120
9. Intervenção do Presidente da AED Portugal - <i>Aeronautics, Space and Defense Cluster</i> , José Neves	122
10. Intervenção do Diretor de Aeronáutica e Defesa do CEiiA - <i>Centre of Engineering and Product Development</i> , Miguel Braga	122
11. Intervenção do Diretor-Geral do CITEVE - <i>Textile Technology Cluster</i> , Braz Costa	123
12. Intervenção do Docente da Faculdade de Direito da UL, Marco Capitão Ferreira	124
Conclusão.....	127

1. Conclusão - Intervenção do Presidente da EuroDefense-Portugal, António Figueiredo Lopes	129
2. Conclusão - Intervenção do Vice-Presidente da Associação Industrial Portuguesa/Câmara de Comércio e Indústria (AIP-CCI), Vítor Neto	131
Encerramento	133
Encerramento – Intervenção do Ministro Adjunto e da Economia, Pedro Siza Vieira	135
Recomendações - Proposta de Metodologia de Acompanhamento e Operacionalização da PESCO e do Fundo Europeu de Defesa	139
1. Introdução	141
2. Metodologia	142
3. Estruturas	142
4. Processos	144
5. Conclusões	146

Acrónimos

AED	– Aeronáutica, Espaço e Defesa
AIP-CCI	– Associação Industrial Portuguesa-Câmara de Comércio e Indústria
ANI	– Agência Nacional de Inovação
BTIDE	– Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia
CARD	– Revisão Anual Coordenada de Defesa
CDP	– Plano de Desenvolvimento de Capacidades
CEiiA	– <i>Centre of Engineering and Product Development</i>
CeNTI	– Centro Nanotecnologia Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes
CITEVE	– Centro Tecnológico Indústrias Têxtil Vestuário Portugal
DGPDN	– Direção-Geral de Política de Defesa Nacional
DGRDN	– Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
EDA	– Agência Europeia de Defesa
EDIDP	– Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no Domínio da Defesa
EMGFA	– Estado-Maior General das Forças Armadas
Empordef	– Empresa Portuguesa de Defesa
EPFL	– <i>École Polytechnique Fédérale de Lausanne</i>
ETH	– <i>Eidgenössische Technische Hochschule Zürich</i>
EUMS	– Estado-Maior militar da UE
FCT	– Fundação para a Ciência e Tecnologia
FED	– Fundo Europeu de Defesa
FP7	– 7º Programa Quadro de Investigação e Desenvolvimento
GAPP-PESCO	– Grupo de Acompanhamento da Participação nos Projetos PESCO

H2020	– Horizonte 2020
idD	– Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais
I&D	– Investigação e Desenvolvimento
LPM	– Lei de Programação Militar
MDN	– Ministério da Defesa Nacional
MIT	– <i>Massachusetts Institute of Technology</i>
NATO	– Tratado de Atlântico Norte
OCDE	– Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OGMA	– Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.
PADR	– Ação Preparatória em Investigação de Defesa
PESCO	– Cooperação Estruturada Permanente
PIB	– Produto Interno Bruto
PME's	– Pequenas e Médias Empresas
SAMA	– Sistema de Apoio à Transformação Digital da Administração Pública
SWOT	– <i>Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats</i>
TRL	– <i>Technology Readiness Level</i>
UE	– União Europeia

Nota de Abertura

A Conferência Internacional sobre a “PESCO - Novos Desafios e Oportunidades para a Indústria de Defesa Nacional”, realizada sob os auspícios do Ministério da Defesa Nacional e em estreita colaboração com a AIP-CCI e a IdD – Plataforma das Indústrias de Defesa, teve como principal objetivo reunir interlocutores dos diferentes departamentos nacionais e europeus intervenientes na implementação da Cooperação Estruturada Permanente (PESCO) e na operacionalização do Plano de Ação para a Defesa da União Europeia.

Destinada, prioritariamente, às empresas e aos centros de investigação e desenvolvimento que integram a base tecnológica e industrial de Defesa, esta Conferência contribuiu para agilizar a comunicação entre as várias partes interessadas e suscitar a necessidade de se conhecerem melhor os projetos europeus e o nível de ambição e prioridades nacionais, perante as oportunidades oferecidas pelos novos instrumentos e mecanismos de financiamento destinados a desenvolver as capacidades de Defesa.

Assinalada pelos discursos do Ministro da Defesa Nacional, na sessão de abertura e do Ministro Adjunto e da Economia, na sessão de encerramento, a Conferência contou com a presença de mais de duas centenas de participantes e a intervenção de duas dezenas de oradores, que apresentaram os pontos de vistas europeus (EEAS/UE, Comissão Europeia, Agência Europeia de Defesa) e nacionais (Assembleia da República, Ministérios da Defesa Nacional, da Economia, dos Negócios Estrangeiros e da Ciência e Tecnologia), assim como as perspetivas de empresários, investigadores e especialistas.

As suas intervenções contribuíram para aumentar o conhecimento e a compreensão dos importantes desafios e oportunidades que a atual revitalização da Política Comum de Segurança e Defesa europeia proporciona às diversas áreas implicadas, tanto a nível político e militar, como no domínio da I&D e da indústria nacional.

Pode assim dizer-se que a Conferência correspondeu integralmente às expectativas dos organizadores e constituiu uma referência no debate nacional sobre as indústrias de Defesa. A importância dos temas em debate e a convicção de que este é apenas um primeiro passo no apoio à indispensável comunicação entre utilizadores, investigadores e empresas, impele-nos a propor, em anexo ao presente relatório, uma metodologia que visa a partilha continuada da informação, de modo a facilitar sinergias e compatibilizar as prioridades da política de Defesa Nacional, com as

competências e capacidades da base tecnológica e industrial do nosso país.

O Centro de Estudos EuroDefense-Portugal, membro da rede europeia de Associações EURODEFENSE, cuja missão principal consiste em promover o debate sobre a política europeia de Segurança e Defesa e suas implicações a nível nacional, regozija-se com o sucesso da Conferência, cujo relatório foi elaborado com o maior detalhe de informação, o que se justifica pela alta qualidade das intervenções e pela necessidade de as tornar acessíveis ao maior número de pessoas interessadas nos importantes temas da Segurança e Defesa europeia.

António Figueiredo Lopes

EuroDefense-Portugal

Presidente

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO DE CAPACIDADES DE DEFESA - NOVOS HORIZONTES PARA A INDÚSTRIA NACIONAL

Sumário Executivo

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO DE CAPACIDADES DE DEFESA - NOVOS HORIZONTES PARA A INDÚSTRIA NACIONAL

Sumário Executivo – Síntese das Intervenções do Vários Participantes

1. Boas-vindas e Enquadramento

Na sua intervenção para enquadramento da conferência, o Presidente do EuroDefense-Portugal, António Figueiredo Lopes, realçou a importância de uma efetiva coordenação entre os vários intervenientes, salientando a necessidade da passagem de informação à indústria nacional. Mais do que uma questão técnica trata-se de um requisito imprescindível para garantir a eficaz participação nacional em projetos PESCO.

A indispensável articulação entre os vários *stakeholders*, assim como a necessidade de se conhecerem melhor os mecanismos europeus e o nível de ambição e prioridades que sustentam as opções nacionais, em termos de programação das capacidades militares, constituem o enquadramento desta conferência, sendo também a principal motivação para este primeiro grande encontro entre interlocutores relevantes ao nível europeu e nacional.

Estas afirmações foram corroboradas pelo Vice-Presidente da AIP-CCI, Vítor Neto, que salientou, ainda, a necessidade do alargamento do diálogo sobre estas matérias.

2. Sessão de Abertura

O Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, na sua alocução, começou por salientar que o objetivo da conferência era fornecer elementos que permitam a Portugal organizar processos de decisão, no âmbito da Defesa Nacional, que integrem de forma coerente e funcional, velhas e novas variáveis. Realçou o desenvolvimento da base tecnológica e industrial de defesa, os projetos PESCO, a antecipação do Fundo Europeu de Defesa para além do futuro das participações do Estado no setor empresarial de Defesa.

Salientou que vivemos os primeiros passos de uma profunda transformação da integração europeia que tem por horizonte assegurar a capacidade de a Europa ser autossuficiente em alguns equipamentos e meios. No plano nacional, uma primeira necessidade aponta para a identificação dos projetos prioritários para a Defesa Nacional, em termos das nossas necessidades em matéria de capacidades. Para ajudar nessa identificação, foi criado um Grupo de Apoio à Participação Portuguesa na PESCO, o GAPP-PESCO, perspetivando uma visão integrada das oportunidades que a Cooperação Estruturada Permanente e a criação do Fundo Europeu de Defesa oferecem.

Acresce a necessidade de institucionalização de mecanismos de trabalho em rede dos diferentes intervenientes a nível nacional, para que se identifiquem as prioridades da nossa participação na PESCO e no futuro Fundo Europeu de Defesa, onde se insere a criação de uma metodologia para a participação portuguesa, assente numa lógica de compatibilização de investimentos e de capacidades entre a NATO e a UE.

A proposta da Comissão Europeia é que o Fundo Europeu de Defesa possa contar com 13 mil milhões de Euros, para o ciclo de financiamento 2021-2027, quer para a investigação, quer para o desenvolvimento de capacidades. Ao nível nacional o objetivo é a aproximação aos 2% do PIB dedicados à Defesa. Neste sentido, importa proceder à Identificação das lacunas e das necessidades do nosso Sistema de Forças, prevendo a Lei de Programação Militar, para este efeito, um investimento na Defesa nos próximos 12 anos de 4,7 mil milhões de Euros, o que representa uma oportunidade para alavancarmos a competitividade da indústria nacional e da investigação científica.

Realçou a necessidade de se proceder à reorganização do setor empresarial do Estado e à criação de um novo organismo que enquadre a participação do Estado nas Indústrias de Defesa e a forma como ele pode relacionar-se com o setor privado na criação de soluções estratégicas, na potenciação da inovação tecnológica e na criação de valor. Em suma, importa preceder à criação de uma entidade nacional que faça a gestão das participações do Estado, criando um interlocutor de peso, ao nível nacional, que permita investimentos cruzados e a alavancagem das Pequenas e Médias Empresas, para além da ligação às universidades e aos centros tecnológicos, para que se desenvolvam as necessárias sinergias.

3. Programação de Capacidades de Defesa - Nível de Ambição e Prioridades para Portugal (1º Painel)

O painel foi orientado para a perspetiva institucional nacional, tendo o moderador salientado a necessidade de se estabelecer um compromisso que conduza a uma cumplicidade estratégica entre as várias instituições intervenientes nos planos político e da indústria de Defesa

Na sua intervenção, o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional, Nuno Pinheiro Torres, referiu que a PESCO foi apresentada como o alicerce e a base da Defesa europeia, capaz de transformar um fragmentado processo de desenvolvimento de capacidades ao nível nacional, num coerente e uniforme processo ao nível europeu, visando o reforço da autonomia estratégica da União Europeia.

A PESCO tem uma dupla dimensão. Por um lado, o desenvolvimento de capacidades, por outro o reforço dos meios. Estrutura-se em cinco áreas e vinte compromissos, que são sindicados anualmente através dos Planos de Implementação Nacional. Tem como propósitos: alcançar os objetivos acordados relativamente ao nível das despesas de investimento em matéria de equipamentos de Defesa; aproximar os instrumentos de Defesa; reforçar a dimensão operacional da UE; colmatar as lacunas em capacidades; fomentar a participação no desenvolvimento de programas de grandes equipamentos.

No funcionamento da PESCO a ambição transferiu-se para os projetos. No espaço de menos de um ano e meio ficaram concluídas as primeiras duas *tranches* de projetos, tendo sido adotados dezassete em cada. No processo de seleção de projetos integrados na PESCO, as propostas dos Estados-membros passam por um processo de triagem com um duplo filtro, respetivamente, por uma avaliação pela Agência Europeia de Defesa e outra pelo Estado-Maior da União Europeia.

A PESCO foi concebida como uma peça fundamental de um puzzle que inclui, sequencialmente e de forma coerente, outras peças. A montante, o Plano de Desenvolvimento de Capacidades (CDP) e a Revisão Anual Coordenada de Defesa (CARD) e a jusante o Fundo Europeu de Defesa (FED). O CDP elenca as prioridades e capacidades a edificar ao nível europeu, com base nas lacunas identificadas e em função do nível de ambição acordado. O CARD, ao comparar os planeamentos nacionais de Defesa, procura identificar oportunidades de cooperação. O Fundo Europeu de Defesa irá financiar projetos multinacionais, com duas janelas – investigação e capacidades.

Vamos enfrentar dois desafios: associar as universidades, centros de investigação e desenvolvimento e empresas, através do estabelecimento de mecanismos de consulta e diálogo que permitam a partilha de informação; propor, na terceira *tranche*, um projeto liderado por Portugal. É fundamental desenvolver um mecanismo de diálogo e de concertação entre as dimensões política, militar e industrial, que poderá começar por ser o GAPP-PESCO.

O Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional/MDN, Alberto Coelho, salientou a renovação dos compromissos de Portugal no âmbito da NATO, reiterados na última cimeira de julho de 2018, no sentido de se aumentar o orçamento em Defesa na direção aos 2% do PIB até 2024.

A Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da UE, aprovada em 2016, conduziu a uma nova abordagem no investimento no setor da Defesa. No plano nacional processa-se a revisão da LPM, conciliando compromissos assumidos e novas prioridades políticas, em linha com uma visão estratégica que conjuga a Defesa Nacional com o desenvolvimento do sistema científico e o crescimento da indústria portuguesa. Tem subjacente um investimento global de 4,7 mil milhões de Euros, que não deixará de ter um impacto no Desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa (BTID).

Constituem-se projetos estruturantes para a Defesa Nacional o correspondente a 37% do total da LPM, ou seja 1,7 mil milhões de Euros. Importa assim saber potenciar a economia de Defesa, que é estratégica para a economia nacional, quer no domínio da inovação e investigação, quer como catalisador de emprego qualificado, quer ainda como veículo de reforço da internacionalização da economia portuguesa.

A revisão da LPM evidencia a correspondência entre os projetos inscritos na proposta de Lei e as onze prioridades do CDP, havendo coerência entre o planeamento da Defesa Nacional e as futuras necessidades da UE. Importa estabelecer os critérios de elegibilidade nacionais para que se possa identificar quais os projetos que poderão ser desenvolvidos de forma cooperativa, i.e., suscetíveis de integrar as iniciativas europeias e beneficiar do seu financiamento.

No quadro financeiro plurianual 2021-2027, o fundo aumentará consideravelmente o seu envelope financeiro, para 13 mil milhões de Euros e irá integrar, num único programa, as dimensões da investigação e desenvolvimento (I&D) de capacidades. A Comissão Europeia tenciona dar

início aos trabalhos de preparação do programa de trabalho, provavelmente ainda este semestre.

Realçou a importância do envolvimento neste processo de outros ministérios setoriais relevantes, através da implementação de uma estrutura de coordenação interministerial, constituída por representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, mas também do Ministério das Finanças, da Economia, da Ciência e Tecnologia e do Ensino Superior. Possibilitará: explorar mecanismos complementares de financiamento comunitário; aprofundar valências na I&D; criar uma capacidade de assistência técnica e financeira para apoio à preparação das candidaturas; assegurar a auditoria e reporte à Comissão Europeia.

Portugal irá comparticipar com cerca de 200 milhões de Euros para o Fundo Europeu de Defesa, entre 2021 e 2027, pelo que esta é também a meta mínima a que nos devemos propor alcançar, garantindo desta forma um efetivo benefício em termos de retorno para a economia nacional.

O Adjunto do CEMGFA para o Planeamento e Coordenação, António Martins Pereira, salientou que dos 34 projetos da PESCO, 15 estão de facto alinhados com aquilo que são as grandes capacidades que terão impacto no objetivo de autonomia estratégica da UE; 25 podem assumir-se como estando dentro das capacidades da NATO; 12 irão atingir a sua capacidade inicial nos próximos três anos; 22 têm uma dimensão industrial.

Sobre programação de capacidades salientou a importância de se estabelecerem cenários para o emprego das Forças Armadas, de onde decorrem as capacidades necessárias para o cumprimento das suas missões. Frisou que o sistema de forças nacional está organizado em três grandes núcleos: a Força de Reação Imediata, para as situações designadas de “emergências complexas”; Forças Permanentes de Ação de Soberania orientadas para missões típicas deste âmbito; e um conjunto modelar de forças, destinadas ao cumprimento dos compromissos internacionais.

Neste capítulo, há um nível de ambição estabelecido para cada uma das componentes do sistema de forças que serve de farol ao processo de programação. Alertou para o facto de “capacidade” não ser apenas equipamento ou material e para o facto de a LPM ser um exercício que se dirige às lacunas do nosso sistema de forças,

Salientou a necessidade de se criarem as oportunidades para que haja um robustecimento do sistema científico e tecnológico. Que o nível de ambição política é atingir cerca de 1,98 % do PIB em despesas com a Defesa até 2024. Que as receitas gerais provenientes do orçamento e das Leis de Programação Militar cifram-se na ordem dos 1,66 %, o que significa que há 0,32 % que temos que identificar outras fontes de financiamento, sendo aí que entende haver um papel efetivo para os projetos PESCO.

No tocante às prioridades para Portugal salientou as áreas: de Comando e Controlo; ciberdefesa; apoio sanitário; construção naval; informações; vigilância; informação geográfica, sendo, neste capítulo, também importante saber-se o que é que a indústria tem disponível.

Salientou como requisito de eficiência que os projetos tenham que ser avaliados, sendo importante a criação do grupo de acompanhamento, mas também o estabelecimento de uma metodologia, a criação de uma rede, a realização de *workshops* e a necessidade de estabelecer uma plataforma cooperativa que funcione em dois sentidos, respetivamente: quais são as capacidades que pretendemos construir e que são necessárias para as Forças Armadas cumprirem as suas missões; o que é que está disponível nos tecidos empresarial e científico-tecnológico. Em síntese, importa integrar a PESCO naquilo que é o Ciclo de Planeamento de Defesa Militar;

4. Plano de Ação para a Defesa da União Europeia - Cooperação Estruturada Permanente e Fundo Europeu de Defesa (2º Painel)

O painel visou a apresentação das perspetivas das diferentes instituições e organismos internacionais. O moderador salientou que esta matéria se poderá resumir em três “C”. Assim, para uma efetiva cooperação europeia em matéria de Defesa precisamos de ser “coerentes” entre todos os elementos - do Fundo Europeu de Defesa, ao CARD e a PESCO. Um segundo “C” de “complementaridade”, a começar pela complementaridade com a NATO. Um terceiro “C” de “coesão” entre os Estados-membros, não só em termos de interoperabilidade, mas também em termos económicos, industriais e tecnológicos.

O Subsecretário-geral do Serviço Europeu de Ação Externa, Pedro Serrano, referiu que estamos perante uma necessidade causada pelo contexto internacional e não uma opção. A UE tem presentemente um mercado de Defesa muito atomizado, onde a interoperabilidade entre sistemas é inexistente e os preços dos equipamentos estão inflacionados, havendo um

risco efetivo para a viabilidade da BTIDE, pelo que se pode aduzir que a indústria de Defesa da UE enfrenta uma situação de relativa ameaça.

Nos últimos dois anos a UE apresentou uma impressionante plataforma de cooperação, com: o Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no Domínio da Defesa (EDIDP), que representa a primeira fase do Fundo Europeu de Defesa; a Revisão Anual Coordenada de Defesa (CARD) dirigida para os planos nacionais de Defesa, com o objetivo de identificar oportunidades de cooperação e para saber o que é que realmente precisamos; implementou o Plano de Desenvolvimento de Capacidades (CDP) que produz recomendações aos Estados-membros com base no nível de ambição da EU no tocante à gestão de crises e proteção dos cidadãos, mas também tem em conta as necessidades da NATO e, inclusivamente, as do âmbito nacional. Um dos objetivos em causa é a coerência.

Um projeto desenvolvido através da PESCO deverá encontrar financiamento, seja através do Fundo Europeu de Defesa, seja através do EDIDP. Como é sabido, a PESCO consiste numa cooperação entre Estados. Essa é, precisamente, uma das suas grandes diferenças em relação ao Fundo Europeu de Defesa e ao EDIDP, que consistem em programas desenvolvidos pela indústria.

A PESCO não consiste apenas em projetos, mas engloba igualmente compromissos. Destacam-se três tipos de compromissos principais, nomeadamente, dirigidos: ao aumento dos orçamentos e incremento do investimento na Defesa; à cooperação em torno da produção de capacidades de Defesa; aos compromissos no âmbito do emprego operacional em conjunto. Este último atesta a existência do elemento operacional da PESCO, traduzido em maiores contributos para operações. Embora as capacidades desenvolvidas neste âmbito continuem a ser capacidades nacionais e, conseqüentemente, disponíveis para emprego no quadro da NATO, da UE, ou da ONU, ou ainda para a salvaguarda dos interesses nacionais.

Os projetos são disponibilizados no pressuposto de que os seus participantes trazem valor acrescentado em termos de tecnologia, de investimento e, obviamente, garantido a respetiva aquisição. A PESCO apoia-se num secretariado que para além de integrar o Serviço de Ação Externa da EU, inclui ainda o Estado-Maior militar da UE. Em síntese, foi criada uma plataforma colaborativa para os Estados-membros e existe presentemente

uma dinâmica que demonstra bem a importância e o interesse político que este assunto suscita. Está-se presentemente na fase da primeira avaliação em sete áreas, correspondendo aos respetivos ambientes operacionais, respetivamente: terrestre, aéreo, marítimo, espacial, ciberespaço, transversais (*enablers*) e do treino. É, pois, nestas áreas que têm vindo a ser lançados os projetos, perspetivando-se a conclusão de alguns deles dentro de três ou quatro anos.

O Chefe de Unidade e Estratégia Industrial, da Agência Europeia de Defesa, Pieter Taal, referiu, sobre a PESCO, tratar-se de compromissos em boa parte relacionados diretamente com a indústria. Realçou o facto de a UE dispor de uma diversidade de equipamentos superior à de outros quadrantes geográficos, nomeadamente EUA, a par com uma proliferação de sistemas de armas.

Alertou que não se trata de criar um “exército europeu”, porque esse claramente não é um objetivo político que esteja na ordem do dia, mas que a PESCO é um instrumento que parte das prioridades elencadas no CDP e que tem no CARD um instrumento de medição da sua eficácia. Frisou que uma parte do financiamento dos projetos deverá ser assegurado no plano nacional. No quadro europeu, o seu financiamento processa-se através do Fundo Europeu de Defesa e do EDIDP, com vista a alcançar o nível de ambição da União Europeia – a sua autonomia estratégica.

O fortalecimento da indústria europeia é um dos compromissos específicos da PESCO e, neste sentido, o processo do CARD centra-se, em boa parte, também na identificação do contributo dado pelos Estados-membros para o fortalecimento da indústria europeia. Existe também a perceção de que sendo o processo da PESCO presentemente melhor compreendido pelos Estados-membros, este irá passar a fazer parte integrante dos respetivos processos de definição de prioridades nacionais.

A sua evolução poderá levar a que passe a realizar-se em ciclos bianuais, permitindo ainda a identificação de futuras vulnerabilidades da UE. Por exemplo, é expectável que no futuro a capacidade de manobra de forças militares irá assentar numa nova geração de armas que previsivelmente irão requerer muito mais energia elétrica.

Referiu que toda esta informação está disponível no *site da internet* da EDA, tendo sido lançada, na semana anterior, uma aplicação para preenchimento de um formulário *online*, onde as empresas podem colocar

os projetos que se predispõem a encetar e deduzirem a partir daí as possibilidades de financiamento.

O Chefe da Unidade de Defesa, da GD GRWO/Comissão Europeia, Alan Alexis, referiu sobre o Fundo Europeu de Defesa que importa ter em consideração que o seu objetivo não se prende com a investigação e desenvolvimento (I&D), mas antes com capacidades, pelo que a consistência do processo representa uma prioridade para a Comissão Europeia, tendo sido tomadas em consideração quatro prioridades principais, respetivamente: assegurar a consistência do processo; garantir valor acrescentado para a UE; desenvolver a cooperação entre os Estados-membros e entre as empresas.

O objetivo não é, portanto, promover a I&D, mas obter capacidades consistentes com as prioridades estabelecidas, particularmente no quadro do Plano de Desenvolvimento de Capacidades e igualmente no quadro da PESCO. De igual forma deverá ser consistente com a NATO, assegurando que o Fundo Europeu de Defesa englobe prioridades da Aliança Atlântica que constituam uma mais-valia para a EU. Porque a Comissão não pode, obviamente, financiar todos os itens que fazem parte do CDP, é preciso identificar os que constituem uma mais-valia para a UE e que os Estados-membros não tenham capacidade de os implementar.

Salientou que o requisito de cooperação se traduz na exigência de cada projeto envolver, no mínimo, três empresas de três Estados-membros. A esta acresce a necessidade de identificar nos Estados-membros empresas com especificações técnicas comuns, impedir duplicações e assegurar um envolvimento alargado às empresas e não apenas às com maior dimensão.

Um outro aspeto relevante é o da Comissão Europeia não assegurar a totalidade do financiamento, porque se pretende que os Estados-membros sejam intervenientes no processo, suportando uma parte dos custos, na medida em que participando no seu financiamento ficarão vinculados ao produto final.

Sobre o EDIDP referiu que na semana anterior foi lançada a respetiva *call* com um teto orçamental disponível para o corrente ano de 250 milhões de Euros e que no próximo ano teremos uma nova *tranche* de 250 milhões de Euros.

O Chefe das Relações Internacionais da Direção Geral de Armamento e Material do Ministério da Defesa de Espanha, Carlos Avanzini, informou que organizaram um grupo interministerial ao nível de ministros e secretários de Estado para enquadramento desta questão, tendo como objetivo integrar a indústria no processo, através das respetivas associações e empresas de referência.

O objetivo é elaborar a lista de projetos. A Espanha lidera presentemente um projeto no quadro da PESCO, em resultado de uma situação onde se verificou a conjugação de uma prioridade nacional com a EU. Sublinhou que o nível de participação está, no entanto, condicionado à capacidade de poder financiar os projetos, havendo que estabelecer prioridades.

Alan Alexis alertou para o facto de o Tratado referir claramente que o orçamento da UE não pode financiar operações militares no quadro da Defesa e este é também o motivo pelo qual o apoio à indústria termina na fase do protótipo.

Pedro Serrano referiu que os requisitos da UE integram os estabelecidos no processo de planeamento da NATO, bem ainda como necessidades definidas no plano nacional. O processo do CARD tem por objetivo avaliar os planos de Defesa dos diferentes Estados-membros da EU, verificar o respetivo grau de envolvimento e o modo como estão a satisfazer os requisitos do processo. Por outro lado, procura identificar oportunidades adicionais de cooperação. Em síntese, ao desenvolver esta plataforma de cooperação europeia, estamos em simultâneo a apoiar a NATO. Portanto, existe uma coerência entre o Planeamento de Defesa e o CARD. O Serviço de Ação Externa da UE e a Agência Europeia de Defesa também tomam parte no comité que estabelece o EDIDP. Portanto, os diferentes elementos nestes processos convergem, sendo fácil identificar os projetos PESCO que no final irão beneficiar do financiamento do Fundo Europeu de Defesa.

Sobre a questão suscitada por Carlos Avanzini que poderá dar-se o caso de um protótipo não satisfazer os requisitos, Alan Alexis salientou que os Estados-membros não são obrigados à sua aquisição. Trata-se, contudo, de uma questão prática. Daí a convicção de que os projetos só terão *chances* de ser verdadeiramente concluídos, se houver um forte empenhamento por parte dos Ministérios da Defesa. Na fase de desenvolvimento, quando é dito que o financiamento é apenas de 50%, o Ministério da Defesa terá que assegurar a metade restante. Daí a importância do envolvimento dos

Ministérios da Defesa, sendo a melhor garantia de que no final terá sido desenvolvido um produto que estes estarão predispostos a adquirir.

5. Projetos Cooperativos de Capacidades de Segurança e Defesa - Ponto de Situação e Processos de Candidatura (3º Painel)

O painel perspetivou assegurar a interface entre as instituições e as empresas, centrando-se nos mecanismos existentes, nos programas dirigidos para o desenvolvimento da economia nacional, através do apoio às empresas, bem como as diligências para operacionalizar estes novos instrumentos de financiamento comunitário.

Sobre o assunto a Vogal do Conselho Diretivo do Compete 2020, Alexandra Vilela, salientou que temos de olhar para aquilo que é produzido em torno do setor num contexto alargado de Defesa, privilegiando processos e produtos de uso comum. Esta é a forma de mitigar o constrangimento de elegibilidade. Assim, desde instrumentos de apoio à produção do conhecimento dirigidos para a área da ciência, até incentivos de apoio ao desenvolvimento tecnológico aplicado, aos apoios diretos às empresas através de apoios à inovação produtiva, à qualificação das empresas e à sua internacionalização, tudo isto pode ser feito acautelando o requisito do uso comum, tanto na própria sociedade civil como na dimensão militar.

O COMPETE apresenta um conjunto de instrumentos salientando-se as ações coletivas dirigidas para a dinamização dos *clusters*, realçando-se que a chave do fazer mais está precisamente na clusterização. Não é claro até que ponto esses instrumentos são suficientemente conhecidos. Entre outros, existem: um conjunto de avisos para o âmbito da I&D; um concurso de apoios à internacionalização aberto em contínuo e que visa apoiar as empresas e centros de investigação a integrarem consórcios, participarem em reuniões e efetuarem deslocações a reuniões de consórcios internacionais; outro instrumento consiste nos programas europeus de I&D empresarial, que são projetos mobilizadores que visam apoiar atividades de clusterização.

O Chefe da Divisão de Planeamento e Programação da DGRDN, José Freitas, salientou que dos atuais 34 projetos Portugal participa em 17, com estatuto de participante efetivo em 6. Nos outros 11 participamos com estatuto de observador. Portugal integra na qualidade de participante o: *European Secure Software defined Radio (ESSOR)*, liderado pela França; o

Cyber Threats and Incident Response Information Sharing Platform, liderado pela Grécia; o *Maritime (semi-) Autonomous Systems for Mine Countermeasures (MAS MCM)*, liderado pela Bélgica, o *Harbour & Maritime Surveillance and Protection (HARMSPRO)*, liderado pela Itália; o *Strategic Command and Control (C2) System for CSDP Missions and Operations*, liderado pela Espanha; participa ainda no projeto mais abrangente da mobilidade militar.

Alertou para a necessidade de participar no financiamento da maior parte deles. Atualmente a Lei de Programação Militar encontra-se em fase de discussão na Assembleia da República, pelo que decorrem ainda os trabalhos ao nível do MDN sobre a decisão de continuar, ou não, nestes projetos e sobre o nosso nível de participação. Naqueles em que Portugal continuar a participar, vai ser essencial identificar as empresas a indicar aos consórcios. Ressalta a dúvida de saber até que ponto as empresas têm efetivamente conhecimento sobre estes projetos.

Foi recentemente aprovado o programa de trabalho relativamente ao EDIDP, que é destinado a financiar as empresas e não os Estados-membros. Por seu lado, na Ação Preparatória em Investigação de Defesa (PADR), que é a dimensão de investimento do Fundo Europeu de Defesa, já houve três *calls*. Portugal conseguiu, através das empresas, participar em quatro desses projetos, garantindo um retorno financeiro na volta de dois milhões de Euros.

Realçou que a Lei de Programação Militar é fundamentalmente vocacionada para o colmatar de lacunas no sistema de forças nacional e que o PADR e o EDIDP são ações preparatórias, sendo projetos piloto para a partir de 2021 termos um fundo único, embora continue a ter estas duas dimensões – de investigação e de desenvolvimento.

O representante da ANI/FCT, Fernando Carvalho, salientou que na área da Segurança, Portugal está com uma taxa de retorno das verbas que são colocadas a concurso bem superior à generalidade da média nacional. Portugal coloca no orçamento europeu cerca de 1,3% do orçamento que vai a concurso, indo buscar 1,6%, como valor de média do Horizonte 2020 para todos os temas. No caso particular da Segurança, a média chega a estar acima dos 3%, sendo isto mérito das empresas, dos centros de investigação e das universidades.

A dinâmica da Comissão, desde há muitos anos, é lançar uma *call* e ficar na expectativa que se formem consórcios internacionais que apresentem propostas, sendo selecionada a melhor. A virtude das nossas entidades nacionais na área da Segurança, é saberem muito bem colocar-se nesses consórcios.

Realçou que o PADR é a investigação na área da Defesa e o EDIDP trata de capacidades, sobretudo dirigido à indústria. O programa do PADR, apresenta pouquíssimas verbas a concurso durante 2019, mas, por outro lado, temos o EDIDP com verbas significativas a concurso. Vai agora abrir um concurso de 250 milhões de Euros para projetos na área do EDIDP para capacidades e indústria. O MDN tem algum papel na promoção, mas não parece que tenha meios financeiros para poder apoiar as empresas nacionais e, portanto, as empresas portuguesas não vão estar em pé de igualdade com a generalidade das empresas internacionais.

Em 2021 arranca o programa Horizonte Europa, arrancam também um programa na área do digital e o Fundo Europeu de Defesa. Tudo programas financiados diretamente pela Comissão Europeia com áreas de I&D. A ambição do Ministro da Ciência é que no programa Horizonte Europa, de 2021-2027, Portugal seja capaz de ir buscar um retorno de 2 mil milhões de Euros.

Os projetos PESCO vão buscar uma parte do financiamento aos programas que estão agora a avançar, contudo, trata-se apenas de uma fatia do seu financiamento, tem de haver financiamento nacional. Caso contrário, acabamos numa situação semelhante à já verificada com as Forças de Segurança, que em vez de terem participações de 400 mil Euros, têm de 40 mil ou de 70 mil Euros, porque não há capacidade orçamental nacional para acompanhar as participações nesses projetos. É fundamental que haja Lei de Programação Militar, ou outra via orçamental, com verbas efetivamente disponíveis e colocadas à disposição das empresas.

No Horizonte Europa vai haver uma área de investigação para a Defesa e o Fundo Europeu de Defesa será um só instrumento, cobrindo ambas as janelas – da investigação e do desenvolvimento de capacidades.

Alertou para o facto de as atividades do H2020 na área da Segurança serem exclusivamente civis, mas que mesmo assim as academias militares e os centros de investigação militares têm recebido importantes apoios às

suas atividades de I&D, visto terem sabido apresentar essas atividades como tendo um caráter civil.

Salientou que o verdadeiramente importante é que as empresas portuguesas, em articulação com a DGRDN, se posicionem junto daqueles que podem vir a ser ganhadores de consórcios internacionais, sendo necessário trabalhar a longo prazo.

6. Perspetiva da Indústria sobre a Participação em Projetos Cooperativos de Capacidades de Segurança e Defesa (4º Painel)

O painel teve como objetivo auscultar a perspetiva das empresas, dos centros de investigação e academia sobre o tema em apreço. À questão do moderador sobre as vantagens, inconvenientes e fraquezas perante estes novos mecanismos de financiamento, o Presidente do Instituto Superior Técnico, Arlindo Oliveira, referiu que a interação entre o tecido académico, as universidades, as empresas e as próprias Forças Armadas é um aspeto fundamental e que já existem muitos bons exemplos de cooperação entre as universidades e as empresas. Contudo, apesar de termos evoluído, ainda estamos muito longe do que seria ideal, tendo em conta que a colaboração em projetos está, necessariamente, condicionada ao respetivo financiamento.

Sobre a questão o Presidente da AED Portugal, José Neves, salientou que do ponto de vista das empresas persiste algum atraso sobre o conhecimento do que é o Fundo Europeu de Defesa e o EDIDP, para além do atraso na articulação do que é hoje o programa e do ponto em que nos encontramos, pelo que vai ser muito complicado as empresas entrarem nesta primeira fase. Fez votos para que o Ministério da Defesa possa assegurar algum suporte às empresas portuguesas, porque irão combater em pé de desigualdade.

Salientou que o mercado de Defesa não pode ser entendido como um mercado de despesa, mas antes como um que pode fomentar a indústria e as capacidades nacionais. Considera importante podermos identificar as lacunas que existem ao nível nacional, a forma como podem ser compensadas pelas capacidades das empresas e como capitalizar o respetivo *know how*.

O Diretor-geral do CITEVE, Braz Costa, salientou que neste ecossistema da indústria de Defesa quem organiza consórcios ou são empresas de grande

dimensão, ou são exatamente os institutos de I&D industrial que estão muito bem posicionados em termos europeus, com o *networking* já montado.

Realçou ser fundamental ter uma articulação com as Forças Armadas e que o êxito obtido pelo CITEVE, empregando tecnologia complexa para produzir produtos simples, deve-se a uma correta articulação com as mesmas.

Salientou haver muito mais empresas em Portugal com potencialidades para participar nestes programas do que o número de empresas que tem consciência de que pode, daí a vantagem da clusterização.

O Docente da Faculdade de Direito da UL, Marco Capitão Ferreira referiu que neste setor as coisas não se fazem sem a presença do Estado, sendo importante garantir processos que assentem numa partilha de riscos. Os laboratórios colaborativos são um modelo interessante, em que as empresas e as universidades criam uma entidade conjunta para gerir um projeto de investigação e onde ganham todos ou perdem todos.

Sobre a Lei de Programação Militar, referiu ser um investimento que nos dá uma visão previsional para doze anos. Sobre a questão das contrapartidas, lembrou que ainda existem dois tipos: o Decreto-Lei n.º 104/2011 permite a chamada participação industrial, que é uma contrapartida clássica direta à produção ou subcontratação, podendo ir até 30%; no plano europeu há ainda uma margem de flexibilidade, que ao abrigo do Art.º 396 do Tratado permite a chamada exceção de interesse essencial de segurança.

Citou o representante holandês presente num evento anterior, que referiu estar a trabalhar neste domínio há cinco anos e que o Estado Holandês, juntamente com a respetiva associação de empresas de Defesa, tinham contratado um lobista para tratar destes assuntos a tempo inteiro. Sobretudo, que tencionavam que a indústria holandesa recebesse quatro Euros por cada Euro que o Estado Holandês puser no Fundo Europeu de Defesa

Salientou que a par da grande oportunidade que a situação oferece, existe igualmente um risco do tamanho da oportunidade, sendo necessário contar com quem já cá está e com quem já sabe fazer. Há presentemente organizações a trabalhar e há empresas com experiência, pelo que temos que ter uma lógica de cooperação.

O ecossistema da Defesa português tem uma capacidade de produção e de vendas muito assinalável, vale um pouco mais do que uma Autoeuropa, sendo necessário fazer um *cluster* de *clusters* e ajustar a LPM no sentido de começar, de uma vez por todas, a separar o que são equipamentos do que é apoio à I&D. Importa saber que parte da LPM é para a aquisição e que parte é para I&D. Porque se for 90:10 é uma coisa, se for 80:20 é outra.

Valeria também a pena fazer alguma separação, até para articular melhor aquilo que vai ter que ser a componente nacional de financiamento para alguns projetos europeus. De onde é que vem a componente nacional é uma pergunta que temos que colocar. O natural seria que viesse da LPM, mas para isso temos que adaptar a estrutura da LPM para ter lá uma linha, ou mais do que uma, que diga – apoios à I&D. Quando um projeto ganhar um financiamento europeu, seja a 80% ou a 50%, este não pode ficar imediatamente penalizado pela pergunta – de onde vem o resto?

Sobre a questão formulada ao painel pelo moderador se estamos em condições e se valerá a pena empenharmo-nos nesta corrida, salienta-se a opinião de Miguel Braga, tendo lembrado que nessa manhã tinham sido referidos os 13 mil milhões de Euros do Fundo Europeu de Defesa, dos quais 200 milhões de Euros são a participação portuguesa. Trata-se, portanto, de aproveitar a maior oportunidade dos últimos anos em termos de Defesa. Referiu ser importante entrar no *supply chain* de grandes empresas internacionais para nos capacitarmos e podermos subir na cadeia de valor.

Alertou que as empresas precisam muito do Ministério da Defesa, de ver as entidades do MDN a integrarem e a trabalhar lado a lado com as empresas, para descomplexar estes processos. O desejável seria poder contar, da parte do MDN, com uma espécie de *on stop shop*, para tratar dos assuntos do Fundo Europeu de Defesa. Realçou o facto de a Direção-Geral de Política de Defesa Nacional tratar da PESCO e a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional tratar do EDIDP.

Lembrou que há várias empresas que não se veem inseridas nos mecanismos que agora estão a funcionar, embora o que fazem é do âmbito da Defesa. Muitas outras não se sentem preparadas e têm receio de falar com entidades que estão e vão gerar estes fundos de financiamento de Defesa.

Braz Costa chamou à atenção dos presentes que, em boa verdade, já comprometemos 200 milhões de Euros. Portanto, já não temos que pensar

no dinheiro e, basicamente, estamos a concorrer a 13 mil milhões de Euros, porque a verba para financiar este tipo de atividades já está reunida.

Subscreveu a opinião de que dificilmente uma empresa pode ser autossuficiente em aplicações de Defesa. Que as empresas não precisam de financiamento a 100%, considerando mais adequado designar por redução do risco. E tudo o que for redução do risco, nem que seja a 10%, 15% ou 20% já é bom. Não sendo apologista dos financiamentos a 100%, é sim apologista dos financiamentos confortáveis para reduzir o risco, embora o que gostava mesmo é que às empresas que conseguem fazer desenvolvimento de produtos competitivos, inovadores, diferenciados, lhes comprassem. Salientou que qualquer empresa do setor que saiba que vai vender, até gastava o seu próprio dinheiro em I&D.

Marco Capitão Ferreira alertou para o facto de que a questão é saber se metade das empresas presentes estará cá daqui a dez anos, porque não devemos omitir que a uniformização de capacidades na União Europeia irá conduzir a um movimento de concentração de empresas ao nível europeu. Ciente dessa inevitabilidade o Estado francês, para acompanhar o Fundo Europeu de Defesa, tinha acabado de criar um fundo soberano para defender as empresas francesas de necessidades de capitalização e para vencer os *gaps* nos *clusters*.

Em síntese, se as ameaças se concretizarem e não estivermos preparados para elas, boa parte das empresas não vão estar cá daqui a cinco ou dez anos e se a França está a preparar-se para defender as suas PME's do movimento de concentração que aí vem, então nós deveríamos estar igualmente preocupados.

7. Conclusão

Na sua intervenção de conclusão, o Vice-Presidente da AIP-CCI, Vítor Neto, salientou que persiste um problema de informação no campo empresarial das empresas de todo o país e que acarinhava a hipótese de se fazerem reuniões regionais de informação, para levar este tipo de informação a um âmbito o mais alargado possível, comprometendo-se a AIP em ser um agente ativo nesse processo.

O Presidente do EuroDefense-Portugal, António Figueiredo Lopes, salientou, como primeira conclusão, que ao nível dos diferentes departamentos ministeriais há muita coisa que está presentemente a ser feita, mas que parece não estar a passar devidamente para os principais destinatários. Recomendou que os departamentos responsáveis ao nível ministerial, passem a ser mais proativos na transferência de informação.

Citou uma afirmação do Secretário-geral do Serviço Europeu de Ação Externa, sobre o facto da evolução dos instrumentos e mecanismos de Defesa da UE não ser uma opção, mas antes uma necessidade. Sublinhou o facto das capacidades desenvolvidas no quadro da PESCO permanecem capacidades militares nacionais, passíveis de serem postas ao serviço dos objetivos da UE, coordenadas sob o ponto de vista europeu e orientadas para o interesse comum.

Apontou ainda como conclusão, que a aplicação destes fundos só é possível se do lado nacional houver uma forte sinergia entre todos os atores, desde a definição das necessidades, passando pelas empresas e pela formação de cooperações e de consórcios.

Realçou, como uma das consequências desta Conferência, a perceção da necessidade da criação de estruturas e definição de processos, que assegurem uma permanente comunicação e articulação entre as entidades da Defesa Nacional com responsabilidade nesta matéria e as restantes entidades governamentais e da sociedade civil, com vista a aprofundar a cooperação no domínio da Defesa. Horizontalmente, isto implica criar um mecanismo de cooperação entre o Ministério da Defesa Nacional, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério das Finanças, Ministério da Economia e Ministério da Ciência e Tecnologia.

8. Encerramento

O Ministro Adjunto e da Economia, Pedro Siza Vieira, na sua alocução de encerramento da conferência, salientou que o que está em causa não é apenas uma capacitação maior das capacidades de Defesa dos Estados-membros da UE, mas igualmente a afirmação europeia daquilo que são as indústrias orientadas para a Defesa. E não é exclusivamente um assunto relevante para as indústrias de Defesa, mas para todo o sistema industrial e todo o sistema científico e tecnológico europeu.

Sublinhou o compromisso nacional, no quadro dos compromissos dos Estados-membros da NATO, para caminharem no sentido de dedicarem 2% do seu produto interno bruto para despesas com a sua Segurança e Defesa. A Lei de Programação Militar está em linha com as grandes orientações e prioridades de capacitação das Forças Armadas, sendo simultaneamente importante que o crescimento da despesa pública nacional em matéria de Defesa, possa também ser aproveitado para robustecer a capacidade industrial portuguesa, dos prestadores de serviços e o sistema científico e tecnológico nacional.

O esforço que está a ser realizado pela UE irá robustecer as capacidades europeias em matéria de Segurança e Defesa e, ao mesmo tempo, tem um efeito de arrastamento muito grande daquilo que são as competências

industriais europeias. Do lado nacional, vamo-nos orientar para questões que são estratégicas, do ponto de vista da nossa Segurança Nacional e encontrar oportunidades de as nossas empresas poderem participar nesse esforço de equipamento das Forças Armadas.

Realçou que a investigação deste setor, embora possa ter uma primeira intenção militar, mas obviamente pode depois ser utilizada em muitos outros setores da nossa vida coletiva. Este novo desafio chama as empresas a posicionar-se, para não apenas conhecerem as regras de participação nestes projetos, mas também começarem, desde já, a prepararem-se para aquilo que são as competências necessárias para participar deste processo, sendo necessário acautelar a criação de estruturas de coordenação, acompanhamento e colaborativas.

Agostinho Costa

EuroDefense-Portugal

Vice-Presidente

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO DE CAPACIDADES DE DEFESA - NOVOS HORIZONTES PARA A INDÚSTRIA NACIONAL

Boas-vindas e Enquadramento

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO DE CAPACIDADES DE DEFESA - NOVOS HORIZONTES PARA A INDÚSTRIA NACIONAL

Boas-vindas e Enquadramento – Intervenção do Presidente da EuroDefense-Portugal, António Figueiredo Lopes

É com muito prazer que dirijo, em primeiro lugar, uma cordial saudação ao Senhor Ministro da Defesa Nacional, Professor João Gomes Cravinho, agradecendo reconhecidamente a honra que nos dá ao marcar com o seu discurso a abertura desta Conferência, cuja realização se fica a dever fundamentalmente ao seu empenhamento pessoal. Muito obrigado.

Gostaria de realçar e agradecer a franca colaboração do Ministério dos Negócios Estrangeiros e em especial do Dr. Jorge Aranda, Diretor para os Assuntos de Segurança e Defesa e do Representante de Portugal no Comité Político e de Segurança, Embaixador Costa Pereira, pelo apoio aos convites que dirigimos aos altos representantes das estruturas europeias mais diretamente ligadas às questões de Segurança e Defesa no Conselho, na Comissão e na Agência Europeia de Defesa. É com muito prazer que damos as boas vindas ao Embaixador Pedro Serrano, Secretário-Geral Adjunto, Alain Alexis, da Comissão Europeia e Pieter Taal, da Agência Europeia de Defesa.

É igualmente com muito prazer que saúdo a Associação EuroDefense-Espanha, nossa parceira na Rede Europeia de Associações EURODEFENSE, aqui representada pelo Vice-presidente e nosso bom amigo General Federico Yaniz Velasco. Graças à sua intermediação podemos contar hoje com a intervenção de Carlos Avanzini, alto dirigente da Direção Geral de Armamento e Material, para nos dar a perspetiva de Espanha sobre as matérias em debate.

Como foi anunciado, esta Conferência é o resultado de um esforço conjunto do Ministério da Defesa Nacional, da AIP-CCI e da Associação EuroDefense-Portugal, contando com a valiosa colaboração da idD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, que assumiu a coordenação do Painel dedicado às perspetivas da indústria nacional, o que muito agradecemos.

Mas, como não poderia deixar de ser, conta também com a adesão e participação dos vários interessados no processo de desenvolvimento da

PESCO/Cooperação Estruturada Permanente. Um processo complexo e multidisciplinar que exige a criação de sinergias entre os centros de decisão europeus e nacionais e as empresas e centros de investigação e desenvolvimento que integram a Base Tecnológica e Industrial de Defesa.

A efetiva coordenação entre os vários intervenientes no processo, assim como a passagem atempada da informação à indústria nacional, mais do que uma questão técnica, são como é evidente, um requisito imprescindível, se quisermos garantir uma eficaz participação nacional em projetos PESCO.

Esta indispensável articulação entre os vários *stakeholders* assim como a necessidade de se conhecerem melhor os mecanismos europeus e o nível de ambição e prioridades que sustentam as opções nacionais em termos de programação das capacidades militares, constituem o verdadeiro enquadramento desta Conferência. É também a principal motivação para este primeiro grande encontro de todos os interlocutores, ao nível europeu e nacional, ao nível político e técnico, oriundos da Defesa e das Forças Armadas, dos Negócios Estrangeiros, do Planeamento, da Investigação e Desenvolvimento, das empresas e dos clusters.

Todos estão representados no elenco de moderadores e de oradores. A todos agradeço a disponibilidade para nos ajudarem a compreender melhor os importantes desafios e oportunidades que a revitalização em curso da Defesa Europeia proporciona às diversas áreas implicadas.

A participação do Presidente da Comissão de Defesa da Assembleia da República, o discurso de abertura do Senhor Ministro da Defesa Nacional e a honrosa presença do Senhor Ministro Adjunto e da Economia no encerramento da Conferência são, neste sentido, sinais muito positivos que não posso deixar de sublinhar.

A concluir gostaria de chamar a vossa atenção para o elevado interesse que esta iniciativa suscitou nos vários quadrantes, com uma presença de participantes que excede as nossas previsões. E apenas esta constatação bastaria para considerarmos desde já atingidos os principais objetivos da organização.

Mas a nossa ambição e, seguramente, a vontade do Senhor Ministro da Defesa é que, ao fim do dia, os numerosos empresários, gestores e investigadores aqui presentes saiam com a certeza de que a implementação em curso de novos instrumentos europeus para a Segurança e Defesa é uma realidade em marcha, que nos coloca perante novos desafios e oportunidades para a Investigação e Desenvolvimento, para as empresas e para o desenvolvimento económico do nosso País, sem prejuízo, naturalmente, do objetivo estratégico fundamental que é o do

reforço da Defesa Nacional e da Segurança e Defesa dos interesses comuns europeus.

Boas-vindas e Enquadramento – Intervenção do Vice-Presidente da Associação Industrial Portuguesa/Câmara de Comércio e Indústria (AIP-CCI), Vítor Neto

Saliento, na qualidade de empresário e de Vice-Presidente da AIP-CCI, a importância do setor e a necessidade de se fazer um trabalho de sensibilização, esclarecimento e mobilização dos empresários para esta problemática, comprometendo-me a participar nesse desígnio. É de interesse nacional, do interesse público e da nossa posição ao nível internacional, mas também de interesse económico.

Este tema, não é uma coisa apenas para os políticos e para os militares, mas tem que ser de toda a sociedade. Aliás, acordei com o senhor Ministro da Defesa Nacional a possibilidade de fazer, na minha região, uma iniciativa deste tipo, no sentido de alargar o diálogo sobre estas matérias.

Este tema é, portanto, extremamente importante. E a AIP-CCI empenhar-se-á na divulgação dos resultados desta iniciativa, para mobilizar os empresários, no sentido de mobilizar também o país para estas questões.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO DE CAPACIDADES DE DEFESA - NOVOS HORIZONTES PARA A INDÚSTRIA NACIONAL

Sessão de Abertura

Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO DE CAPACIDADES DE DEFESA - NOVOS HORIZONTES PARA A INDÚSTRIA NACIONAL

Sessão de Abertura – Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho

Vou ser direto nas minhas palavras: as expectativas para este seminário são elevadas. Esta não deve ser entendida como apenas mais uma ocasião para debater as oportunidades inerentes à Defesa Europeia, nomeadamente no desenvolvimento de uma indústria europeia de defesa. Este seminário tem o objetivo claro de fornecer elementos que permitam a Portugal organizar processos de decisão, no âmbito da Defesa Nacional, que integrem de forma coerente e funcional, velhas e novas variáveis, como o desenvolvimento da base tecnológica e industrial de defesa, os projetos PESCO, a antecipação do Fundo Europeu de Defesa ou o futuro das participações do Estado no setor empresarial de defesa.

Por isso, quero deixar um agradecimento público à Associação Industrial Portuguesa, na pessoa do seu presidente Dr. José Eduardo Carvalho, e ao EURODEFENSE na pessoa do seu presidente Dr. António Figueiredo Lopes, que, em boa hora, se associaram ao Ministério da Defesa neste desígnio nacional de ajudar a definir novas linhas de coerência para nossa participação nestas oportunidades europeias.

Agradeço particularmente aos nossos oradores, aos estrangeiros que vieram partilhar connosco as perspetivas da União Europeia, e aos portugueses, que se juntam a nós hoje para oferecer as suas visões sobre aquilo que já se faz, e sobre aquilo que se poderá fazer mais e melhor.

As razões para avançarmos com este processo de planeamento estratégico, que é urgente, são várias. Mas a mais saliente é, sem dúvida, o avanço significativo que a defesa europeia tem tido. Sob liderança da Comissão Europeia e com o entusiasmo dos Estados membros, vivemos hoje os primeiros passos de uma profunda transformação da integração europeia. Finalmente, 65 anos depois do “não” histórico da Assembleia Parlamentar francesa à criação de uma Comunidade Europeia de Defesa, em 1954, temos hoje as instituições europeias – Comissão, Conselho e, ainda de forma limitada, o Parlamento Europeu – a sustentar a criação de uma União Europeia de Defesa.

A Comissão Europeia é já hoje o quarto maior investidor na defesa europeia, depois do Reino Unido, da França e da Alemanha. A defesa europeia está a desenvolver-se, os Estados membros estão a preparar-se, e as indústrias nacionais estão a identificar formas de participar neste novo impulso. O debate está a ser feito com os cidadãos europeus e a minha convicção é que a defesa europeia será a breve trecho uma realidade concreta e palpável, nomeadamente na capacidade de a Europa ser autossuficiente em alguns equipamentos e meios, definindo as estruturas de comando e controlo que lhe garantam direção estratégica e operacional.

O tempo de Portugal se posicionar neste processo é agora. Começámos de forma hesitante e pouco estruturada, porventura como a maior parte dos outros países, mas é urgente que se definam rumos, prioridades e linhas de ação que permitam às Forças Armadas continuar a beneficiar da modernização e do desenvolvimento tecnológico subjacentes à nossa participação nos quadros multilaterais – como temos feito no âmbito da NATO – e que permita também à sociedade portuguesa beneficiar do desenvolvimento de novas dinâmicas científicas e tecnológicas, de onde poderão advir significativos benefícios económicos e de bem-estar social.

A prioridade é, pois, organizar a nossa casa – a da Defesa. E já o estamos a fazer.

Com a decisão do Governo de participar na Cooperação Estruturada Permanente abriram-se novas oportunidades e novas exigências à Defesa Nacional. Uma primeira necessidade é a de identificar os projetos prioritários para a Defesa Nacional, em termos das nossas necessidades em matéria de capacidades. Para ajudar nessa identificação, elaborei um despacho com vista à criação de um Grupo de Apoio à Participação Portuguesa na PESCO, o GAPP-PESCO – composto por diversas entidades do Ministério da Defesa Nacional, das Forças Armadas, contando também com representantes de outras áreas governativas, incluindo os Negócios Estrangeiros, a Economia, a Ciência e Tecnologia e as Infraestruturas, bem como representantes do setor industrial.

Esta é a constelação de agentes necessários à alavancagem de uma Defesa Nacional plenamente integrada no novo contexto europeu e euro-atlântico, e todos são indispensáveis. Espera-se que do trabalho conjunto destas entidades seja possível desenvolver uma visão integrada das oportunidades que a Cooperação Estruturada Permanente e a criação do Fundo Europeu de Defesa oferecem para a criação de valor para todas as áreas envolvidas.

A realização deste seminário e os mecanismos de acompanhamento que estão previstos complementam o impulso inicial dado com a criação do Grupo de Apoio. A partir daqui espera-se a institucionalização de

mecanismos de trabalho em rede destes diferentes intervenientes a nível nacional, para que se identifiquem as prioridades da nossa participação na PESCO e no futuro FED e possamos, assim, posicionar-nos de forma racional e pró-ativa nestes processos que serão determinantes para o futuro da Europa.

É assim fundamental que este processo de consulta e de envolvimento seja mantido e sustentado nas próximas etapas, criando lastro, conhecimento partilhado e visão comum. Espera-se que daqui resulte a criação de uma metodologia nacional para a participação portuguesa nos projetos PESCO e no FED, que nos permita ter ambição de melhor responder aos desafios que a Defesa nacional e europeia irá enfrentar no futuro próximo, numa lógica de compatibilização de investimentos e de capacidades entre a NATO e a UE.

Vale a pena recordar o que está em jogo. A proposta da Comissão Europeia é que o Fundo Europeu de Defesa possa contar com 13 mil milhões de Euros, para o ciclo de financiamento 2021-2027, quer para a investigação, quer para o desenvolvimento de capacidades. Este financiamento será complementado pelo instrumento *Connecting Europe*, com 6,5 mil milhões de Euros para melhorar as infraestruturas de transporte estratégico na Europa, e complementado também, ao nível da investigação e inovação, pelo futuro programa Horizonte Europa, com uma proposta de 100 mil milhões de Euros.

Não podemos esquecer que, para além das oportunidades no âmbito da UE, Portugal assumiu junto dos seus parceiros NATO, em 2014, o objetivo de se aproximar de 2% do seu PIB dedicado à Defesa, o que nos coloca numa situação de enorme responsabilidade para que esta oportunidade seja plenamente aproveitada em benefício do país e de todos os cidadãos.

Uma parte significativa do trabalho de identificação das lacunas e das necessidades do nosso Sistema de Forças, foi feito no âmbito da revisão da Lei de Programação Militar, que está agora em apreciação na Assembleia da República. A proposta aí apresentada prevê investir na Defesa, nos próximos 12 anos, 4,7 mil milhões de Euros. Estes podem ser números modestos do ponto de vista europeu, mas eles representam um esforço muito substancial para o orçamento nacional, fruto de uma visão amplamente partilhada no espectro político nacional, de que a Defesa é uma área de soberania fundamental, que garante retornos importantes para o país e que, por isso mesmo, requer investimento sustentado.

A Lei de Programação Militar contempla, por isso, um importante aumento de financiamento para novos equipamentos. E queremos que ele seja também uma alavanca importante para a participação nacional no processo da PESCO. Para além de equipar devidamente as Forças Armadas

ao longo da próxima dúzia de anos, a LPM representa uma oportunidade para alavancarmos a competitividade da indústria nacional, e da investigação científica que aqui se faz, contribuindo para que Portugal tenha capacidade proactiva em áreas estruturantes da nossa Defesa, com capacidade competitiva em diversos setores de especialização.

O trabalho de reorganização do setor empresarial do Estado na área da defesa é outra dimensão crucial para podermos beneficiar deste novo contexto. Esse é um trabalho que estamos já a fazer, no âmbito da liquidação da Empordef que está em curso, para que daí possa nascer uma nova instituição renovada, racionalizada e dinâmica. Temos atualmente uma visão clara sobre qual deve ser a participação do Estado nas Indústrias de Defesa e de como ele pode relacionar-se com o setor privado na criação de soluções estratégicas, na potenciação da inovação tecnológica e na criação de valor para a nossa economia e para a nossa defesa.

O Estado mantém uma função essencial neste que é um setor de importância estratégica para a soberania e a Defesa Nacional, especialmente quando vemos que a Defesa evolui de forma vertiginosamente rápida, ao sabor dos avanços tecnológicos. Mas em todo este processo, o Estado não pode nem deve ter a pretensão de se substituir aos privados. Deve antes identificar caminhos para parcerias que criem valor acrescentado para os nossos cidadãos e que garantam o cumprimento das funções essenciais da Defesa Nacional.

Estamos por isso a rever a Resolução de Conselho de Ministros sobre a Base Tecnológica e Industrial de Defesa, de 2010, para que ela se possa adequar ao novo contexto europeu. As sinergias importantes que são necessárias no plano industrial e tecnológico não foram conseguidas ainda, apesar de alguns exemplos de sucesso, como é o caso na aeronáutica. A transformação em curso da Base Tecnológica e Industrial de Defesa, exige-nos a estruturação de uma entidade nacional que faça a gestão das participações do Estado nas empresas, de acordo com o mercado e de acordo com as oportunidades existentes no nível europeu. Com este passo, podemos ambicionar criar um interlocutor de peso, ao nível nacional, que permita investimentos cruzados e a alavancagem das Pequenas e Médias Empresas num mercado europeu que se adivinha extremamente competitivo.

As alterações que temos em vista devem igualmente assegurar a ligação às universidades e aos centros tecnológicos para que se desenvolvam as necessárias sinergias entre indústria de defesa e indústria tradicional, potenciando assim os recursos disponíveis, quer seja no âmbito da Lei de Programação Militar ou da PESCO ou do Fundo Europeu de Defesa.

A Política de Defesa Nacional irá sempre definir-se tendo por base como objetivo central a defesa de Portugal e dos portugueses. Por isso, a primeira linha de reflexão sobre que tipo de oportunidades podem e devem ser exploradas no âmbito deste novo contexto de investimento na Defesa é, e será sempre, a manutenção e preparação de capacidades de resposta das nossas Forças Armadas face aos riscos e ameaças que podem afetar o país.

É certo que convivem visões distintas sobre a melhor forma de o fazer – como é natural em democracia. Existem por exemplo receios de uma especialização excessiva no mercado europeu de defesa, mas considero que uma gestão inteligente permite obviar esse risco. De forma semelhante, as discussões em torno de um hipotético “exército europeu” não avançam o debate no sentido necessário; pelo contrário, criam dificuldades e distrações indesejáveis. A “Europa da Defesa” deve ser pensada para reforçar as defesas nacionais, acentuar os espaços de cooperação estratégica no plano da União Europeia, e complementar a defesa euro-atlântica em que muitos Estados membros da UE já participam. É neste equilíbrio que o futuro se desenhará.

Existem aqui tremendas oportunidades de criação de valor e de potenciação da economia, e dos nossos setores tecnológicos e industriais. As virtualidades socioeconómicas que estão ao nosso alcance representam simultaneamente avanços da maior importância para a nossa defesa, e é nesse processo de reforço mútuo entre defesa e indústria que temos de saber apostar.

Termino, renovando o meu agradecimento aos organizadores e aos oradores, e desejando a todos um excelente e profícuo dia de trabalhos.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO DE CAPACIDADES DE DEFESA - NOVOS HORIZONTES PARA A INDÚSTRIA NACIONAL

1º Painel

Programação de Capacidades de Defesa - Nível de Ambição e Prioridades para Portugal

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO DE CAPACIDADES DE DEFESA - NOVOS HORIZONTES PARA A INDÚSTRIA NACIONAL

1º Painel - Programação de Capacidades de Defesa - Nível de Ambição e Prioridades para Portugal

O 1º Painel foi orientado para a perspetiva institucional nacional tanto por parte do Ministério da Defesa Nacional (MDN), através das suas Direções-Gerais, como do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA).

Visou a apresentação das orientações políticas para a operacionalização, no plano nacional, da Cooperação Estruturada Permanente (*Permanent Structured Cooperation – PESCO*) e do Fundo Europeu de Defesa (*European Defense Fund*).

Perspetivou, igualmente, a correlação da implementação dos projetos PESCO com os Planos Nacionais de Implementação (INP), em sintonia com as capacidades prioritárias do *Capability Development Plan 2018 (CDP)*, com a Lei de Programação Militar e os grandes objetivos da Defesa Nacional no tocante ao desenvolvimento de capacidades.

O Painel foi moderado pelo Deputado à Assembleia da República e Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, Marco António Costa. Contou com a participação dos seguintes oradores:

- Nuno Pinheiro Torres, Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional/MDN.
- Alberto Coelho, Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional/MDN;
- António Martins Pereira, Adjunto do CEMGFA para o Planeamento e Coordenação;

1. Intervenção Inicial do Moderador, Marco António Costa

Portugal deverá tomar como referência países como a França, onde de há dezassete anos a esta parte, todos os meses de setembro, é promovido um encontro entre o setor da Defesa e a indústria. Este evento conta com a participação de vários países convidados, sendo aí também debatidas matérias do âmbito geopolítico e geoestratégico de interesse para a Defesa Nacional, a par com a evolução das indústrias da Defesa e do desenvolvimento de capacidades militares.

Concomitantemente, decorre uma grande exposição de meios, para que os convidados se possam inteirar do estado-da-arte no desenvolvimento tecnológico da indústria militar francesa. O certame conta ainda com mesas de trabalho para que os representantes das empresas possam apresentar estas tecnologias, nomeadamente aos representantes de Forças Armadas dos países estrangeiros aí presentes.

Seria desejável replicar uma iniciativa desta natureza em Portugal, realçando-se a necessidade de se estabelecer um compromisso que conduza a uma cumplicidade estratégica entre as várias instituições intervenientes nos planos político e da indústria de Defesa do nosso país.

É de salientar que esta “Universidade da Defesa” conta com ao alto patrocínio do Presidente da República Francesa e com o empenhamento do Senado e da Câmara dos Deputados, que durante os três dias do certame se fazem representar através dos presidentes das duas comissões. O Ministro da Defesa Nacional e o CEMGFA francês são igualmente presenças constantes, atestando que os franceses não têm constrangimentos em afirmar a convergência entre os interesses estratégicos da sua indústria de Defesa e o compromisso público do Estado na defesa destes valores.

Referiu que gostaria de ver a Comissão Parlamentar de Defesa Nacional mais envolvida neste tipo de iniciativas concretas, realçando a importância da presente conferência, em linha com o interesse nacional, empenhando todos os atores importantes no desenvolvimento desta área.

2. Intervenção do Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional, Nuno Pinheiro Torres

Apresentou como seu objetivo fazer o enquadramento político da iniciativa, centrada na Cooperação Estruturada Permanente, citando um *twit*, enviado pelo presidente da comissão europeia, Jean Claude Juncker, em 11.12.2017 – “*She is awake, the Sleeping Beauty of the Lisbon Treaty: Permanent Structured Cooperation is happening. I welcome the operational steps taken today by Member States to lay the foundations of a European. Our security cannot be outsourced*”.

Realçou que os membros da União Europeia (UE), ao terem acordado a implementação da PESCO lançaram os alicerces para uma União de Defesa Europeia. A PESCO é assim apresentada como o alicerce e a base da Defesa europeia, uma espécie de processo alquímico capaz de transformar um fragmentado processo de desenvolvimento de capacidades ao nível nacional, num coerente e uniforme processo ao nível europeu.

Olhando com realismo esta iniciativa, se for bem-sucedida, pode constituir um catalisador do investimento de Defesa, tornando a Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia (BTIDE) mais competitiva e, simultaneamente, contribuir para o reforço da autonomia estratégica da União Europeia, ou, citando o Ministro da Defesa Nacional, para a sua autossuficiência estratégica.

A PESCO está prevista no Tratado de Lisboa, que entrou em vigor em 2009. Constitui um quadro institucional de cooperação à disposição dos Estados-membros cujas capacidades militares preencham critérios mais elevados e que tenham assumido compromissos mais vinculativos na matéria, tendo em vista a realização das missões mais exigentes (Art.º 42º, 6. do Tratado e Lisboa), para se associarem através de uma cooperação reforçada, visando o desenvolvimento das suas capacidades de Defesa.

Este instrumento, embora aberto a todos os Estados-membros, pela sua própria natureza foi previsto para uma participação limitada a certos Estados. Seria uma iniciativa num outro pilar daquilo que é o projeto europeu, neste caso da Segurança e Defesa. Iria criar uma integração diferenciada, mais uma geometria variável numa União Europeia que já anda a várias velocidades, em que um grupo de Estados com mais ambição e maior capacidade operacional, iria avançar mais depressa através de projetos colaborativos multinacionais.

Na sua essência a PESCO tem uma dupla dimensão. Por um lado, o desenvolvimento de capacidades, por outro o reforço dos meios disponíveis para serem empenhados operacionalmente. Em boa verdade, estas duas dimensões estão interligadas, e isso é bem visível nos compromissos que os Estados assumem em cinco áreas, ao participarem na PESCO, compromissos esses que estão previstos no Protocolo n.º 10.

Importa referir brevemente estas áreas, que constituem a contrapartida sob a forma dos vinte compromissos que são sindicados anualmente através dos Planos de Implementação Nacional, para os Estados que voluntariamente decidiram aderir:

- Em primeiro lugar, cooperar no sentido de alcançar os objetivos acordados relativamente ao nível das despesas de investimento em matéria de equipamentos de Defesa. Estão aqui em causa, essencialmente, os *benchmark* coletivos adotados em 2007 pelo Comité Diretor da Agência Europeia da Defesa (EDA);
- Em segundo lugar, na medida do possível, aproximar os instrumentos de Defesa, harmonizando, nomeadamente, a identificação das necessidades militares, colocando em comum e, se for caso disso, especializando os seus meios e capacidades de Defesa, incentivando

a cooperação nos domínios da formação e da logística. Para a sua concretização, foi lançado um outro instrumento – o CARD;

- Em terceiro lugar, tomar medidas concretas para reforçar a disponibilidade, a interoperabilidade, a flexibilidade e a capacidade de colocação das suas forças no terreno. E aqui está a dimensão operacional;
- Em quarto lugar, cooperar no sentido de garantir que os Estados-membros participantes tomem as medidas necessárias para colmatar, designadamente, através de abordagens multinacionais e sem prejuízo de compromissos assumidos no âmbito do Tratado do Atlântico Norte, as lacunas constantes no âmbito do mecanismo de desenvolvimento de capacidades;
- Em quinto lugar, participar, se for caso disso, no desenvolvimento de programas comuns, ou europeus, de grandes equipamentos, no âmbito da Agência Europeia de Defesa (EDA).

E quando foi despertada esta “bela adormecida”? A detioração do contexto securitário na Europa, na sua vizinhança próxima a Leste e a Sul implicou a revisão do documento estratégico de Defesa, datado de 2013. Revisão essa que culminou com a apresentação, em junho de 2016, da nova Estratégia Global da UE, coincidente temporalmente com o referendo no Reino Unido em que foi votada a saída da UE.

Na sequência da Estratégia Global e para a concretizar, foi desenvolvido um novo documento, contendo o Plano de Implementação no Domínio da Defesa. Esse plano de implementação, aprovado em novembro de 2016, incluía entre as várias propostas de ação, a ativação da PESCO, tal como previsto no Tratado de Lisboa e no Protocolo n.º 10.

Um ano depois, a 11 de dezembro de 2017, após um processo negocial particularmente célere, o Conselho da UE adotou a decisão que estabeleceu a PESCO. Ora nos meses em que decorreu esse processo negocial, duas visões confrontaram-se sobre o tipo de cooperação desejada. Uma que apostava na ambição, outra na inclusividade. Como é sabido, o resultado final pendeu para esta última, significando ambição. Estão praticamente todos os Estados-membros envolvidos na PESCO, com exceção de Malta, o Reino Unido em processo de saída e a Dinamarca com a cláusula de *opt out*, que compreensivelmente não integraram este mecanismo.

Com a organização em módulos, como a PESCO funciona, a ambição transferiu-se para os projetos. No espaço de menos de um ano e meio, ficaram concluídas as primeiras duas *tranches* de projetos, tendo sido

adotados dezassete em cada uma delas. Temos então, atualmente, trinta e quatro projetos em curso.

Sobre a nossa participação nos projetos será feita uma apresentação pelo Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), contudo, não obstante este início pujante quanto ao número de projetos lançados, registre-se que o processo de regulamentação da PESCO ainda nem sequer está concluído, pois falta aprovar as regras relativas à participação de terceiros Estados em projetos PESCO.

Que balanço fazer deste fulgor inicial? No relatório anual sobre o estado-da-arte da implementação da PESCO, de 25.03.2019, a Alta Representante da União Europeia para a Política Externa e de Segurança / Vice-Presidente da Comissão, Federica Mogherini, reconheceu que os trinta e quatro projetos ainda estão numa fase preparatória. Realça-se que tendo sido dezassete lançados há mais de um ano, até 2022 apenas doze vão atingir a capacidade operacional inicial.

Por outras palavras, o arranque da PESCO foi tímido, diria mesmo, prematuro quanto à primeira *tranche* de projetos. Realce-se que os primeiros dezassete projetos foram decididos alguns meses ainda antes da adoção das próprias regras de governação que são comuns à PESCO.

Não deixa de ser curioso realçar a pressa, algo inusitada, de apresentar resultados imediatos. Daí que a Alta Representante, ciente deste arranque algo titubeante recomende, no referido relatório ao Estados-membros, que para se obterem resultados tangíveis se concentrem na efetiva implementação das propostas PESCO, com a finalidade de alcançar o resultado desejado.

Sobre o processo de seleção de projetos a serem integrados na PESCO, convém referir que as propostas dos Estados-membros participantes passam por um processo de triagem com um duplo filtro. A avaliação pela Agência Europeia de Defesa e pelo Estado-Maior da União Europeia. A experiência das duas primeiras *tranches*, diria não totalmente satisfatória pelos resultados, permitiu retirar lições aprendidas que serão aplicadas nos próximos processos de identificação, avaliação e seleção de projetos.

Constitui a PESCO o alicerce da União Europeia de Defesa? O alicerce não! Diria mais um dos seus alicerces, se para lá caminarmos e se for bem-sucedida. A PESCO foi concebida como uma peça fundamental de um puzzle que inclui, sequencialmente e de forma coerente, outras peças. A montante, o Plano de Desenvolvimento de Capacidades e a Revisão Anual Coordenada de Defesa (CARD) e a jusante o Fundo Europeu de Defesa (FED).

Sinteticamente, o Plano de Desenvolvimento de Capacidades elenca as prioridades e capacidades a edificar ao nível europeu com base nas lacunas identificadas e em função do nível de ambição acordado. O CARD dá-nos o panorama completo das capacidades existentes e a desenvolver por cada Estado-membro e ao comparar os planeamentos nacionais de Defesa, procura identificar oportunidades de cooperação. O Fundo Europeu de Defesa irá financiar projetos multinacionais, com duas janelas – investigação e capacidades.

Numa imagem mais simples, a PESCO é a ferramenta à disposição dos Estados-membros para os dotar, colaborativamente, de capacidades de Defesa. A “cenoura” para os convencer a fazê-lo de forma cooperativa.

E Portugal, que razões justificaram a decisão política da nossa participação?

- Em primeiro lugar Portugal é favorável ao projeto de integração europeia, participando em todas as suas dimensões, como é o caso da moeda única ou do espaço Schengen. Sendo, igualmente, apoiante do desenvolvimento de um pilar de Defesa da UE, em complementaridade com a nossa participação na Aliança Atlântica. A adesão a este mecanismo de cooperação reforçada seria natural;
- Em segundo lugar, são evidentes as vantagens do desenvolvimento cooperativo de capacidades, através de projetos multinacionais, permitindo suprir lacunas capacitárias através de economias de escala na investigação e desenvolvimento, certificação, produção e manutenção. A que acresce, pela partilha dos mesmos requisitos, a garantia *ab initio* da interoperabilidade dos meios resultantes desses processos colaborativos;
- Em terceiro lugar, a possibilidade de envolver a nossa indústria de Defesa em projetos multinacionais, com o acesso a um pacote de fundos europeus de Defesa.

A dimensão industrial foi um fator decisivo na decisão política, considerando as oportunidades de acesso a parcerias com centros de investigação e empresas de outros países europeus, capazes de fomentar a inovação, a eficiência e a competitividade da nossa Base Tecnológica e Industrial de Defesa (BTID).

Termino com aqueles que são, em minha opinião, os dois desafios que vamos enfrentar no que ao relacionamento com a BTID diz respeito:

- Em primeiro lugar, associar as universidades, os centros de investigação e desenvolvimento e as empresas nacionais aos projetos em que participamos ou em que viremos a participar, através do estabelecimento de mecanismos de consulta e diálogo que permitam

a partilha de informação, a densificação de oportunidades de inclusão nos respetivos projetos e o consequente acesso a fundos europeus;

- Em segundo lugar, avaliar o interesse de propor um projeto liderado por Portugal na terceira *tranche*, cuja *call* será lançada ainda este ano.

A “bela adormecida”, ou PESCO, despertou num mundo crescentemente instável, onde a competição entre as grandes potências sobressou, o multilateralismo regride e o progresso tecnológico, em especial no mundo digital, está a revolucionar os sistemas de armas. Atenta à dimensão das Forças Armadas dos países europeus e à fragmentação das suas capacidades militares, se a União Europeia não deseja que a sua segurança fique dependente de *outsourcing*, impõe-se uma cooperação reforçada no domínio da Defesa.

A PESCO fará o seu caminho, mas o seu sucesso vai depender de uma vontade genuína dos Estados-membros em propor projetos estratégicos à escala europeia e que não se limitem a proteger interesses industriais nacionais. A PESCO está na sua infância e os trinta e quatro projetos ainda em fase embrionária. O Regulamento do Fundo Europeu de Defesa segue o seu processo negocial no Parlamento Europeu.

Contudo, se pretendermos aproveitar esta oportunidade, é fundamental desenvolver, desde já, um mecanismo de diálogo e de concertação entre as dimensões política, militar e industrial, que potencie a nossa participação neste instrumento privilegiado de desenvolvimento de capacidades à escala europeia. E vamos trabalhar para que esse mecanismo seja o GAPP-PESCO (Grupo de Acompanhamento da Participação nos Projetos PESCO), aqui hoje anunciado pelo Ministro da Defesa Nacional.

3. Intervenção do Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional/MDN, Alberto Coelho

Relativamente ao tema do primeiro painel, “Programação de Capacidades de Defesa – Nível de Ambição e Prioridades para Portugal”, gostaria de partilhar a visão da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, a partir de quatro pontos:

- Onde nos encontramos?
- Para onde queremos ir?
- Fundo Europeu de Defesa;
- Principais desafios para a Defesa Nacional.

Relativamente ao primeiro ponto (onde estamos?), sintetizam-se de seguida o âmbito das competências da Direção-Geral de Recursos da Defesa

Nacional e o processo de preparação da nova Lei de Programação Militar (LPM).

Destaca-se, em primeiro lugar, o contexto em que a LPM para os próximos doze anos foi pensada e programada. Foi, de facto, um contexto muito diferente do em que se aprovaram as anteriores Leis de Programação Militar. Com efeito, para além dos renovados compromissos de Portugal no âmbito da NATO¹, reiterados na última cimeira de julho de 2018, no sentido de se aumentar o orçamento de Defesa de forma gradual e sustentada, o contexto ao nível da União Europeia alterou-se substancialmente.

De facto, a Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da UE, aprovada em 2016, marcou definitivamente uma nova etapa em que, pela primeira vez, existe um financiamento europeu específico destinado a projetos de Defesa. E este é um enorme passo, diria mesmo, um revolucionário passo em matéria de política europeia para a Defesa.

A Segurança e Defesa passam a assumir prioridade política nas agências dos Estados-membros. Inverte-se a lógica marcada por um ciclo de desinvestimento público a que se vinha assistindo nas últimas décadas, para um novo ciclo de investimentos estruturantes. E, não menos importante, há uma nova abordagem no investimento no setor da Defesa, assente numa visão integrada da Defesa, da inovação e tecnologia, e da economia.

Assim, o processo de revisão da LPM teve como principal objetivo a adequação dos recursos financeiros à edificação e sustentação das capacidades do sistema de forças, centrando o investimento nas áreas em que a intervenção das Forças Armadas é mais prioritária. Conciliando compromissos assumidos e novas prioridades políticas, em linha com uma visão estratégica, que conjuga a Defesa Nacional com o desenvolvimento do sistema científico e com o crescimento da indústria portuguesa.

A materialização da LPM, com um investimento global de 4,7 mil milhões de Euros, deverá ter um impacto positivo na economia, na investigação e na ciência, aprofundando o seu alinhamento com o desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa (BTID). Qualquer Euro de investimento em equipamentos de Defesa deverá, preferencialmente, ser também um Euro no sistema científico e tecnológico, e um Euro no nosso tecido industrial.

A consolidação e desenvolvimento do *cluster* aeronáutico, da indústria de construção naval e dos setores têxtil, de comunicações e de controlo, a par da capacidade de ciberdefesa, constituem-se como projetos estruturantes para a Defesa Nacional, correspondendo a 37% do total da LPM, ou seja, 1,7 mil milhões de Euros.

¹ Basicamente do aumento do investimento em defesa em direção aos 2% do PIB até 2024.

Trata-se assim de saber potenciar a economia de Defesa, que é estratégica para a economia nacional, quer no domínio da inovação e investigação, quer como catalisador de emprego qualificado. Quer como veículo de reforço da internacionalização da economia portuguesa, com a criação e adequação dos produtos, estimulando a interoperabilidade e a consequente participação no mercado europeu.

É neste contexto que nos propomos partilhar o segundo ponto da presente reflexão – para onde queremos ir? Ou seja, qual o nível de ambição que queremos atingir?

- Em primeiro lugar, importa referir que a Agência Europeia de Defesa produz planos de desenvolvimento de capacidades (CDP) desde 2008, em estreita colaboração com os seus Estados-membros. O Plano de Desenvolvimento de Capacidades é atualizado regularmente, tendo a versão mais recente em julho de 2018. Possui um significado estratégico da maior importância por servir de referência para a implementação das principais iniciativas da Defesa da EU, designadamente, a Revisão Anual Coordenada de Defesa (CARD), a Cooperação Estruturada Permanente (PESCO) e o Fundo Europeu de Defesa (FED), lançados na sequência da adoção da já mencionada Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança, em 2016.
- Cientes da sua relevância no decurso da revisão da LPM, houve a preocupação de evidenciar a correspondência entre os projetos inscritos na proposta de Lei e as onze prioridades do CDP. Da mesma forma, é possível agregar as onze prioridades do Plano de Desenvolvimento de Capacidades em diferentes áreas ou domínios, sendo certo que esta correlação é essencial para assegurar a coerência entre o planeamento da Defesa Nacional e as futuras necessidades da UE.

Em matéria de desenvolvimento de capacidades, terá ainda que ser feita uma análise mais detalhada, como adiante veremos, com base em critérios de elegibilidade nacionais para que se possa identificar quais os projetos que poderão ser desenvolvidos de forma cooperativa, i.e., suscetíveis de integrar as iniciativas europeias e beneficiar do seu financiamento, através, por exemplo, da Cooperação Estruturada Permanente e do Fundo Europeu de Defesa.

- Um terceiro ponto, quanto a este Fundo Europeu de Defesa, estando certo que será do conhecimento geral, mas para efeitos de enquadramento realçam-se apenas alguns aspetos genéricos da sua regulamentação. O seu principal objetivo é promover a competitividade, a eficiência e a capacidade de inovação da Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia, apoiando ações de

cooperação transfronteiriças entre empresas, com destaque para as pequenas e médias empresas e Estados-membros, contribuindo para a autonomia estratégica da UE.

Tem como programas prioritários, lançados no atual quadro financeiro plurianual 2014-2020, a Ação Preparatória para a investigação na Defesa e o Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no Domínio da Defesa (EDIDP). Para o quadro financeiro plurianual 2021-2027, o fundo aumentará consideravelmente o seu envelope financeiro – 13 mil milhões de Euros e irá integrar, num único programa, as dimensões da investigação e desenvolvimento (I&D) de capacidades.

Na sequência da aprovação do Regulamento do Fundo Europeu de Defesa, o Ministério da Defesa Nacional irá assumir a representação no comité que será estabelecido para a elaboração do programa de trabalhos, à semelhança do que sucedeu com o EDIDP, competindo-lhe coordenar a fase de implementação. A Comissão Europeia tenciona dar início aos trabalhos de preparação do programa de trabalho, provavelmente ainda este semestre, perspetivando a sua complexidade e morosidade.

- Entrando agora no quarto ponto. Em face do anterior são vários os desafios que temos pela frente. Desde logo dever-se-á procurar obter uma posição interna que permita corresponder às várias questões suscitadas neste âmbito, designadamente:
 - o Quais são os critérios de elegibilidade para a identificação dos projetos que poderão ser desenvolvidos de forma cooperativa?
 - o Como envolver o nível estratégico-militar na identificação das fontes de financiamento que possibilitem a aquisição das tecnologias e sistemas de armas?
 - o Como promover o envolvimento do sistema científico e tecnológico nacional e indústria de Defesa na identificação das capacidades militares do sistema de forças?

As respostas a estas questões passam pela articulação de três vetores complementares entre si, respetivamente:

- o A priorização dos projetos cooperativos de desenvolvimentos de capacidades militares, identificadas com base nos critérios de elegibilidade definidos;
- o A identificação das respetivas fontes de financiamento, como por exemplo, a Lei de Programação Militar, ou outras, coordenada ao nível estratégico-militar;

- o A participação do sistema científico e tecnológico nacional e indústria de Defesa nos projetos cooperativos;

A conjugação simultânea destes três vetores potenciará um efetivo aproveitamento do fundo e a maximização do seu retorno para a economia nacional em geral, e para o setor da Defesa em particular.

Do ponto de vista da Defesa Nacional o critério diferenciador de alocação dos recursos financeiros terá a existência de uma necessidade do desenvolvimento das capacidades militares. Dito de outra forma, a LPM só poderá contemplar verbas para esta finalidade se este investimento permitir mitigar uma lacuna no sistema de forças.

Assim e para concluir, de forma a promover as condições necessárias ao envolvimento da indústria de Defesa Nacional, o Ministério da Defesa Nacional e, em particular a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, deverá assegurar a coordenação interna deste processo com a Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, o Estado-Maior General das Forças Armadas e os outros serviços e órgãos centrais do MDN, tendo como principais objetivos:

- A articulação do Fundo Europeu de Defesa com os potenciais projetos e outros já em curso no âmbito da Cooperação Estruturada Permanente, a Ação Preparatória para a Investigação de Defesa e o Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no Domínio da Defesa;
- A definição das áreas prioritárias de natureza estratégico-militar, em consonância com o interesse nacional, no futuro programa de trabalhos do Fundo Europeu de Defesa;
- A adoção de uma política sistemática de disseminação da informação, em estreita ligação com a idD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, junto do sistema científico-tecnológico nacional e da indústria de Defesa, incluindo a realização de *workshops* e seminários;

Finalmente, sem prejuízo da relevância do setor da Defesa, parece inequívoco que o efetivo aproveitamento das potencialidades deste mecanismo exigirá o envolvimento de outros ministérios setoriais relevantes. Para o efeito, entende-se que a implementação de uma estrutura de coordenação interministerial, em formato de comité diretor, constituída por representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, do Ministério das Finanças, do Ministério da Economia, do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ensino Superior, com vista ao desenvolvimento de uma visão integrada, possibilitará:

- Explorar mecanismos complementares de financiamento comunitário;
- Aprofundar valências na investigação e desenvolvimento (I&D);

- Criar uma capacidade de assistência técnica e financeira para apoio à preparação das candidaturas;
- Assegurar a auditoria e o reporte à Comissão Europeia.

A inclusão no futuro quadro financeiro plurianual de um fundo destinado ao setor da Defesa, no montante de 13 mil milhões de Euros, constitui uma realidade sem precedentes na política europeia. Portugal irá participar com cerca de 200 milhões de Euros para o Fundo Europeu de Defesa, entre 2021 e 2027, tendo em consideração a percentagem da nossa contribuição para o orçamento da UE.

Esta meta deve ser, pois, a meta mínima a que nos devemos propor alcançar, garantindo, desta forma, um efetivo benefício em termos de retorno para a economia nacional em geral e para o setor da Defesa em particular. Tendo sempre presente que a cooperação, inovação e investigação na área da Defesa na UE não é mais uma opção, mas antes uma obrigação.

4. Intervenção do Adjunto do CEMGFA para o Planeamento e Coordenação, António Martins Pereira

Tivemos, há algum tempo a esta parte, uma iniciativa por parte do EMGFA e do MDN, que conjuntamente com este evento e com outras medidas que têm vindo a ser tomadas, começa a dar resultados. Nomeadamente, para criar uma metodologia que nos permita alcançar os grandes objetivos de desenvolvimento de capacidades e da disponibilidade de meios que a Cooperação Estruturada Permanente, no âmbito da União Europeia, exige.

Façamos uma abordagem em quatro pontos, respetivamente:

- Especificar o que é a programação de capacidades, no âmbito da dimensão militar;
- O nível de ambição, de certo modo já aflorado pelo Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional e também pelo Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional;
- Quais são as prioridades para Portugal;
- Conclusões, apresentando alguns contributos para a metodologia anteriormente referida.

Após um ano de PESCO podemos dizer que há uma trajetória positiva. Assim foi dito pela Alta Representante da União Europeia para a Política Externa e de Segurança, no âmbito do relatório anual. Há uma trajetória positiva no compromisso dos Estados-membros e um alinhamento com a informação que vai chegando no âmbito dos planos de implementação nacionais. Mas

a sua fundamentação, com poucas evidências, significa que há necessidade de um esforço adicional para ultrapassar aquilo que são ainda consideradas as insuficiências, não só ao nível das capacidades existentes e das que é necessário desenvolver, mas também nas metodologias que a isso conduzem.

Dos trinta e quatro projetos, já aqui foi referido que todos eles se desenvolvem em termos de capacidades, embora alguns não especificamente em termos de equipamentos, tendo em conta que “capacidade” não é apenas equipamento, destes:

- Quinze estão, de facto, alinhados com aquilo que são as grandes capacidades que terão impacto no objetivo de autonomia estratégica da UE;
- Vinte e cinco podem assumir-se como estando dentro das capacidades da NATO, no âmbito daquilo que é o desenvolvimento de capacidades desta organização internacional, e;
- Doze, como já referido pelo Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional, irão atingir a sua capacidade inicial nos próximos três anos;

Contudo, havendo vinte e dois que têm uma dimensão industrial, todos eles são considerados como estando numa fase precoce, o que significa que ainda temos muito caminho a fazer.

Ora é exatamente sobre esse caminho que gostaríamos de apresentar o nosso contributo. Numa primeira fase dizer o que é que temos vindo a fazer no âmbito da programação de capacidades. Nada é de novo, sendo um exercício que tem vindo a ser feito ao nível da dimensão militar e das estruturas militares, em articulação com os vários serviços centrais da Defesa Nacional. Para esta metodologia, integrar o tecido empresarial e científico é, de facto, o desafio.

A programação começa, obrigatoriamente, tendo em conta as bases legais e os seus *outputs*, que vão desde os princípios, objetivos, orientações e prioridades que permitem estabelecer cenários para o emprego das Forças Armadas, que obviamente necessitam de capacidades para o cumprimento das suas missões. A identificação das capacidades necessárias para o cumprimento de missões é, digamos assim, o fulcro da programação de capacidades.

É muitas vezes um desenvolvimento conceptual complexo que exige um contínuo “corre-corre” entre os ramos e o Estado-Maior General das Forças Armadas e os serviços centrais do MDN, com resultados e *outputs* que vão surgindo e sendo trabalhados no sentido de encontrar soluções. Estas são as capacidades necessárias para responder, em cada um dos tipos de

empenhamento e mediante um conjunto de cenários, que conjugados vão dar ao que designamos por “sistema de forças”.

Portanto, o sistema de forças não é mais do que um conjunto de capacidades que permitem uma maior flexibilidade para emprego de forças, tendo em conta a tipologia de ameaças mais difusas e muito mais difíceis de determinar. Também a tipologia diversa de missões que presentemente estão consignadas às Forças Armadas e que, portanto, exigem uma adaptação constante da organização das forças consignadas para o cumprimento desse tipo de missões.

O sistema de forças está organizado em três grandes núcleos, também como orientação política:

- Um núcleo que é conhecido como a Força de Reação Imediata, para fazer face, nomeadamente, a questões de empenhamento externo para missões de evacuação de cidadãos nacionais em áreas de crise e para as situações designadas de “emergências complexas”, como recentemente aconteceu com o seu empenhamento no âmbito do apoio a Moçambique;
- Depois, um conjunto de forças que se destinam às missões típicas de soberania – Forças Permanentes de Ação de Soberania, que se expressam, sobretudo, em missões ao nível do patrulhamento e fiscalização marítima, da vigilância terrestre, busca e salvamento, etc.;
- Por fim, um conjunto modelar de forças, destinadas ao cumprimento dos compromissos internacionais.

Estes três tipos de forças estão, obviamente, organizadas com base num sistema de prontidão que permite, por vários níveis, adequar a sua disponibilização ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e a quem tem a responsabilidade de determinar as operações, com a necessária flexibilidade para o cumprimento das várias missões.

Como se expressam estes níveis de prontidão? Começa por haver um nível de ambição que parte do que pretendemos, sobretudo para o cumprimento dos compromissos internacionais, já que os outros, concentrados na Força de Reação Imediata, estão sujeitos à incerteza da situação estratégica, requerendo, portanto, uma flexibilidade para ajustamento às diferentes situações que se apresentarem.

Contudo, para os compromissos internacionais há um nível de ambição, consoante o que o país consegue aplicar no âmbito desses compromissos. Para isso, foi estabelecido para cada uma das componentes do sistema de forças, seja marítima, terrestre ou aérea, para além de outras capacidades como as operações especiais e a ciberdefesa, um conjunto de capacidades consistentes com o nível de ambição, que estão disponíveis

no sistema de forças para serem utilizadas. E é precisamente isto que se pretende ao nível da programação.

Chegamos assim àquilo que é entendido por capacidades para o cumprimento de missões das Forças Armadas. É este conjunto em cada uma das componentes, sejam navais, terrestres, aéreas e conjuntas, sendo algumas delas comuns. O Comando e Controlo, por exemplo, exige obrigatoriamente uma integração de esforços e uma interoperabilidade, mas todas em virtude do seu emprego na ação conjunta e multinacional exigem este desiderato de interoperabilidade.

É importante realçar que “capacidade” não é apenas equipamento ou material, antes tendo um conjunto de vetores de desenvolvimento. Desenvolve-se numa estrutura, seja ela no âmbito da estratégia genética, seja no âmbito da estratégica estrutural, no que diz respeito à organização como se insere nas Forças Armadas. Seja na perspetiva operacional, como esta força se vai organizar, preparar e desenvolver a sua atividade no terreno para o cumprimento da missão.

Ora neste conjunto de aspetos podem desenvolver-se projetos. Os projetos não são apenas no âmbito de equipamentos, pendendo ter projetos no âmbito do treino (e temos), das infraestruturas, da interoperabilidade. A perspetiva digital coloca-nos hoje também perante esta questão.

O sistema de forças é continuamente renovado, numa perspetiva de revisão. Falou-se aqui várias vezes na Lei de Programação Militar. A LPM é um exercício que se dirige exatamente àquilo que são as lacunas do sistema de forças, lacunas essas que aparecem mediante uma revisão contínua para o efeito, que é efetuada no âmbito da programação de capacidades.

Diria que, por essa razão, é feita uma avaliação do sistema de forças e as capacidades são, de uma forma geral, parcialmente preenchidas. Mas que se torna necessário, neste momento, desenvolver um esforço adicional, numa perspetiva de investimento ao nível das reservas da Defesa e para colmatar a obsolescência e os ciclos de vida dos equipamentos. Isso permitiu chegar a um conjunto de lacunas que estão previstos nas capacidades. É destas lacunas que se vai desenvolver todo o trabalho ao nível da revisão de capacidades – das propostas de forças.

É evidente que surgem também, no âmbito dos objetivos que aqui foram levantados pelo Diretor-Geral do Recursos da Defesa Nacional, aquilo a que se designa como programas prioritários. Estes, ainda que alinhados no âmbito das capacidades e do preenchimento das lacunas, servem também outros objetivos que a Defesa Nacional pretende desenvolver, nomeadamente, para ligação e fortalecimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa. Este é o exercício que foi efetuada no âmbito da

revisão da Lei de Programação Militar de 2018, que está neste momento em apreciação na Assembleia da República.

Há todo um conjunto de atividades no quadro do processo de articulação contínua entre os vários órgãos da Defesa, que permite quer o focalizar nas lacunas como no desenvolvimento das capacidades. Como é evidente, também este exercício tem que ser feito em sincronia. Este Ciclo de Planeamento de Defesa Militar tem que ser efetuado em sintonia não só com os calendários NATO, no âmbito do respetivo planeamento de Defesa, mas também agora e cada vez mais com o calendário da PESCO. E é este exercício que já está a começar a ser feito em 2019, para o período de 2019-2022. Sobre programação de capacidades, são estes os aspetos que importa aqui realçar.

Sobre o nível da ambição que pretendemos, cabe referir que o Estado-Maior General das Forças Armadas tem a sua visão estratégica dirigida para a construção das Forças Armadas do futuro, fortalecendo as capacidades e, portanto, o seu desenvolvimento efetivo no âmbito de vários objetivos estratégicos. Seja de forma direta, no âmbito do que são as capacidades operacionais, mas também aquelas que se destinam a situações de emergência, do desenvolvimento e articulação no âmbito da informação e no âmbito do apoio sanitário. Há ainda aquelas que o fazem de forma indireta, no âmbito da reestruturação que pretendemos do Estado-Maior General das Forças Armadas, com a criação de um órgão de inovação dirigido à competência do CEMGFA, no sentido da transformação das Forças Armadas.

Portanto, determinadas as orientações políticas, identificadas as lacunas, temos neste momento que criar as oportunidades para que haja um robustecimento do sistema científico e tecnológico. E é aí que teremos que centrar a nossa atividade, no sentido de integrar também esse aspeto e o nível tecnológico da indústria nacional de Defesa.

Diríamos que para o efeito o nosso nível de ambição centra-se no seguinte aspeto:

- No âmbito da programação de capacidades sabemos que o que está previsto, no nível de ambição política, é atingir cerca de 1,98 % do PIB em despesas com a Defesa, até 2024;
- O nível efetivo com receitas gerais provenientes do orçamento e das Leis de Programação Militar cifra-se na ordem dos 1,66 %, o que significa que há 0,32 % que temos que identificar outras fontes de financiamento e outras formas de aí chegar;
- E é aí que nós entendemos que há um papel sério para os projetos PESCO no âmbito de, nomeadamente, participar num conjunto de

projetos, sejam eles de investigação, sejam de desenvolvimento de capacidades;

- Ou seja, no âmbito de identificar um projeto nacional em que Portugal seja a *lead nation* – a nação diretora – que esteja obviamente alinhado com as necessidades identificadas.

Quais são então as prioridades para Portugal? É este exercício que tem que ser feito, a começar logo que a Lei de Programação Militar esteja aprovada. Que se procure com todas as oportunidades que surjam da PESCO, olhar para o desenvolvimento das capacidades no âmbito da Lei de Programação Militar e, eventualmente, naqueles que suscitam também projetos de investigação e desenvolvimento. E há todo um conjunto de áreas que podem vir a ser desenvolvidas pela indústria nacional de Defesa. A área de Comando e Controlo, a ciberdefesa, o apoio sanitário, em toda a área de construção naval, no âmbito das informações, da vigilância e da informação geográfica. Há todo um conjunto de atividades que podem ser desenvolvidas nestes domínios.

Dito isto, diria que são estas as bases para que a indústria olhe e crie oportunidades. Mas é importante nós sabermos também o que é que a indústria tem disponível nestes domínios. Para isso terá que haver uma formulação qualquer de candidaturas e esses projetos têm que ser avaliados. Como disse aqui, o Ministro da Defesa Nacional efetuou já um despacho no sentido de constituir um grupo de acompanhamento, que tem na sua constituição as várias dimensões e que permitirá acompanhar todo o processo e estabelecer uma metodologia. Para isso definiu já um conjunto de critérios que permitirão olhar para esses projetos e para essas propostas.

Numa fase preparatória, deveremos tentar verificar se essas ideias se alinham com este tipo de critérios e a sua relevância no âmbito do alinhamento com as capacidades que temos. É importante fomentar a indústria e a investigação, mas ela tem que estar alinhada com aquilo que são as capacidades.

Por último, equacionar como é que isto pode ser feito. Pode ser feito no âmbito de uma preparação inicial, com a criação de uma rede de oportunidades que já está aqui a ser constituída. Foi referida a realização de *workshops* previstos neste sentido, mas é necessária uma plataforma cooperativa. E essa plataforma cooperativa deve ter dois sentidos: o sentido sobre quais são as capacidades que pretendemos construir e que são necessárias para as Forças Armadas cumprirem as suas missões; mas, também, o que é que está disponível nos tecidos empresarial e científico-tecnológico que permita uma interação entre estas duas linhas.

Elas podem ser feitas quer na preparação da candidatura a um projeto, quer na fase da criação do projeto inicial, em que há uma interação com as entidades que irão apreciar a candidatura em termos da Cooperação Estruturada Permanente. Essa interação com a indústria e com o tecido científico-tecnológico expressa-se também ao longo das fases dos projetos, nomeadamente as duas primeiras – da “ideação” e da “incubação”.

Neste aspeto, é importante realçar a perspetiva de que todos eles têm que ser sempre integrados no sistema de forças. Há que observar o objetivo de qualquer destes projetos ter que ser integrado no sistema de capacidades que o país tem disponível para o cumprimento das suas missões. É, portanto, um requisito obrigatório ter que estar alinhado com o sistema de forças.

Como conclusão e para terminar, diria:

- Que fundamentalmente interessa integrar as oportunidades que surgem da PESCO e do movimento que criou no âmbito do tecido científico-tecnológico e no âmbito industrial, naquilo que é o Ciclo de Planeamento de Defesa Militar;
- Que as capacidades que surgem no âmbito do sistema tecnológico, quer para projetos de I&D, quer para o desenvolvimento de capacidades, deverão ser sistematicamente apreciadas;
- Que se consiga integrar outros parceiros, como sejam: as associações industriais; as associações académicas, a exemplo do que foi o caso da ciberdefesa. A ciberdefesa dispõe já de um *innovation hub* que está a integrar centenas de entidades que visam olhar as oportunidades que a ciberdefesa apresenta ao nível nacional e com os parceiros que temos em Portugal, quer no âmbito do treino como da criação de produtos a ser aplicados no quadro dessa capacidade;
- Depois, é fundamental dispor de fontes de financiamento. Na própria Lei de Programação Militar, as fontes de financiamento que tem para este desígnio estão bastante afastadas do primeiro quadriénio. É necessário ser criativo, olhar para as próprias capacidades e verificar se elas têm, no seu desenvolvimento, possibilidades de identificação de alguma forma de financiamento;
- E, por último, a metodologia tem que ter uma estrutura. O Grupo de Acompanhamento da Participação nos Projetos PESCO (GAPP-PESCO) é o primeiro passo, mas temos que ter algo mais. Temos que estabelecer as redes, os processos de articulação entre os vários *stakeholders*. As Forças Armadas estão disponíveis para esse desígnio.

Para conclusão e encerramento do painel o moderador expressou o desejo para que este evento seja apenas a primeira iniciativa, o ano um de muitas outras com o mesmo propósito. Apontou, como base inspiradora, aquilo que outros países já fazem, sem nenhum tipo de preocupação de mostrar uma cumplicidade ativa entre os diferentes órgãos de soberania e a indústria dos seus países, em linha com os respetivos interesses estratégicos nacionais, numa lógica de desenvolvimento integrado.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO DE CAPACIDADES DE DEFESA - NOVOS HORIZONTES PARA A INDÚSTRIA NACIONAL

2º Painel

Plano de Ação para a Defesa da União Europeia – Cooperação Estruturada Permanente e Fundo Europeu de Defesa

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO DE CAPACIDADES DE DEFESA - NOVOS HORIZONTES PARA A INDÚSTRIA NACIONAL

2º Painel - Plano de Ação para a Defesa da União Europeia – Cooperação Estruturada Permanente e Fundo Europeu de Defesa

O 2º Painel destinou-se à apresentação das perspetivas das diferentes instituições e organismos internacionais sobre os diferentes mecanismos de financiamento europeu da Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia, do racional que sustenta os projetos de desenvolvimento cooperativo de capacidades e dos critérios de aprovação das candidaturas. Visou ainda obter informação sobre os projetos cooperativos liderados por Espanha no quadro da PESCO e potenciais áreas de cooperação entre as respetivas indústrias.

O Painel foi moderado pelo Diretor para os Assuntos de Segurança e Defesa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Jorge Aranda. Contou com a participação dos seguintes Conferencistas:

- Pedro Serrano, Subsecretário-geral para Política Comum de Segurança e Defesa e Resposta a Crises, do Serviço Europeu de Ação Externa;
- Alan Alexis, Chefe da Unidade de Defesa, da Direção Geral do Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e Pequenas e Médias Empresas (GD GRWO), da Comissão Europeia;
- Pieter Taal, Chefe de Unidade e Estratégia Industrial e Políticas da EU, em representação da Agência Europeia de Defesa;
- Carlos Avanzini, Chefe do Departamento das Relações Internacionais da Direção Geral de Armamento e Material do Ministério da Defesa de Espanha.

1. Intervenção Inicial pelo Moderador, Jorge Aranda

O Diretor para os Assuntos de Segurança e Defesa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Jorge Aranda, apresentou o racional subjacente à composição do 2º Painel, integrando representantes das principais instituições europeias, como *stakeholders* neste processo, a que acresce ainda a presença de Espanha. Relevou o facto de a Defesa continuar

como uma área do âmbito da soberania dos Estados-membros da União Europeia.

Realçou a participação dos vários ministérios presentes, referindo o seu empenhamento na formulação de uma posição nacional no domínio do Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no Domínio da Defesa (EDIDP) e do Fundo Europeu de Defesa, frisando que esta é uma área transversal, mas também de interesse para o conjunto da sociedade aqui presente através dos representantes da indústria, centros de investigação e universidade.

Referiu que para o Ministério dos Negócios Estrangeiros a referência, nesta matéria, se resume em três “C”. Assim, para uma efetiva cooperação europeia em matéria de Defesa precisamos de ser “coerentes”. Terá que haver coerência entre todos os seus elementos, do Fundo Europeu de Defesa, ao CARD e a PESCO.

Acresce um segundo “C” de “complementaridade”, a começar pela complementaridade com a NATO. Sobretudo, importa preservar o reforço do vínculo transatlântico.

E, finalmente, o terceiro “C” de “coesão”. A cooperação de Defesa europeia deverá ajudar a fomentar a coesão entre os Estados-membros em termos de interoperabilidade, mas também em termos económicos, industriais e tecnológicos. No final seria desejável que todos os Estados-membros, por toda a Europa, pudessem beneficiar deste processo, em especial as pequenas e médias empresas, recolhendo vantagens desta cooperação reforçada.

2. Intervenção do Subsecretário-geral para Política Comum de Segurança e Defesa e Resposta a Crises, do Serviço Europeu de Ação Externa, Pedro Serrano

Na sua intervenção começou por realçar a importância da cooperação em matéria de Defesa, referindo que considera importante que os Estados-membros da União Europeia se inteirem do que mudou e do que está presentemente disponível para enfrentar essas mudanças, alertando considerar importante sublinhar o contexto alargado em que as diferentes iniciativas deste domínio se processam.

A primeira questão que se nos coloca é compreender o porquê de tudo o que está a ocorrer. Referindo que estamos perante uma necessidade e não uma opção. Uma necessidade causada pelo contexto internacional em que enfrentamos um dos mais complexos e, digamos, perigosos contextos internacionais para os europeus e para a UE. Consequentemente, temos que cooperar e trabalhar juntos se queremos enfrentar estes desafios, que

estão mesmo à nossa porta. Basta olharmos para Leste, para a situação na Ucrânia e na Geórgia, ou para o Médio-Oriente, ou para Sul, onde a recente evolução da situação na Líbia, mais uma vez, clama pela nossa atenção. Naturalmente outras áreas de instabilidade, como o Sahel e o ressuscitar da competição estratégica, numa nova versão, são motivos de preocupação.

E é, pois, este o contexto em que nos encontramos. Se alguém pensasse que qualquer um dos nossos Estados-membros seria capaz de enfrentar estes desafios por si só, embora tenha a clara perceção de que nenhum dos presentes considera tal possibilidade, estaria, naturalmente, completamente equivocado.

E qual é a alternativa? A alternativa chama-se cooperação e é precisamente este objetivo que temos estado a procurar alcançar. O lançamento desta cooperação não se processou em circunstâncias propriamente favoráveis. Se analisarmos a situação atual, constatamos que a Europa tem um mercado de Defesa muito atomizado. No que concerne a sistemas de armas a situação apresenta-se absolutamente ingovernável, se tornarmos em conta critérios de eficácia. Obviamente, a interoperabilidade entre sistemas é inexistente e os preços dos equipamentos estão naturalmente inflacionados.

Em síntese, estamos a gastar mais e de pior forma, o que se traduz atualmente num risco efetivo para a viabilidade da Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia. Se não enfrentarmos esta situação, então iremos enfrentar os desafios que se nos apresentam com os atuais instrumentos, que não estando assentes na cooperação, colocam presentemente a nossa indústria de Defesa numa situação de relativa ameaça. Em síntese, esta é a situação com que a UE se debate presentemente.

Mas então o que é que a União Europeia colocou sobre a mesa para fazer face a esta situação? A UE apresentou uma impressionante plataforma de cooperação, sendo, essencialmente, esta a novidade. A presente conferência focaliza-se sobre a PESCO, a Cooperação Estruturada Permanente, mas importa realçar que temos que considerar a PESCO em conjunto com as outras iniciativas que foram lançadas nos anos recentes.

Estamos a falar nos últimos dois anos, num período de tempo muito curto, onde entra o Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no Domínio da Defesa (EDIDP), que efetivamente representa a primeira fase do Fundo Europeu de Defesa, que por sua vez está, presentemente, em fase de apreciação. Trata-se também da Revisão Anual Coordenada de Defesa (*Coordinated Annual Review Of Defense – CARD*) dirigida para os planos nacionais de Defesa, com o objetivo de identificar oportunidades de

cooperação. Comporta, igualmente, a identificação conjunta de requisitos militares, que é efetivamente a base de todo o processo, porque importa saber do que é que realmente precisamos.

Neste quadro desenvolvemos na União Europeia um mecanismo específico que é o Plano de Desenvolvimento de Capacidades (*Capabilities Development Plan* – CDP) que analisa esses requisitos/necessidades e que produz recomendações aos Estados-membros. Toma em consideração não apenas o nível de ambição da UE, quanto aos meios militares que esta carece para assegurar a sua ação em termos da gestão de crises e da proteção dos cidadãos, mas também tem em conta as necessidades da NATO e, inclusivamente, as do âmbito nacional.

E sobre todas estas iniciativas poderemos questionar-nos se foram conceptualizadas a partir de uma perspetiva racional, considerando primeiro o que deveria ser feito e, a partir daí, juntando as peças e construindo esta nova arquitetura. Na realidade não se processou assim, porque estas iniciativas nasceram de uma forma espontânea e em diferentes quadrantes, até se ter constatado que faz todo o sentido agrupá-las. Portanto, estes instrumentos não foram fruto de uma construção racional ou premeditada, mas antes o resultado de um esforço coletivo no sentido da sua conjugação e este é um dos seus aspetos mais positivos.

Foi aqui dito que um dos nossos objetivos é a coerência. Efetivamente temos que articular todas estas iniciativas de forma a assegurar-lhes a necessária coerência. Um projeto desenvolvido através da PESCO deverá encontrar financiamento, seja através do Fundo Europeu de Defesa, seja através do Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no Domínio da Defesa (EDIDP). Estamos atualmente a trabalhar neste sentido com bons resultados.

A PESCO, como é sabido, consiste numa cooperação entre Estados. Essa é, precisamente, uma das suas grandes diferenças em relação ao Fundo Europeu de Defesa e ao EDIDP, que consistem em programas desenvolvidos pela indústria. Portanto, temos aqui dois níveis diferentes quando falamos de PESCO ou do Fundo Europeu de Defesa ou do EDIDP. Mas trata-se de uma cooperação entre Estados para o desenvolvimento de projetos, os quais podem representar tanto projetos industriais como a conjugação de capacidades já existentes com um propósito de emprego operacional.

Por vezes olvidamos que a PESCO não consiste apenas em projetos, mas que engloba igualmente o domínio dos compromissos. Destacam-se três tipos de compromissos principais, nomeadamente: dirigido ao aumento dos orçamentos de Defesa e incremento do investimento neste domínio; consiste também na cooperação em torno da produção de capacidades de Defesa; compreende, igualmente, compromissos no âmbito do emprego operacional em conjunto. Este último atesta a existência do

elemento operacional da PESCO que se traduz em maiores contributos para as operações encetadas não apenas sob a égide da UE, mas também de outras organizações internacionais.

Neste sentido, a PESCO apresenta-se como um instrumento muito útil, ultrapassando mesmo o âmbito da UE, uma vez que as capacidades desenvolvidas neste âmbito continuam a ser capacidades nacionais. Neste sentido, os Estados podem recorrer às mesmas para os propósitos que entenderem, seja para emprego no quadro da NATO, da UE, ou da ONU, ou ainda para a salvaguarda dos interesses nacionais. É, portanto, um instrumento extremamente útil em todos os aspetos. A PESCO faz ainda mais sentido quando se apoia no Fundo Europeu de Defesa e no EDIDP para o desenvolvimento dos seus projetos. O CARD, através da análise dos planos nacionais, ajuda a identificar as oportunidades de cooperação e o CDP (Plano de Desenvolvimento de Capacidades) permite o entrosamento de todos estes mecanismos, uma vez que se trata da necessidade de assegurar objetivos comuns que se traduzam, efetivamente, nessas necessidades.

E então para onde é que tudo isto desejavelmente nos deverá conduzir? Certamente, dentro de alguns anos, a um estado em que a cooperação será a regra no relacionamento entre os Estados-membros da UE em matéria de Defesa, seja no emprego de capacidades ou na respetiva produção. Portanto, a uma maior cooperação e ao aumento do investimento na Defesa, em conformidade com compromissos assumidos pelos Estados, no sentido de incrementar os seus orçamentos de Defesa. Também para o aumento da capacidade de resposta para fazer face aos atuais desafios. Para o aumento da interoperabilidade entre as diferentes forças europeias e, naturalmente, para assegurar uma BTIDE mais forte. E esta é, portanto, a direção que devemos seguir.

E, agora, poderíamos questionar-nos se isto vai realmente funcionar. É costume acusar a UE de ser lenta e burocrática, mas se olharmos para a velocidade a que a PESCO se desenvolveu, é possível concluir que se tratou de um processo muito acelerado. O processo da PESCO foi lançado no início de 2017 e no final desse mesmo ano já tínhamos alcançado o acordo e estabelecido os compromissos necessários para a sua implementação.

E realce-se que a sua implementação não se limitou a um evento burocrático, mas, desde logo, comportando o lançamento de um conjunto de projetos devidamente identificados. E tudo isto em menos de um ano.

Quando começamos o debate, no início de janeiro, era necessária uma certa dose de coragem para acreditar que iríamos ser capazes de levar este processo avante, uma vez que o entusiasmo e a vontade não eram propriamente grandes, independentemente das razões que justificavam a

iniciativa. Mas a maré mudou muito rapidamente e tornou-se num processo irreversível.

Dito isto, uma das principais questões que se colocaram à PESCO era se iríamos conseguir atrair todos os Estados-membros, uma vez que se tratava de um processo que não é obrigatório, vinculando apenas aqueles que estivessem predispostos a assumir um conjunto específico de compromissos. Outra questão é saber se ao criar um mecanismo destinado a reunir todos os Estados-membros, não se corre o risco de incorrer em ineficácias. Neste capítulo, parece ter sido conseguido um ponto de equilíbrio, através de um processo inclusivo, que reúne vinte e cinco Estados-membros participantes na PESCO. Na prática engloba praticamente toda a União Europeia.

Em simultâneo, os projetos são disponibilizados no pressuposto de que os seus participantes trazem valor acrescentado em termos de tecnologia, de investimento e, obviamente, garantido a respetiva aquisição. Existe alguma exclusividade no desenvolvimento dos projetos, permitindo que os Estados participantes se focalizem naqueles que sejam, em simultâneo, do interesse nacional e europeu. Os mecanismos em que a PESCO se apoia comportam um secretariado com uma geometria algo complexa, para além de integrar o Serviço de Ação Externa da UE e incluir o Estado-Maior militar.

É ainda necessário referir, a propósito da PESCO, que tudo isto foi realizado praticamente sem custos, uma vez que assentou em recursos existentes. Foi criada uma plataforma colaborativa para os Estados-membros, estando em processo de implementação mecanismos de relatório e de *follow up*.

Ainda quanto à velocidade que foi incutida à PESCO, aprez realçar que em 2018, menos de um ano após o seu início, foram já levantados trinta e quatro projetos, representando compromissos significativos, uma vez que os projetos são a razão de ser da PESCO. A velocidade que se conseguiu imprimir a este processo, decorre do empenhamento das estruturas da União Europeia, mas também do interesse que suscitou. Não apenas aos Estados-membros, mas também aos nossos parceiros internacionais que pedem esclarecimentos sobre o processo, expressando vontade em tomar parte nos vários projetos que têm vindo a ser desenvolvidos. Em síntese, existe presentemente uma dinâmica que demonstra bem o interesse político e a importância que este assunto suscita.

Referir ainda que presentemente estamos na fase da primeira avaliação, o que atesta que o processo está efetivamente a desenvolver-se rapidamente. A primeira avaliação sobre o desenvolvimento dos projetos processa-se em sete áreas, correspondendo aos respetivos ambientes operacionais, respetivamente: terrestre, aéreo, marítimo, espacial, ciberespaço, transversais (*enablers*) e treino. É, pois, nestas áreas que têm vindo a ser lançados os projetos. Muito estão ainda na fase inicial, mas não

deixa de ser impressionante que se perspetive a conclusão de alguns deles dentro de três ou quatro anos. Portanto, esperam-se resultados palpáveis significativos muito rapidamente.

Tivemos também o primeiro relatório da Alta Representante da União Europeia para a Política Externa e de Segurança sobre a implementação dos compromissos. Neste contexto, os Estados-membros têm vindo a apresentar os planos de implementação nacionais. Importa também realçar que neste período se verificou um aumento dos orçamentos e investimentos de Defesa, o que representa igualmente um passo positivo.

Também no período em apreço foi elaborado o primeiro relatório de lições aprendidas sobre os projetos em desenvolvimento. Em maio a Alta Representante irá apresentar o primeiro relatório sobre a coerência do sistema, no sentido de avaliar em que medida todas estas iniciativas, em particular a PESCO, o Fundo Europeu de Defesa e o EDIDP, estão a progredir em conjunto e a alcançar os resultados desejados.

Em conclusão, o processo tem vindo a desenvolver-se de uma forma impressionante, sendo importante reconhecer que o mérito pertence a todos, sendo um motivo de orgulho. É claro que temos ainda que assegurar que este processo se consolide e isso exigirá um esforço da parte dos governos, mas sobretudo uma mudança de cultura.

No final, este processo conduzir-nos-á a uma mudança sobre a forma como encaramos os assuntos de Defesa no seio da União Europeia. Embora muito tenha já sido feito no sentido de encorajar esta atitude, no final será a vontade política dos governos e também os interesses da indústria, que irão demonstrar a nossa capacidade para encetar este passo.

Iremos demonstrar que estamos à altura de responder aos desafios do presente e do futuro, sendo do interesse coletivo enveredar por uma maior cooperação que assegure também um mercado alargado para os nossos produtos.

3. Intervenção do Chefe de Unidade e Estratégia Industrial e Políticas da UE, em representação da Agência Europeia de Defesa, Pieter Taal

Iniciou a sua intervenção referindo que iria procurar complementar o anteriormente referido sobre a PESCO, abordando de uma forma sucinta as questões de ordem normativa, procurando centrar-se mais em informação que possa acrescentar algo de novo.

A sua apreciação sobre a PESCO focalizou-se nos aspetos relativos à indústria, que constituem a centralidade das suas funções na Agência Europeia de Defesa (EDA), centrando-se naquilo que considera como sendo de interesse para os representantes da indústria presentes.

Sobre a PESCO elencou três questões, respetivamente:

- De onde vimos?
- Em que é que consiste a PESCO?
- Para onde vamos?

Sobre a primeira questão, num esforço de síntese, referiu que é o resultado de um conjunto de reuniões do Conselho e de encontros de alto nível na União Europeia. Que a PESCO não se subsume apenas a um conjunto de projetos, sendo mais do que isso, consistindo sobretudo em projetos, mas tratando-se essencialmente de compromissos. Relembrou o referido no primeiro painel quanto ao facto de esta “bela adormecida” ter finalmente despertado.

Sobre o segundo ponto – o que é a PESCO? Repetiu novamente tratar-se, sobretudo, de compromissos, em boa parte relacionados diretamente com a indústria. Presentemente estão em curso trinta e quatro projetos. Este processo acarreta também um conjunto de procedimentos, como os Planos Nacionais de Implementação, para aferição do sistema, cabendo em primeira instância a sua execução aos Estados-membros.

Alguns dos projetos têm uma perspetiva industrial, ao passo que outros consistem essencialmente em projetos de cooperação militar. Olhada desta perspetiva não é tácito que a PESCO seja uma iniciativa industrial, tal como não é também claro que tenha diretamente a ver com o Fundo Europeu de Defesa, ou outra qualquer dimensão industrial europeia. Contudo, trinta e quatro projetos é já algo de verdadeiramente impressionante e serão, certamente, lançados mais no futuro.

Salientou outro aspeto já anteriormente referido, o da proliferação de sistemas de armas e capacidades na União Europeia. Efetivamente, para o propósito de garantir a sua segurança a UE dispõe de uma diversidade de equipamentos superior à de outros quadrantes geográficos, nomeadamente os EUA. Olhando para a situação na Europa, é possível verificar que tanto países de maior como de menor dimensão, na generalidade dispõem de capacidades produzidas no quadro nacional, o que se traduz na atual situação de proliferação de sistemas.

Daqui se pode depreender que a finalidade da PESCO é permitir uma transição par uma situação diferente. Não se trata aqui de querer criar um “exército europeu”, porque esse claramente não é um objetivo político que esteja na ordem do dia. Acresce que uma boa parte dos Estados-membros é mesmo alérgica a esta designação.

Um instrumento para alcançar este propósito, como já foi anteriormente assinalado, é o CDP (Plano de Desenvolvimento de Capacidades), mas não

é o único, porque a este acresce o CARD (Revisão Anual Coordenada de Defesa). Este último é efetivamente o que dá vida ao CDP. Embora seja um processo ainda algo burocrático, assente na análise de relatórios sobre as atividades realizadas durante o ano anterior é, efetivamente, uma alavanca para a PESCO.

Portanto, a PESCO é um instrumento que parte das prioridades elencadas no CDP e que tem no CARD um instrumento de medição da sua eficácia. O mecanismo da PESCO é, pois, relevante para se atingirem objetivos ao nível europeu. Em alguns casos é apoiado financeiramente, embora não em todos, através de fundos europeus disponibilizados pela Comissão Europeia, não obstante uma parte do financiamento dos projetos, como é natural, deva ser assegurada no plano nacional. No quadro europeu, o seu financiamento processa-se através do Fundo Europeu de Defesa e do EDIDP (Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no Domínio da Defesa). O desígnio final é o de criar condições para alcançar o nível de ambição da União Europeia (a sua autonomia estratégica).

Dito isto, olhemos agora para os compromissos, ou mais precisamente para os domínios em que estes se materializam na PESCO. Destes gostaria de realçar o compromisso n. 19, relacionado com a indústria. Convém referir que por vezes este compromisso é esquecido, visto haver a tendência para focalizarmos a nossa atenção para as capacidades que visam a cooperação militar, ou o desenvolvimento de capacidades militares. Contudo, convém realçar que o fortalecimento da indústria europeia é um dos compromissos específicos da PESCO. Neste sentido, o processo do CARD centra-se, em boa parte, também na identificação do contributo dado pelos Estados-membros para o fortalecimento da indústria europeia. Seria importante que os representantes da indústria relembassem esse compromisso aos respetivos governos, sempre que seja equacionada a implementação de um projeto.

Passando dos compromissos para a questão dos projetos, apraz realçar novamente os trinta e quatro projetos presentemente em curso, realçando que muitos deles incidem sobre projetos de cooperação estritamente militar. Acresce que alguns dos Estados-membros consideram mesmo a PESCO, exclusivamente na vertente de cooperação militar e não propriamente na de desenvolvimento de capacidades.

Não obstante os bons resultados alcançados e todas as virtuosidades do sistema, já anteriormente realçadas há, no entanto, que considerar o facto dos trinta e quatro projetos terem, em boa medida, sido implementados sob pressão de tempo. Há, inclusivamente, algumas propostas que parecem não ter sido suficientemente amadurecidas no plano nacional. Contudo, a perspetiva aponta para que, nas próximas fases, se venha a assistir à

apresentação de um número menor de projetos, pese embora, provavelmente, com maior maturidade.

Esta expectativa decorre também da perceção de que, sendo o processo da PESCO presentemente melhor compreendido pelos Estados-membros, este passe a fazer parte integrante dos respetivos processos de definição de prioridades nacionais. Permitirá assim a compatibilização com as prioridades da União Europeia, aumentando assim a eficácia do processo e conduzindo a projetos PESCO mais bem sustentados.

Poderá mesmo optar-se por, em vez de procurar gerar projetos todos os anos, o que produz uma aceleração nos ciclos correspondentes com a preocupação do cumprimento das respetivas obrigações, transitar para uma situação onde a sua definição passe a realizar-se em ciclos bianuais. Esta não é ainda uma decisão oficial, mas antes uma perceção que decorre de uma avaliação realista da atual situação. Isto permitirá aliviar também o ciclo do CARD, realizando-o também em cada dois anos, permitindo uma melhor estruturação do desenvolvimento de todo este processo.

Sobre o ponto relativo à questão de onde nos encontramos presentemente no plano da PESCO, há que ter uma perspetiva tripartida nos planos tempo/espácio/ciberespácio. Estamos presentemente numa fase de discussão com os Estados-membros de um conjunto de projetos, através dos respetivos Planos Nacionais de Implementação. Alguns dos projetos PESCO vêm já refletidos no EDIDP. Embora sejam processos separados há, contudo, alguns projetos PESCO que podem ser financiados no quadro do EDIDP.

No plano prático, ainda sobre este mesmo ponto, importa referir que o secretariado da PESCO resulta de uma cooperação entre o Serviço de Ação Externa da UE, a EDA e o Estado-Maior militar da UE (EUMS). No seu conjunto asseguram o apoio aos Estados-membros e também à Alta Representante da União Europeia para a Política Externa e de Segurança, na elaboração dos relatórios que ciclicamente esta deve submeter ao Conselho.

A segunda parte da apresentação prende-se com uma questão que é lícito que o lado da indústria coloque, acerca da forma como a EDA lhes pode ser útil. O primeiro aspeto é através do já mencionado CDP, naquilo a que a EDA designa por “casos de contexto estratégico”, através dos quais se procura fortalecer a ligação com a indústria, por meio da cooperação e consultas. Estes “casos de contexto estratégico” irão ser equacionados pelo nível de decisão da EDA já no próximo mês de junho, no sentido da sua operacionalização e criação do respetivo mecanismo de *follow up*, perspetivando a respetiva articulação com as associações industriais nacionais. Este é um aspeto que os representantes da indústria presentes

deverão ter em atenção, para além de diligenciar obter o máximo de informação para procurar acompanhar o processo.

Um segundo aspeto importante para a indústria tem a ver com a cooperação no âmbito da investigação e desenvolvimento. Esta assenta nos designados CapTechs (*Capability Technology Groups*) da EDA, que estão abertos à participação dos interessados. Versa sobretudo projetos desenvolvidos no quadro da EDA, mas também pode abranger outros que transitem para os domínios do EDIDP e do Fundo Europeu de Defesa. Tudo isto se enquadra no âmbito das novas redes em criação no quadro da investigação e desenvolvimento, especializadas nas diferentes áreas da Defesa.

Chama-se ainda a atenção para o processo da Ação Preparatória em Investigação de Defesa, cuja *call* para 2019 (a última) está a decorrer desde há duas semanas. Este é um processo que a EDA desenvolve em coordenação com a Comissão Europeia. É um programa que ainda persiste, com um orçamento de 25 milhões de Euros para o corrente ano.

Importa salientar ainda um aspeto menos conhecido e que consiste nas designadas “atividades estratégicas-chave” (*Key Strategic Activities*). A EDA tem estado a elaborar relatórios com base nas prioridades estabelecidas no CDP para a indústria.

É também relevante para a indústria o facto de estarmos presentemente a procurar identificar as áreas que apontam para a identificação de futuras vulnerabilidades da UE. Considera-se, por exemplo, que no futuro a capacidade de manobra das forças irá assentar numa nova geração de armas que previsivelmente irão requerer muito mais energia elétrica do que atualmente. Se tomar-nos em conta que as potenciais cadeias de produção poderão estar dependentes dos EUA ou da Ásia, então teremos uma perceção do tipo de questões a que devemos dar a devida atenção. Estamos, neste momento, a elaborar relatórios sobre estes temas que serão apresentados aos Estados-membros em junho e posteriormente também partilhados com a indústria, para que todos possam tomar conhecimento.

O último ponto a mencionar é referente às pequenas e médias empresas, chamando a atenção para a informação disponível no *site* da EDA. Uma das iniciativas foi lançada na semana anterior, consistindo numa aplicação que se traduz no preenchimento *online* de um formulário, onde a indústria pode colocar os projetos que se predispõe a encetar e a partir daí deduzir as correspondentes possibilidades de financiamento. E, neste domínio, a aplicação não se limita aos fundos da Ação Preparatória, antes englobando um leque de financiamento maior que pode ir, inclusivamente, a fundos estruturais.

4. Intervenção do Chefe da Unidade de Defesa, da Direção Geral do Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e Pequenas e Médias Empresas (GD GRWO), da Comissão Europeia, Alan Alexis

Iniciou a sua intervenção referindo que a realização desta conferência não podia ocorrer num momento mais oportuno, coincidindo com as *calls* para os projetos financiados pela União Europeia, um assunto a analisar mais adiante. Realçou que agora é o momento certo para que a indústria assuma protagonismo.

Começando pelo Fundo Europeu de Defesa, referiu que importa ter em consideração que o seu objetivo não se prende com a investigação e desenvolvimento (I&D), mas antes com capacidades. Naturalmente que o fundo financia a I&D, mas é importante ter presente que o objetivo político é o de desenvolver capacidades, pelo que a consistência deste processo representa uma prioridade absoluta para a Comissão Europeia.

No estabelecimento do Fundo Europeu de Defesa foram tomadas em consideração quatro prioridades principais, respetivamente: assegurar a consistência do processo; garantir valor acrescentado para a UE; desenvolver a cooperação entre os Estados-membros e entre as empresas; e, finalmente, garantir o envolvimento de todos os Estados-membros promovendo a sua inclusão no processo.

Analisando sucintamente estes quatro aspetos e no que concerne à consistência, importa realçar novamente que o objetivo não é promover a I&D, mas obter capacidades. Para isso necessitamos, obviamente, de ser consistentes com as prioridades identificadas pelos Estados-membros, uma vez que não cabe à Comissão determinar quais as capacidades que estes deverão dispor nos próximos dez ou vinte anos. Compete aos Estados-membros, no quadro da Agência Europeia de Defesa e do Serviço Europeu de Ação Externa, estabelecer o quadro de prioridades neste domínio.

Consequentemente, a UE só poderá apoiar iniciativas que sejam consistentes com as prioridades estabelecidas, particularmente no quadro do Plano de Desenvolvimento de Capacidades (*Capabilities Development Plan – CDP*) e igualmente no quadro da PESCO. O conjunto destas prioridades para a UE, contando que observam os critérios de elegibilidade, poderão então ser financiados pelo Fundo Europeu de Defesa.

E poderá perguntar-se qual é o papel da NATO neste processo, tendo em conta de que se trata de tema normalmente de elevada sensibilidade. O Fundo Europeu de Defesa não é contrário à NATO, nem faria sentido estar a desenvolver algo que pudesse ser prejudicial à NATO. Há, naturalmente, que garantir que o processo seja igualmente consistente com a NATO, assegurando assim que o Fundo Europeu de Defesa englobe prioridades da

Aliança Atlântica, quando devidamente alinhadas com as da UE. Em síntese, este processo tem que ser absolutamente consistente com a NATO.

Em segundo lugar e no que concerne ao imperativo de acrescentar valor à UE, realça-se que o objetivo do Fundo Europeu de Defesa não é substituir-se aos Estados-membros, i.e., a Comissão não está disponível para suportar os custos de projetos que os Estados-membros não se predisponham também a financiar. Consequentemente, temos que identificar iniciativas que constituam uma real mais-valia para a UE, em particular, tendo em conta os seus objetivos de longo prazo. Em concreto, tomando como exemplo o CDP, através do qual são identificadas as lacunas de capacidades da UE, o entendimento da Comissão Europeia é de que deverão ser os Estados-membros, preferencialmente a suportar os custos do preenchimento dessas lacunas.

Não está igualmente nos objetivos da Comissão Europeia custear a eliminação de todas estas lacunas. O CDP é um ponto de partida, mas há que ter presente que a Comissão não poderá obviamente financiar todos os itens que fazem parte do CDP. Portanto, é neste quadro que precisamos de identificar as iniciativas que constituem a tal mais-valia para a UE, determinando as ações específicas e os âmbitos onde a cooperação é mais necessária, especialmente onde os Estados-membros não tenham capacidade de o fazer por si só.

Este é um exercício permanente, tendo em conta que teremos de prestar contas do modo como empregamos o dinheiro dos contribuintes europeus. Quando, dentro de alguns anos, formos chamados a ir ao Parlamento Europeu, seremos seguramente confrontados com os motivos que nos levaram a investir neste ou naquele projeto, se não for claro que os mesmos representam valor acrescentado.

O terceiro requisito anteriormente apontado é o relativo à cooperação. Está também fora de questão a UE apoiar projetos promovidos por apenas um Estado-membro, ou apresentados por um consórcio de três empresas do mesmo Estado-membro. Para assegurar essa cooperação entre as empresas, exige-se assim que sejam reunidas, para cada projeto, no mínimo três empresas de três Estados-membros. O objetivo político que está subjacente a este requisito é precisamente o de incrementar cooperação.

Como é do conhecimento geral, temos na União Europeia grandes empresas que funcionam com cadeias logísticas relativamente fechadas. Portanto, se queremos alargar essas cadeias, então temos que insistir na cooperação, precisamente no requisito das três empresas diferentes de três Estados-membros. Um segundo aspeto, neste domínio, prende-se com a necessidade de identificar nos Estados-membros empresas com especificações técnicas comuns. Não é possível financiar projetos nos quais

os Estados-membros e as respetivas empresas não acordem primeiro este requisito. Ainda neste ponto, há um terceiro fator a considerar, que é a necessidade de evitar duplicações. Já existem demasiadas duplicações na UE e, sobretudo, deveremos evitar criar duplicações desnecessárias. Compreendemos que poderá haver Estado-membros que mostrem interesse em desenvolver capacidades deste tipo por necessidade própria, contudo, a UE continuará a insistir na importância de não ter duplicações necessárias de capacidades.

O quarto e último aspeto diz respeito ao envolvimento alargado, que assenta num programa de trabalho com as várias categorias de projetos de âmbito diversificado, permitindo às empresas de todos os Estados-membros poderem participar e não apenas às com maior dimensão. Por outro lado, como medida destinada a fomentar a participação dos Estados-membros, em particular na fase do desenvolvimento, a Comissão Europeia não assegura a totalidade do financiamento dos grandes projetos. Pretende-se assim que os Estados-membros sejam intervenientes, suportando uma parte dos custos, porque na medida em que participarem no seu financiamento ficarão necessariamente vinculados ao produto final.

No que concerne ao estado da arte do designado EDIDP, refira-se que na semana passada foi lançada a respetiva *call*, sobre a qual os Estados-membros podem agora debruçar-se, mas sobretudo deverão ser as empresas a tomar a iniciativa, aproveitando esta possibilidade de concorrer, até ao prazo limite estabelecido para o final de agosto.

As propostas a serem apresentadas tendo em conta o teto orçamental disponível para o corrente ano de 250 milhões de Euros. No próximo ano teremos igualmente uma nova *tranche* de 250 milhões de Euros. Portanto, para as empresas que pretendam participar este é o momento oportuno. Não obstante o processo das candidaturas seja algo complexo, realça-se que os serviços da Comissão estão disponíveis para prestarem os esclarecimentos necessários.

5. Alocução do Chefe do Departamento das Relações Internacionais da Direção Geral de Armamento e Material do Ministério da Defesa de Espanha, Carlos Avanzini

Principiou a sua intervenção por referir que no primeiro painel pôde constatar que Espanha e Portugal comungam das mesmas preocupações, debatendo-se com as mesmas questões que a generalidade dos Estados-membros da União Europeia. Subscreeu os aspetos de ordem geopolítica que foram enunciados pelo Subsecretário-geral para Política Comum de Segurança e Defesa e Resposta a Crises, do Serviço Europeu de Ação

Externa, Pedro Serrano, concluindo considerar que os Estados-membros da UE enfrentam presentemente os mesmos desafios.

Realçou que na perspetiva do Ministério da Defesa de Espanha a PESCO é uma iniciativa muito valorizada, mas não apenas a PESCO. Esta é uma iniciativa política e que não se limita à dimensão industrial. Alguns dos projetos da PESCO podem mesmo ser liderados pelos Diretores de Política ou pelos Chefes dos Estados-Maiores de Defesa, não tendo nenhuma relação direta com a indústria.

Considera como facto muito importante a iniciativa da Comissão Europeia em torno do Plano de Ação Europeu no domínio da Defesa, implementado na sequência da aprovação da Estratégia Global da União Europeia. Este plano, onde se insere o Fundo Europeu de Defesa, representou uma mudança importante para a indústria e para os Ministérios da Defesa. Baseia-se num mecanismo de cooperação que permite desenvolver capacidades que de outra forma seriam impossíveis de edificar.

Este programa está dirigido para as fases de investigação e desenvolvimento, que representam precisamente as que envolvem mais custos, sendo, portanto, um avanço substancial.

Os desafios que enfrentamos foram anteriormente já devidamente assinalados, destacando-se, entre outras, as formas de encetar a cooperação e as prioridades estabelecidas pelos diferentes Estados-membros para a respetiva dimensão militar. Em Espanha a lista das prioridades nacionais não está ainda completamente em linha com as do CDP, estabelecido pelo Comité Militar da UE. Portanto, temos a partir de agora que ter em conta essas prioridades, cientes de que passam a representar uma condicionante para o acesso ao financiamento da Comissão.

Por outro lado, até ao presente os diretores de projeto estavam acostumados a fazer a gestão da totalidade dos fundos destinados a esses projetos, o que também passa a deixar de ocorrer porque iremos passar a contar com os *inputs* vindos da UE. Acresce que os circuitos de comunicação entre planeadores, diretores de projeto e indústria, não estão ainda suficientemente agilizados, sendo outra questão para a qual temos que encontrar solução.

Desde o início do lançamento da PESCO e do Plano de Ação Europeu no domínio da Defesa, ajustamos as estruturas de modo a poder dar resposta a todos estes desafios e requisitos. Organizamos um grupo interministerial, quer ao nível de ministros como de secretários de Estado. Nos níveis subordinados constituímos grupos de trabalho setoriais para coordenação, que durante estes dois anos têm sido muito ativos no esforço de integrar a indústria no processo, através das respetivas associações e empresas de

referência. O objetivo é elaborar, em conjunto, uma lista de projetos passíveis de serem financiados pela Comissão Europeia, de acordo com a regulamentação do EDIDP.

Para o Ministério da Defesa de Espanha esta regulamentação tem sido considerada a política industrial da UE, sendo bem clara no tocante aos procedimentos de elegibilidade para o financiamento europeu e apresentando os passos a percorrer para a edificação de capacidades. Estamos cientes de que existem algumas preocupações, tanto dentro como fora da UE, porque este caminho irá conduzir-nos a uma forma de autonomia estratégica, que na perspetiva de Espanha é algo muito valorizado. Somos da opinião que faz sentido suportar financeiramente o desenvolvimento de capacidades e faz ainda mais sentido fazê-lo investindo na indústria europeia. Portanto, estamos em perfeita sintonia com a UE em torno deste objetivo.

A Espanha lidera presentemente um projeto no quadro da PESCO, em circunstâncias um pouco particulares, uma vez que não estávamos completamente preparados. Ocorreu num quadro de urgência da necessidade de conjugar a vontade de liderar um projeto, com a realidade das prioridades nacionais não estarem ainda devidamente alinhadas com as da UE. Trata-se, contudo, de uma situação onde se verifica a conjugação entre uma prioridade nacional com a da UE.

O projeto reúne diversos Estados-membros. Para além da Espanha fazem parte a França, a Alemanha, a Itália, Portugal, o Luxemburgo e previsivelmente a Estónia. Envolve, naturalmente, empresas de todos estes Estados-membros e conta ainda com a participação do serviço Europeu de Ação Externa da UE, uma vez que se trata de um projeto relativo à capacidade de comando e controlo para operações europeias. Não apenas para missões militares, mas também para as do âmbito civil.

Para além deste a Espanha participa presentemente em outros doze projetos. O nível de participação está, contudo, condicionado à capacidade de os poder financiar. E este é um dos constrangimentos que temos, porque os recursos financeiros não são suficientes para todas as necessidades, pelo que haverá que estabelecer prioridades.

O empenhamento da Comissão Europeia no financiamento destes projetos, faz toda a diferença no processo de definição das prioridades. Da mesma forma, esta realidade tem impacto na indústria, conferindo-lhe um impulso adicional para a procura de parcerias.

E é extraordinário que decorrente deste mecanismo de financiamento, a Espanha tem presentemente consórcios com a Hungria, a Estónia e outros Estados-membros, com quem seria pouco expectável que pudesse vir a ser parceira. E este é mais um efeito positivo deste processo.

6. Palavra à Audiência para um período de Perguntas e Respostas

1ª Pergunta: Como compatibilizar a dimensão intergovernamental da PESCO com a dimensão supranacional do Fundo Europeu de Defesa.

2ª Pergunta: A Art.º 41 do Tratado da UE é claro quanto à impossibilidade do financiamento da Defesa. A Comissão toma agora como referência o Art.º 173, que trata do apoio à indústria e não às capacidades, a que acresce o facto do respetivo regulamento ainda não ter sido aprovado. Previsivelmente só o será pelo próximo Parlamento Europeu. Neste sentido, qual é a expectativa que podemos ter quanto à interpretação do novo parlamento sobre esta medida, algo criativa?

Alan Alexis: Sobre a relação entre a PESCO e o Fundo Europeu de Defesa, importa salientar que a PESCO é um assunto relativo à Política de Defesa da UE. A Comissão não tem responsabilidades no domínio da Defesa, mas antes na área da indústria de Defesa. Embora possa existir uma correlação entre as duas áreas, o princípio é que a Comissão não financia a área da Defesa, mas sim a da indústria.

Esta é a razão pela qual não alocamos recursos financeiros à PESCO, mas sim à I&D propostas pela indústria. O critério é o seguinte: a indústria propõe um projeto que é simultaneamente um projeto PESCO; esse projeto pode beneficiar de um bónus, pelo facto do seu financiamento ser do interesse da UE. Entenda-se, contudo, que não é simplesmente por ser um projeto PESCO que é garantido que será financiado pelo Fundo Europeu de Defesa.

No quadro dos projetos PESCO as empresas apresentam projetos que são devidamente avaliados por equipas de especialistas independentes nomeadas pela Comissão, tendo que satisfazer os critérios de elegibilidade do EDIDP, ou do Fundo Europeu de Defesa. Em caso afirmativo então serão selecionados para financiamento. Neste caso, beneficiarão ainda de um bónus, como já referido. Mas atenção que isto não é um processo automático. Há todo um conjunto de circunstâncias e requisitos a observar que pesam na decisão final.

É absolutamente certo que a Comissão não financia atividades de Defesa, mas realça-se de novo, apenas de I&D para a indústria. Naturalmente que é para a indústria dirigida à edificação de capacidades de Defesa, mas a centralidade deste processo não deixa de estar na indústria.

O Tratado refere claramente que o orçamento da UE não pode financiar operações militares no quadro da Defesa e este é também o motivo pelo qual o apoio à indústria termina na fase do protótipo. Porque a partir daí compete aos Estados-membros adquirir os protótipos. Não está nos objetivos da Comissão a aquisição de equipamentos bem como o

financiamento de operações militares em África ou em outros quadrantes. Portanto, é claro que temos que atender aos aspetos legais deste processo.

3ª Pergunta: Sobre o CARD foi aqui referido várias vezes o facto da maioria dos Estados-membros participantes serem simultaneamente membros da UE e da NATO. Nesta medida, como será possível compatibilizar o Planeamento de Defesa e o CARD. Qual dos dois está destinado a prevalecer?

Pedro Serrano: Tudo o que a UE está a realizar em termos do desenvolvimento de capacidades destina-se a apoiar os próprios Estados-membros neste domínio. Importa referir que quando identificamos necessidades em termos de capacidades essas mesmas necessidades já estão consideradas no Processo de Planeamento de Defesa da NATO. Portanto, os requisitos da UE integram os estabelecidos por este processo de planeamento da NATO bem ainda como, naturalmente, as necessidades definidas no plano nacional. Isto quer dizer que as capacidades a edificar no quadro da PESCO e dos outros mecanismos da UE estão devidamente identificados no planeamento NATO.

O processo do CARD tem por objetivo avaliar os planos de Defesa dos diferentes Estados-membros da UE e verificar o respetivo grau de envolvimento e o modo como se estão a desenvolver para satisfazer todas os requisitos do processo. Por outro lado, procura identificar oportunidades adicionais de cooperação, que possam apresentar-se necessárias. Também aqui, se procede a uma avaliação das necessidades em capacidades que respondam em simultâneo aos requisitos NATO, sendo a participação da Aliança Atlântica igualmente requerida neste processo.

A atitude da NATO tem sido muito positiva em relação a estas propostas e no reconhecimento dos respetivos benefícios. Portanto, enquanto estamos empenhados a desenvolver uma plataforma de cooperação europeia, estamos em simultâneo a apoiar a NATO, desenvolvendo capacidades e aumentando o investimento de Defesa que, como é sabido, são aspetos prioritários também para a Aliança Atlântica.

Sobre a questão das dimensões intergovernamental e supranacional, importa não ter uma visão dogmática sobre a forma como se compatibilizam. Temos dois processos diferentes, mas efetivamente o elemento que os conjuga é o da identificação das necessidades. Essa identificação que é integrada nos programas tanto do EDIDP como do Fundo Europeu de Defesa, que por sua vez leva em conta o mesmo catálogo de necessidades identificadas através do processo da PESCO.

Na prática funciona na mesma base e de facto os Estados-membros participam tanto no comité da Comissão onde se processa a aprovação

do programa e também, em simultâneo asseguram a identificação dos processos. Portanto, existe coerência entre ambos os processos. O Serviço de Ação Externa da UE e a Agência Europeia de Defesa também tomam parte no comité que estabelece o EDIDP. Temos, portanto, diferentes elementos nos processos que convergem e é assim fácil identificar os projetos PESCO que no final irão beneficiar do financiamento do Fundo Europeu de Defesa.

É verdade que, como foi referido por Alan Alexis, os processos de decisão são separados, mas convergentes e os participantes estão presentes em ambos, de forma a assegurar e facilitar essa mesma convergência.

4ª Pergunta: Como é possível conjugar as necessidades em capacidades com a respetiva I&D e por fim com o processo de aquisição. Será exequível no final do processo os Estados-membros ficarem vinculados à respetiva aquisição?

Carlos Avanzini: A perspectiva de Espanha é manter separadas as fases de desenvolvimento e produção. Até ao presente o facto de estar assegurado o financiamento da fase de desenvolvimento ao protótipo não implica que tenhamos obrigatoriamente que prosseguir com esse mesmo programa, uma vez que a partir daí este terá que ser financiado com fundos nacionais e pode dar-se o caso que o protótipo não satisfaça os requisitos finais estabelecidos. Portanto, não consideramos imperativo ter que assegurar a fase de produção do produto.

Pieter Taal: Sem querer alimentar polémicas referiu que há que ter em consideração três fatores, nomeadamente: o político, o legal e o prático. Do ponto de vista legal não existe nenhum constrangimento. Se temos um programa cooperativo podemos fazer todos os passos que nos comprometemos. No domínio nacional, no tocante à aquisição, cabe igualmente aos Estados-membros a sua aquisição, ou não. Pode, inclusivamente, argumentar-se que, entretanto, se verificou uma alteração nas necessidades do Estado-membro neste domínio. Este é o risco normal dos processos de I&D e aquisição. Ocorre em todos os quadrantes, inclusive nos EUA, nem tudo o que é inicialmente planeado e desenvolvido acaba no final por ser adquirido. Este é um risco que temos que assumir que irá continuar neste processo.

No plano político, uma cooperação é iniciada e pode gorar-se. Mesmo no passado o era sem o financiamento do EDIDP ou do Fundo Europeu de Defesa. No passado houve vários projetos cooperativos que se goraram, porque entretanto os pressupostos do processo de decisão alteraram-se na fase final. Este risco irá manter certamente. É sempre uma prerrogativa dos Estados-membros decidir no final o que irão adquirir, mas essa decisão é já um processo separado da questão em apreço.

Alan Alexis: Do ponto de vista legal, no quadro da cooperação de uma cooperação entre Estados-membros é possível ficar de fora da aquisição, porque de outra forma o processo em si nunca descolava.

No plano da UE, mesmo tendo um conjunto de Estado-membros e de empresas empenhados no desenvolvimento de um projeto, os Estados-membros não são obrigados à sua aquisição. Trata-se de uma questão prática, porque de outra forma nunca seria possível iniciar-se qualquer projeto. Por isso, estamos convictos de que estes programas só terão a possibilidade de ser verdadeiramente consumados se houver um forte empenhamento da parte dos Ministérios da Defesa, porque o que está em causa é um assunto de Defesa e esta não é uma indústria qualquer.

E, portanto, se não assegurarmos uma perfeita cooperação e envolvimento por parte dos Ministérios da Defesa, o processo não irá funcionar. Primeiro porque a Comissão normalmente não financia a totalidade dos custos. Mesmo na fase da investigação, em que é referido que o financiamento é a 100%, refere-se aos custos elegíveis, o que quer dizer que não é a sua totalidade. Portanto, alguém mais será chamado a contribuir e esse alguém é o Ministério da Defesa.

Na fase de desenvolvimento, quando é dito que o financiamento é apenas de 50%, o Ministério da Defesa terá que assegurar a metade restante. Daí a importância do envolvimento dos Ministérios da Defesa que a Comissão tem vindo a insistir nessa cooperação, porque é a melhor garantia de que no final deste processo terá sido desenvolvido um produto que os Ministérios da Defesa estarão muito provavelmente predispostos a adquirir. De outra forma as hipóteses do processo ser bem-sucedido são diminutas.

Um último ponto, esta iniciativa foi lançada há três anos atrás e todos os dias identificamos novos problemas. Normalmente ficamos satisfeitos quando os resolvemos a 50%, mas temos a perceção da necessidade de continuar em frente. Quando lançamos uma nova *call* confrontamo-nos sempre com novas questões, nós e certamente também as empresas que concorrem. Mas este não é um problema, mas antes a forma de evoluirmos. Nós na Comissão, as empresas – todos! E isso dá-nos a convicção de que no futuro faremos melhor, porque a intenção não é resolver todos os problemas, mas antes alcançar resultados efetivos.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO DE CAPACIDADES DE DEFESA - NOVOS HORIZONTES PARA A INDÚSTRIA NACIONAL

3º Painel

Projetos Cooperativos de Capacidades de Segurança e Defesa – Ponto de Situação e Processos de Candidatura

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO DE CAPACIDADES DE DEFESA - NOVOS HORIZONTES PARA A INDÚSTRIA NACIONAL

3º Painel: Projetos Cooperativos de Capacidades de Segurança e Defesa – Ponto de Situação e Processos de Candidatura

No 3º Painel procurou estabelecer a interface entre as instituições e as empresas, centrando o debate nos mecanismos institucionais existentes, nos programas dirigidos ao desenvolvimento da economia nacional, ao apoio às empresas, bem como as diligências necessárias para operacionalizar os novos instrumentos de financiamento comunitário.

O Painel foi moderado pelo Vice-Presidente da Associação Industrial Portuguesa/Câmara de Comércio e Indústria (AIP-CCI), Vítor Neto. Contou com a participação dos seguintes oradores:

- Alexandra Vilela, Vogal Conselho Diretivo do Compete 2020, Ministério Planeamento;
- Fernando Carvalho, em representação da Agência Nacional de Inovação, da Fundação para a Ciência e Tecnologia;
- José Freitas, Chefe da Divisão de Planeamento e Programação da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, Ministério da Defesa Nacional.

1. Intervenção Inicial pelo Moderador, Vítor Neto

Fez a abertura do painel referindo a importância do tema em discussão, realçando a relativa falta de informação sobre o assunto. Considera as questões da Defesa um dos aspetos estruturantes para o futuro de um país com a nossa dimensão e localização geográfica. Os condicionalismos geopolíticos subjacentes recomendam que temos que ter uma atenção especial a estes setores, para além de uma atitude adequada para continuarmos a ser um país relevante.

Referiu que o painel é dirigido essencialmente à dimensão prática do tema, como atesta o perfil dos oradores. Iniciou colocando uma questão à representante do COMPETE 2020, Alexandra Vilela, solicitando-lhe informação sobre o que existe no quadro do COMPETE 2020 em matéria de

financiamento que possa interessar ao setor da Segurança e Defesa. Em que medida este setor poderá retirar daí algum partido, de forma a candidatar-se a algum financiamento que possa fortalecer a ação, tanto no plano das empresas como das universidades.

2. Intervenção da Vogal do Conselho Diretivo do Compete 2020, Ministério Planeamento, Alexandra Vilela

Começou a sua intervenção referindo que quando estes assuntos se colocam, a primeira ideia que ocorre é que a Defesa não é uma área elegível aos fundos estruturais. No entanto, importa não olhar para a Defesa numa perspetiva *stricto sensu*, pelo facto de ela não ser elegível a estes fundos, mas temos antes de olhar para aquilo que é produzido em torno do setor da Defesa, num contexto mais alargado de Defesa, segundo um plano mais amplo.

Portanto, sobre tudo aquilo que em volta do setor da Defesa possa ter uso comum para a sociedade, do ponto de vista militar e também no plano da sociedade civil. Não é por acaso que indústria militar suscita fortes interesses económicos e financeiros e mobiliza vários segmentos da sociedade, das empresas e apoios à inovação produtiva, aos apoios à ciência, à I&D, à investigação aplicada, até à própria dinâmica de clusterização. Nós temos um *cluster*, nacional, dedicado às atividades da Defesa num conceito alargado de Aeronáutica, Espaço e Defesa.

Aquilo que a Defesa suscita com o poderio financeiro das atividades de *players*, da respetiva importância e do posicionamento que assumem na sociedade civil, tudo isto suscita a produção de bens, processos e produtos que são efetivamente de uso comum. Este é o conceito que utilizamos dado o constrangimento de elegibilidade atrás referido – do uso comum à sociedade civil, cientes ainda de que muitas vezes é da própria sociedade civil que nascem e que são apoiados.

Em termos de programação, temos um ciclo de programação bastante virtuoso, que vai desde instrumentos de apoio à produção do conhecimento, mais dirigidos para a área da ciência, até incentivos de apoio ao desenvolvimento tecnológico aplicado, aos apoios diretos às empresas através de apoios à inovação produtiva, à qualificação das empresas e à sua internacionalização. E tudo isto pode ser feito com o apoio aos tais usos comuns de produção, produtos e processos que nascem da sociedade civil, mas que podem ter um uso comum, tanto na própria sociedade civil como na dimensão militar.

Depois temos um outro conjunto de instrumentos muito interessantes, como por exemplo: as ações coletivas, dirigidas, nomeadamente, para a dinamização dos *clusters*, concretamente para o que já está criado para a

Aeronáutica, Espaço e Defesa. Fomos desafiados pelo Ministério da Economia a fazer a dinamização deste *cluster*. Fizemos já uma primeira reunião onde pedimos ao *cluster* para apresentar um programa de ação com uma agenda estratégica, incluindo ações muito concretas a desenvolver no curto prazo – de 1 ano – com coisas muito pragmáticas. Uma agenda com três ou quatro tarefas dirigidas a ações imediatas.

Neste grupo inserem-se os próprios apoios do SAMA (sistema de apoio à transformação digital da administração pública) dirigidos para a administração pública, onde temos muitos projetos desenvolvidos, como, por exemplo, no âmbito do Ministério da Defesa Nacional, envolvendo projetos de modernização da estrutura administrativa da Marinha.

Portanto, temos um leque alargado e as instâncias militares têm feito bom uso, tal como as empresas que desenvolvem produtos e serviços para a esfera militar. Do ponto de vista programático e mesmo pragmático da utilização, este não é um setor que não tenha usufruído de uma forma bastante positiva dos instrumentos que o COMPETE e dos Programas Operacionais Regionais, que não podem deixar aqui de ser realçados.

Em matéria de ciência e de sistema de incentivos, trabalhamos no COMPETE e no PT2020 de uma forma integrada. Temos redes nacionais que sistematizam e articulam as diversas intervenções de apoio. É o COMPETE que coordena, mas depois mobiliza os apoios para os Programas Operacionais Regionais, naquilo que são os projetos com uma lógica mais territorial. Portanto, são todos coordenados ao nível do COMPETE, mas, no fundo, são seis programas operacionais a trabalhar para este objetivo.

Moderador (Vitor Neto): Acha que mesmo assim se poderia fazer mais no aproveitamento destas oportunidades?

Alexandra Vilela: É sempre possível fazer mais. O sistema de incentivos passa muito pela dinâmica das empresas privadas que estão no mercado. Mas diria que a chave do fazer mais está, sobretudo, na dimensão de clusterização. A própria dinâmica que, por exemplo, o *cluster* da Aeronáutica, Espaço e Defesa pode ter junto dos seus associados. Em primeiro lugar as empresas, obviamente, mas também as instituições não empresariais do sistema científico e tecnológico, aquilo a que chamamos por “entidades não empresariais do sistema de inovação e investigação”. No fundo, são os centros tecnológicos, as universidades, os centros de investigação fora destas. São estes associados dos *clusters* e os serviços tutelares, como as Direções-Gerais e os Estados-Maiores da Armada e do Exército. É nesta lógica de clusterização da atividade que poderemos, de facto, ter uma alavanca de intervenção. Porque é aí que se ganha escala e se ganha fileira, que sendo política pública, pode ser alavancada nesta dimensão.

Moderador (Vitor Neto): Ouvimos hoje falar muito na PESCO e sobre este mecanismo qual é o nível de participação de Portugal nos projetos PESCO?

3. Intervenção do Chefe da Divisão de Planeamento e Programação da DGRDN, MDN, José Freitas

Sobre a participação portuguesa na Cooperação Estruturada Permanente importa referir que já houve até ao presente duas *calls*. Portugal não apresentou nenhum projeto, no entanto, toma parte em vários, embora com estatutos diferentes. Dos atuais trinta e quatro projetos Portugal participa em dezassete, seis com estatuto de participante efetivo e, conseqüentemente, com o estatuto de elemento ativo em conjunto com outros Estados-membros que integram esses mesmos projetos. Nos outros onze participamos com estatuto de observador.

Os projetos que Portugal integra na qualidade de participante são, respetivamente, o:

- *European Secure Software defined Radio (ESSOR)*, liderado pela França;
- *Cyber Threats and Incident Response Information Sharing Platform*, liderado pela Grécia;
- *Maritime (semi-) Autonomous Systems for Mine Countermeasures (MAS MCM)*, liderado pela Bélgica;
- *Harbour & Maritime Surveillance and Protection (HARMSPRO)*, liderado pela Itália;
- *Strategic Command and Control (C2) System for CSDP Missions and Operations*, liderado pela Espanha;
- Participa ainda no projeto mais abrangente da mobilidade militar, em que quase todos os Estados-membros fazem parte. Trata-se de um projeto fundamentalmente político e daí que Portugal não poderia deixar de participar.

Estes são os seis projetos em que Portugal toma parte com o estatuto de participante e onde temos uma voz ativa. Naturalmente que para participar em projetos PESCO e como já aqui foi referido, é preciso participar no financiamento da maior parte deles. Atualmente a Lei de Programação Militar encontra-se em fase de discussão na Assembleia da República, pelo que decorrem ainda os trabalhos ao nível do Ministério da Defesa Nacional sobre a decisão de continuar, ou não, a nossa participação em todos estes projetos. Sinteticamente, este é o ponto de situação sobre o nosso nível de participação nos projetos PESCO.

Uma vez que temos aqui a presença da indústria, é oportuno fazer uma referência sobre o nível de participação desta nos projetos. Naqueles em que Portugal continuar a participar, vai ser essencial identificar as empresas a indicar aos consórcios que estão a ser formados. Esse é um trabalho que teremos que desenvolver em conjunto, nomeadamente: no tocante a estabelecer critérios de elegibilidade; identificar junto da indústria as empresas que estarão efetivamente disponíveis para participar nesses projetos; o nível de participação que pretendem ter; bem como o que esperamos que efetivamente façam relativamente aos projetos.

Ressalta uma dúvida, sobre até que ponto as empresas têm efetivamente conhecimento sobre estes projetos. Eventualmente não terão e este é certamente um aspeto que teremos que acautelar. Com a maior celeridade possível há que divulgar o que são, de modo a permitir a sua avaliação por parte das empresas.

Sobre os projetos em que Portugal se vai candidatar nas *calls*, nomeadamente do EDIDP, passando ao ponto de situação atual neste domínio, foi recentemente aprovado o programa de trabalho relativamente ao EDIDP e está já a decorrer a primeira *call*. A segunda *call* irá iniciar-se, previsivelmente, no princípio de 2020.

Do ponto de vista da relação entre os projetos PESCO e o EDIDP, importa referir que a *call* do EDIDP este ano é dedicada a nove grupos de projetos e no próximo será para um universo de onze. Aqui, mais uma vez, será necessária a coordenação e a intervenção da indústria, porque o EDIDP é destinado a financiar as empresas e não os Estados-membros. Portanto, é necessário decidirmos em conjunto quais são os projetos em que Portugal pretenderá participar.

Relativamente à Ação Preparatória em Investigação de Defesa (PADR – *Preparatory Action on Defence Research*), que é a dimensão de investimento do Fundo Europeu de Defesa, já houve três *calls*, respetivamente: uma em 2017; outra em 2018; estando a decorrer a terceira *call*.

Pode-se dizer que no resultado destas *calls* Portugal conseguiu, através das empresas, participar em quatro desses projetos, garantindo, à partida, um retorno financeiro na volta de dois milhões de Euros. Estes são os dados disponíveis presentemente. Portanto, podemos considerar que o nível da nossa participação no PADR é bastante positivo.

Moderador (Vitor Neto): Realçou, como nota relevante, a necessidade de informação, sendo uma área onde tanto as entidades oficiais como as associações empresariais se deveriam empenhar. É importante efetuar um esforço no sentido de se conseguir divulgar e sensibilizar as empresas nestas áreas.

Solicitou ao terceiro membro do painel, Fernando Carvalho, que elaborasse um pouco sobre o progresso alcançado na área da Segurança no quadro do Programa Horizonte 2020.

4. Intervenção do representante da ANI/FCT, Fernando Carvalho

Sobre o sucesso das atividades da Agência Nacional de Inovação, Fundação para a Ciência e Tecnologia no Programa Horizonte 2020, apraz referir o seguinte. Ao longo de todos estes anos é possível constatar que, na área da Segurança, Portugal está com uma taxa de retorno das verbas que são colocadas a concurso, bem superior à generalidade da média nacional. Só para se ter uma ideia, Portugal coloca no orçamento europeu cerca de 1,3% do orçamento que vai a concurso. Esta corresponde à parte da contribuição nacional para o orçamento europeu. Desse 1,3%, neste momento e no que ao Horizonte 2020 diz respeito, Portugal vai buscar 1,6%, como valor de média do Horizonte 2020 para todos os temas. Mas no caso da Segurança em particular, a média chega a estar acima dos 3%.

Aquilo que Portugal consegue ir buscar das verbas que são colocadas a concurso é mais do que 3%. E isto não é mérito da ANI nem da equipa de pontos de contacto nacionais, mas antes das empresas, dos centros de investigação e das universidades, que se sabem colocar muito bem junto dos consórcios ganhadores.

Esta é a dinâmica da Comissão, desde há muitos anos. Lança uma *call* e fica na expectativa que se formem consórcios internacionais que apresentem propostas e a melhor dessas propostas tende a ser selecionada. A virtude das nossas entidades nacionais na área da Segurança é saberem muito bem colocar-se nesses consórcios.

Ora desde que se começou a falar na Defesa, na área do Horizonte 2020 e na Comissão, disse sempre que se seguirmos o exemplo da Segurança iríamos ter bons resultados. Isto numa altura em que se questionava, do lado da ciência, se era possível alguma vez haver atividades de I&D ligadas à Defesa, na área da Comissão.

Hoje de manhã tivemos um magnífico painel, com excelentes apresentações e análises sobre esta situação. Todos os que assistiram devem ter conseguido ler nas entrelinhas que existem divergências. Foi aqui muito claramente referido que a Comissão lançou várias iniciativas em paralelo e todas ao mesmo tempo. Agora, com o evoluir da situação é que estão a procurar agregar as coisas.

Há duas muito concretas que estão neste momento a concurso na área da Defesa: o PADR, que é a investigação na área da Defesa e o EDIDP que trata de capacidades, sobretudo dirigido à indústria. Esta separação não é

tão relevante assim. Onde é que acaba a investigação e começa o desenvolvimento é uma questão que vem sendo debatida desde há quarenta anos, não sendo verdadeiramente importante, porque não há barreiras aqui. A investigação, para ser efetiva e ter repercussão na economia, tem que passar ao desenvolvimento, não havendo, portanto, uma barreira e a criação desta barreira é negativa. A Comissão não devia ter ido por esse caminho, mas a evolução acabou por seguir aquilo que os vinte e sete países consideraram ser o modelo a seguir.

Atualmente temos o programa do PADR, com pouquíssimas verbas a concurso durante 2019 e, por outro lado, temos o EDIDP com verbas significativas a concurso. Aparentemente a Comissão já divulgou as *calls*. Da nossa parte temos procurado fazer uma divulgação informal sobre os conteúdos dessas mesmas *calls*. É esse o papel da ANI, fazê-lo através de todos os *contact points* que normalmente garantem esta divulgação.

Vai abrir agora um concurso de 250 milhões de Euros para projetos na área do EDIDP, para capacidades e indústria. O Ministério da Defesa Nacional tem algum papel na promoção, mas não parece que tenha meios financeiros para poder apoiar as empresas nacionais a participar nestas *calls*. As *calls* vão fechar no final de agosto e as empresas de Espanha, como durante a manhã foi dado o sinal que trabalham precisamente nesse sentido, vão poder concorrer com garantias de ter financiamento para as suas atividades, se ganharem os projetos.

As empresas portuguesas não vão ter essa garantia, portanto, não vão estar em pé de igualdade com a generalidade das empresas internacionais. É certo que estamos a falar de indústrias de Defesa e não temos assim tanta indústria com essa capacidade. Mas é importante que venhamos a ter e, portanto, vamos apoiar as empresas que quiserem participar nestas *calls* do EDIDP, sem ser propriamente o apoio financeiro da componente nacional o que, a prazo, terá consequências.

Este aspeto prende-se com um objetivo que o Ministro da Ciência tem vindo a divulgar para o próximo programa quadro, no espaço temporal de 2021 em diante. Em 2021 arranca o programa Horizonte Europa, arranca também um programa na área do digital e arranca igualmente o Fundo Europeu de Defesa. Tudo programas financiados diretamente pela Comissão Europeia com área de I&D. A ambição que o Ministro da Ciência está neste momento a lançar como desafio é que no programa Horizonte Europa, de 2021-2027, Portugal seja capaz de ir buscar um retorno, apenas e só, de 2 mil milhões de Euros.

Só para se termos uma ideia, neste momento Portugal já foi buscar muito perto de 700 milhões de Euros aos programas do H2020. Portanto, espera-se que até ao final daquele programa se ultrapasse esta meta em mil milhões

de Euros, ou muito perto disso. A ideia é no próximo programa quadro duplicar as verbas que Portugal consegue ir buscar. Quando falamos deste objetivo falamos de verbas que a Comissão detém e que usa, não estamos a falar de verbas que Portugal, através de outras ações, pode eventualmente colocar nos projetos.

Falamos muito nesta conferência nos projetos PESCO. Estes projetos vão buscar uma parte do financiamento aos programas que estão agora a avançar, contudo, trata-se apenas uma fatia do seu financiamento, tem de haver financiamento nacional para conseguirmos efetivamente buscar esses montantes. De outra forma, acabamos numa situação que já verificada na área da Segurança, em particular com as forças de segurança, que em vez de terem participações de 400 mil Euros têm de 40 mil ou de 70 mil Euros, porque não há capacidade orçamental nacional para acompanhar as participações nesses projetos.

Parece estranho, mas é a realidade, que pode vir a verificar-se igualmente na área da Defesa. E para que não aconteça é fundamental que haja Lei de Programação Militar ou outra via orçamental, com verbas efetivamente disponíveis e colocadas à disposição das empresas, dos centros de I&D e das universidades. Espanha está a fazê-lo, mas não começou agora, pelo que não nos devemos surpreender quando nos dermos conta que a taxa de retorno da Espanha, nestes projetos do EDIDP e do PADR, também vai ser muito boa e de montantes significativos.

Moderador (Vitor Neto): Solicitou aos membros do painel que façam, de seguida, uma segunda intervenção para apresentarem os seus pontos de vista sobre algumas das questões que foram, entretanto, levantadas.

5. Intervenção da Vogal do Conselho Diretivo do Compete 2020, Ministério Planeamento, Alexandra Vilela

Em matéria de complementaridade com o Horizonte 2020 realçou um conjunto de instrumentos que se considera serem muito interessantes, não sendo claro até que ponto sejam suficientemente conhecidos. Temos um conjunto de avisos para o âmbito da I&D como também na área da ciência, mas muito relevante no contexto do apoio às empresas e centros de investigação.

Uns já lançados e que estão abertos em permanência, que visam ajudar a participação das empresas portuguesas nos programas europeus, nomeadamente no Horizonte 2020, mas não só. Também destinados a participarem em consórcios que integram e acompanham o ciclo de vida dos projetos. Temos um concurso de apoio à internacionalização que está aberto em contínuo e que, no fundo, visa apoiar as empresas e centros de investigação a integrarem consórcios. Tem como despesas elegíveis a

participação em reuniões e deslocações a reuniões de consórcios internacionais. São pequenos apoios, não são milhões.

Visam preparar consórcios, dando condições às empresas nacionais para irem pela Europa e Estados associados da UE com o propósito de integrarem os melhores consórcios. No fundo, pretende dar-lhes condições para se posicionarem devidamente no contexto de integrarem os consórcios que depois irão concorrer ao Horizonte 2020. Portanto, no fundo é dar resposta àquele argumento atávico de dizermos de que não temos apoios para nos integrarmos e internacionalizarmos.

Temos este aviso que está aberto em contínuo todos os anos e permite às empresas e centros de investigação concorrerem, na perspetiva de terem condições técnicas para irem negociar, encontrar parceiros, planear as deslocações, ter reuniões no estrangeiro, etc. No fundo é uma espécie de assistência técnica à procura dos melhores consórcios, que é importante para estarmos de igual para igual com parceiros com maiores recursos do que Portugal.

Temos ainda outro instrumento, os chamados programas europeus de I&D empresarial, à escala europeia. Não são apoios específicos para os setores da Defesa ou da Segurança, mas podem também cobrir estes setores. No fundo, são para, de alguma forma, sustentar a participação nacional das empresas em consórcios e aí já temos investimento puro. Está também aberto em contínuo, embora por fases para nos permitir ir tomando decisões e as empresas não ficarem muito tempo à espera. É aberto em períodos de três meses, intervalados pelo período necessário ao processo de decisão. É, portanto, um contínuo faseado.

Outro instrumento que não tem tido a procura que inicialmente se esperava, por parte das empresas identificadas pelas ANI, destina-se às que participaram ao abrigo do programa europeu e do plano Juncker, mas que não obtiveram financiamento por dificuldades do orçamento europeu, tendo, no entanto, obtido o selo de excelência.

Essas empresas que participaram em consórcios internacionais, mas que não foram selecionadas por dificuldades do orçamento da Comissão Europeia, podem vir a concurso ao COMPETE e têm uma “via verde” para aceder ao financiamento. Já apoiamos cinco projetos que foram considerados muito bons pela Comissão Europeia, mas que como não havia orçamento comunitário suficiente para os apoiar foram apoiados por fundos estruturais alocados a Portugal.

Aqui a diferença é que enquanto o que vai a concurso no H2020 é competitivo ao nível europeu, o que vai ao COMPETE é ao nível nacional, competindo com menos parceiros, tendo posições vantajosas, nomeadamente esta que é garantida pelo selo de excelência. Não é um

concurso propriamente dito, porque os projetos já foram avaliados pela comissão Europeia, foram classificados como bons projetos, obtiveram o selo de excelência e, portanto, têm o financiamento automaticamente garantido pelo COMPETE 2020.

Refere-se ainda outro instrumento, que consiste num aviso que foi lançado muito recentemente e que também não é específico da área da Segurança, a que chamamos de parcerias internacionais. No fundo são três parcerias com algumas das melhores universidades americanas: o MIT; a Austin Texas; e a Carnegie Mellon. No fundo trata-se de aproveitar estas parcerias. Na primeira fase, a partir de 2009, foram celebrados protocolos entre universidades portuguesas e estas universidades de excelência americanas, que estavam circunscritos aos parâmetros da investigação universitária. Agora que já temos maturidade, vamos abrir este concurso e estas parcerias às empresas.

Portanto, as empresas nacionais que queiram fazer I&D de ponta com as melhores universidades e com os melhores centros de investigação dos EUA e queiram ter esta parceria internacional ao nível da excelência, com acesso a informação industrial, têm aqui uma oportunidade. Frequentando estes fóruns internacionais de excelência, é uma oportunidade ímpar para participar no que de melhor se faz nas universidades americanas.

Também neste âmbito podem ser apresentadas candidaturas. É um concurso que está aberto e que tem como áreas importantes, por exemplo: a investigação do mar; as ligações ao espaço e à terra, entre outras. Tem, portanto, áreas de colaboração muito interessantes para o setor aqui em análise.

Por último, vamos lançar, na próxima semana, aquilo que é o instrumento premium da I&D, que são os projetos mobilizadores, que visam apoiar atividades de clusterização e onde o *cluster* da Aeronáutica, Espaço e Defesa é já um deles. É, portanto, um apoio a atividades de clusterização, mas também tem uma dimensão de atividades de investigação, sobretudo em áreas que são para nós muito relevantes, como, o mar, a cibernética e o espaço.

Visa igualmente dar ênfase às atividades que estão a ser desenvolvidas pela Agência Espacial Portuguesa, recentemente criada nos Açores. Portanto, é também uma oportunidade ímpar para as empresas portuguesas que querem produzir ou fazer I&D, com vista à criar produtos nesta área.

Diria, para finalizar, que apesar das nossas limitações orçamentais temos instrumentos que cobrem todo um ciclo de vida, que vai desde: a construção do consórcio; como contrapartida quando já estamos aprovados em consórcios internacionais; ou para financiar aquilo que a

Comissão considerou muito bom, mas que não teve recursos financeiros para lá chegar. Em síntese, temos este ciclo de vida, para além dos nossos instrumentos nacionais, como oportunidades que o setor industrial da Defesa não deve perder.

6. Intervenção do Chefe da Divisão de Planeamento e Programação da DGRDN, MDN, José Freitas

A Lei de Programação Militar é fundamentalmente vocacionada para colmatar lacunas no sistema de forças nacional. Naturalmente que não é expectável que a LPM vá dar incentivos à componente de I&D, ou grandes incentivos às empresas. Trata-se claramente do processo de aquisição de equipamentos e do desenvolvimento de sistemas.

Naturalmente que com os seus programas a LPM irá apoiar todos esses percursos. As sinergias dos vários programas, como aqui foi referido, contribuirão, em muito, para que juntos consigamos fazer mais, melhor e mais depressa. Da parte da Defesa, naturalmente, haverá sempre o apoio na identificação das nossas necessidades e a colaboração na identificação dos requisitos.

Há pouco foi referida a separação entre investigação e desenvolvimento. É um facto que na União Europeia existe uma separação, mas temos que salientar que o PADR e o EDIDP são apenas ações preparatórias. São projetos piloto para a partir de 2021 termos um fundo único, embora continue a ter estas duas dimensões – de investigação e de desenvolvimento. O processo atual servirá como teste, que será observado por todos os Estados-membros e, naturalmente, que poderá ser melhorado pela forma como decorreu o PADR e o EDIDP.

7. Intervenção do representante da ANI/FCT, Fernando Carvalho

Efetivamente o Fundo Europeu de Defesa será um só instrumento e vai cobrir ambas as janelas – da investigação e do desenvolvimento de capacidades. Tenho esperança que a separação entre essas janelas se atenua cada vez mais e acabe inclusivamente por desaparecer, por todos os aspetos positivos que acarretaria.

Só para se ter uma ideia, no H2020 a Segurança não engloba a área da Defesa. No FP7, que era o programa de investigação nos sete anos anteriores aos Horizonte 2020, a área da Segurança era feita em articulação com a Defesa. Isto era explícito e estava indicado desta maneira. No H2020 o texto é diferente, as atividades do H2020, na área da Segurança, são exclusivamente civis. Note-se a diferença, enquanto no FP7 se dizia “em articulação com a Defesa”, no H2020 passa a dizer-se “exclusivamente civis”.

No Horizonte Europa vai haver uma área de investigação para a Defesa. Ainda bem que assim é, embora o caminho que foi seguido não pareça ter sido o melhor. Por exemplo, poderia ter sido feito algo mais próximo com a prática na Segurança. Aqui os projetos lançados são de interesse das forças de segurança e das autoridades de segurança dos Estados-membros, que estão representados no comité que prepara e aprova o programa de trabalho. Esse teria sido um caminho alternativo.

Há ainda muito a aprender e muito por definir. Os regulamentos ainda não foram aprovados, nem mesmo o do Fundo Europeu de Defesa, nem o do próprio Horizonte Europa estão completamente fechados. Claro que não sobra muito para alteração até à respetiva aprovação, mas falta toda a questão da aprovação dos orçamentos. Tudo o que é orçamentos a partir de 2021 está ainda sob questão. Irá ser definido em breve, com implicações muito grandes no orçamento da Comissão e também nestas verbas que temos estado aqui a analisar.

Em particular no âmbito da PESCO, porque para a PESCO vais ser sempre um complemento de alguns dos projetos – daqueles que se inserirem no EDIDP. Mas o verdadeiramente importante é que as empresas portuguesas, em articulação com a DGRDN, se posicionem junto daqueles que podem vir a ser ganhadores de consórcios internacionais. E esse é o primeiro passo. Nessa dinâmica, as empresas não podem, nem devem ficar à espera que o MDN lhes diga quem devem contactar. Devem pôr-se já em contacto com aqueles que acham que podem vir a ser ganhadores de projetos. Os projetos já estão a abrir, já deve haver dezenas de consórcios constituídos por essa Europa fora, para concorrerem a estas *calls* que foram ou vão ser publicadas.

Há imensos consórcios e é possível assegurar que muitas das entidades que atuam forte nesta área da Segurança já estão posicionados para se candidatarem a essas *calls*. E isto é o lado positivo da questão. Não nos podemos esquecer que mesmo no H2020, na área da Segurança, as academias militares e os centros de investigação militares têm recebido importantes apoios às suas atividades de I&D.

Atividades que são apresentadas como sendo exclusivamente de carácter civil. Sempre recomendei que não fosse referido o carácter de duplo uso, porque pode levar à rejeição dos projetos. As atividades do H2020 são exclusivamente civis, mas os três ramos das Forças Armadas, as três academias e os centros de investigação das Forças Armadas participaram e ganharam projetos.

As diferentes entidades, a indústria e os centros de investigação, todos têm que atuar por essa Europa fora junto das entidades ganhadoras. O nosso Ministério da Defesa Nacional tem excelentes contactos como o seu

homólogo espanhol. Se as entidades portuguesas solicitarem esses contactos ao MDN, certamente que lhes passam os contactos adequados no Ministério da Defesa de Espanha. Esta pode ser uma via de começo, porque, certamente, a Espanha está igualmente a posicionar-se para concorrer a determinados projetos.

E essa é a dinâmica ganhadora da Segurança. Entidades muito especializadas com capacidades próprias que se conseguem promover, não tanto junto do governo ou do MDN, mas acima de tudo junto dos grandes parceiros europeus, que vão estar como ganhadores das *calls* que agora está a sair a concurso.

Claro que estas entidades têm que o fazer com a bênção do nosso MDN, mas para se posicionarem bem não precisam da intervenção do MDN. Podem fazê-lo desde já, mas não alimentando expectativas de ganhar concursos já em agosto deste ano. É necessário trabalhar a longo prazo.

Coloquem-se já junto dos consórcios internacionais, nem que seja a pensar que daqui a três anos irão ganhar um projeto, que se calhar só irá começar daqui a quatro. A perspetiva tem que ser essa.

8. Palavra à Audiência para um período de Perguntas e Respostas.

1ª Pergunta: Sobre o funcionamento dos diferentes mecanismos, nomeadamente da relação entre o PADR e o EDIDP.

Fernando Carvalho: PADR e EDIDP são dois processos distintos na Comissão, lançados separadamente e não necessariamente interligados. A ligação entre os dois só se vai verificar a partir de 2021, quando arrancar o Fundo Europeu de Defesa.

Foi entendido pela Comissão, por pressão dos Estados-membros, que a gestão do PADR deveria ser entregue à Agência Europeia de Defesa. Isso aconteceu no caso do PADR e é assim que está presentemente a funcionar, mas não é assim que funciona o EDIDP. Isto quer dizer que para encontrar as *calls* do PADR o *site* da *internet* da EDA é o local adequado. Talvez venham a publicar aí também as *calls* do EDIDP, mas a realidade atual não é essa. Ou seja, são *drivers* com objetivos distintos. A partir de 2021 estarão de facto ligados.

José Freitas: Relativamente ao envolvimento da EDA neste processo, efetivamente irá ficar envolvida no EDIDP já a partir deste ano, com a criação do *market place*. Este será mais um instrumento onde haverá oportunidade para os Estados-membros discutirem em conjunto a participação e a preparação de projetos no âmbito do EDIDP e, provavelmente, será assim futuramente no âmbito do Fundo Europeu de Defesa.



Está previsto igualmente no *market place* a participação ativa das indústrias, juntamente com os Estados-membros, para delinarem em conjunto quais são os projetos a candidatar ao Fundo Europeu de Defesa.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO DE CAPACIDADES DE DEFESA - NOVOS HORIZONTES PARA A INDÚSTRIA NACIONAL

4º Painel

Perspetiva da Indústria sobre a Participação em Projetos Cooperativos de Capacidades de Segurança e Defesa

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO DE CAPACIDADES DE DEFESA - NOVOS HORIZONTES PARA A INDÚSTRIA NACIONAL

4º Painel: Perspetiva da Indústria sobre a Participação em Projetos Cooperativos de Capacidades de Segurança e Defesa

No 4º Painel dirigido às empresas e *clusters* da Base Tecnológica e Industrial de Defesa nacional, bem como aos centros de I&D e membros da academia teve como objetivo auscultar as preocupações, potencialidades e expectativas dos vários *stakeholders*. Por outro lado, depreender a sua visão quanto à participação em projetos desenvolvidos no âmbito da PESCO, do Fundo Europeu de Defesa e de outros instrumentos de financiamento comunitário.

O Painel foi moderado pelo Presidente do Conselho de Administração da IdD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, Henrique Macedo. Contou com a participação dos seguintes oradores:

- Arlindo Oliveira, Presidente do Instituto Superior Técnico;
- Braz Costa, Diretor-geral do CITEVE – *Textile Technology Cluster*;
- José Neves, Presidente da AED Portugal – *Aeronautics, Space and Defense Cluster*;
- Miguel Braga, Diretor de Aeronáutica e Defesa do CEiiA – *Centre of Engineering and Product Development*;
- Marco Capitão Ferreira, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

1. Intervenção Inicial pelo Moderador, Henrique Macedo

Começou a sua intervenção referindo que a idD montou este painel na perspetiva de ouvir a indústria, sobre os desafios subjacentes ao Fundo Europeu de Defesa, atentos ao facto de que, em última instância, este será o instrumento que irá dotar as empresas de uma capacidade industrial inovadora.

Salientou que a idD ao associar-se a esta iniciativa como parceira da AIP-CCI e da EuroDefense-Portugal, não é, contudo, a primeira ação deste género que realiza. Desde 2014 a idD vem promovendo este tipo de atividades, desde a altura em que o objeto social da idD foi expandido, para passar também a ser um instrumento de divulgação e promoção da indústria nacional.

Lembrou que no que concerne à transmissão de informação, a idD tem mais de trezentas empresas na sua base de dados, salientando que no *site* da *internet* da idD é possível encontrar toda esta informação. Admitiu que poderá, no entanto, ter havido mudança de titulares de cargos e, conseqüentemente, de destinatários daquela informação, comprometendo-se a verificar a base de dados no sentido de assegurar a sua atualização.

Informou que o objetivo do painel é auscultar a indústria sobre os desafios que se colocam com o Fundo Europeu de Defesa. As sessões anteriores forneceram muita informação, mas que, eventualmente, poderá em certa medida ter baralhado alguns dos presentes, daí que a metodologia a imprimir no painel seja a do debate aberto, no sentido do esclarecimento de dúvidas.

Salientou a questão levantada sobre a separação entre indústria e inovação, ciência e tecnologia, e como é que tudo isto se conjuga num país que tem o seu próprio sistema científico e tecnológico, o seu sistema de pequenas e médias empresas e uma caracterização própria para a qual podemos fazer uma análise SWOT.

Referiu que importa perceber as vantagens, debilidades e particularidades, bem como os desafios que este fundo pode trazer para o país. Formulou então a questão que colocou aos membros do painel, segundo as seguintes premissas:

- O que é que as empresas podem considerar como vantagens, como inconvenientes e como fraquezas face a este novo fundo?
- Em que medida é que a articulação entre o sistema científico-tecnológico e a indústria deve existir, ou coexistir de uma forma efetiva, sendo certo que o resultado final, à partida, requer um investimento forte, dinâmico e profundo, nas componentes de I&D tecnológico?

2. Intervenção do Presidente do Instituto Superior Técnico, Arlindo Oliveira

Principiou a sua intervenção dizendo ser perfeitamente claro que a interação entre o tecido académico, as universidades, as empresas e as próprias Forças Armadas é fundamental, se quisermos ser competitivos na

utilização destes fundos. O pior que nos poderia acontecer seria Portugal não poder canalizar para as nossas empresas e para a nossa economia uma parte destas verbas.

Focando-me na cooperação entre as empresas e as universidades, acho que ela tem estado a evoluir na última década. Neste momento já existem muitos bons exemplos de cooperação entre as universidades e as empresas. Avançamos muito desde há duas décadas, onde a academia era um mundo à parte e as empresas não valorizavam muito o que lá era desenvolvido, mas apesar de termos evoluído ainda estamos muito longe do que seria ideal. Por exemplo, a Alemanha tem um entrosamento entre universidades e empresas muito maior, sendo incomparável com Portugal.

Há aqui algumas dificuldades, porque há sempre dois problemas na relação entre as universidades e as empresas. Um são as universidades e o outro são as empresas. Os investigadores nas universidades não se preocupam suficientemente em debruçar-se sobre problemas com importância prática real, num prazo relativamente curto ou médio. Debruçam-se, sobretudo, sobre questões menos práticas. Por outro lado, as empresas também nem sempre dão o real valor às competências e ao conhecimento que existe nas universidades. Às vezes sofrem de um outro problema, que é acharem que as universidades podem perfeitamente trabalhar gratuitamente, já que os professores já têm os salários pagos, o Estado paga o funcionamento das universidades e isso não é verdade. Qualquer projeto, para ser desenvolvido, precisa de laboratórios, de equipamentos, de alunos e de bolsas. Já ocorreram diversos casos em que houve a necessidade de explicar às empresas que a colaboração em projetos está, necessariamente, condicionada ao respetivo financiamento.

Isto é algo que também importa mudar significativamente e a existência deste fundo permite endereçar parte deste problema. A existência de fundos para desenvolver estas tecnologias, as nossas empresas, as nossas universidades, em colaboração com as Forças Armadas, pode desempenhar aí um papel importante.

3. Intervenção do Presidente da AED Portugal – Aeronautics, Space and Defense Cluster, José Neves

A AED, *cluster* Aeronáutica, Espaço e Defesa, representa sessenta e oito empresas e cerca de 18.500 postos de trabalho. Em relação à questão aqui colocada, no primeiro painel o Dr. Marco António Costa referiu algo importante relativamente aos dezassete anos de atraso que temos em relação a França, neste tipo de investigação e desenvolvimento. Temos que olhar para a parte positiva, porque se conseguimos vencer a França

no futebol também conseguiremos chegar ao mesmo nível no domínio da Defesa.

As áreas da investigação e desenvolvimento, tal como as universidades, têm de certa forma conseguido cobrir a lacuna que existia há vinte anos. Em 1999 não havia indústria de Espaço em Portugal e hoje a nossa indústria do Espaço fornece a Agência Espacial Europeia, em competição com as grandes empresas europeias. Portanto, a boa notícia é termos já conseguido colmatar essa lacuna.

O que de certa forma pode ter corrido pior prende-se com a iniciativa em apreço, que sendo excelente é, contudo, tardia. Isto é, em certa medida se fosse há um ano atrás teria sido muito melhor. Tivemos aqui o representante de Espanha que referiu estarem a trabalhar, nesta área de preparação da PESCO, há cerca de três anos. Portanto, temos de certa forma que mitigar também essa lacuna que, do ponto de vista das empresas, se reflete em algum atraso no conhecimento sobre o que são o Fundo Europeu de Defesa e o EDIDP.

Sublinho que no quadro da AED temos falado bastante com a idD e com o Ministério da Defesa Nacional sobre o tema, não tendo havido exclusão ou omissão de informação. Simplesmente julgo ter havido um atraso na articulação do que é hoje o programa e o ponto em que nos encontramos.

Reafirmo o que há pouco já alguém aqui mencionou, que vai ser muito mais complicado as empresas entrarem nesta primeira fase. Temos conhecimento de que há muito mais trabalho feito em Espanha. Os projetos estão a ser liderados pela Leonardo, pela Indra e por outras grandes empresas europeias. Portanto, as empresas portuguesas vão entrar naquilo que foi anteriormente referido como, o “trabalho que os outros nos vão dar”.

É importantíssimo que o Ministério da Defesa possa assegurar algum *leverage*, algum suporte às empresas portuguesas, quando este lhe for pedido, porque vão combater em pé de desigualdade. Portanto, é muito importante que essa articulação seja feita o mais rapidamente possível. O Ministro da Defesa mencionou hoje aqui o Grupo de Acompanhamento da Participação nos Projetos PESCO (GAPP - PESCO), ao nível nacional. Portanto, a articulação de esse tipo de apoios é muito importante.

Salientaria também, como ponto muito importante, o retorno do setor de Defesa aqui mencionado pelo Dr. Alberto Coelho. Do ponto de vista das empresas, é importante olhar para o mercado de Defesa não como um mercado de despesa, mas como um mercado que, de certa forma, pode fomentar a indústria e as capacidades nacionais. Por exemplo, há alguns anos atrás a Agência Espacial Europeia realizou um estudo em que indicava que por cada Euro investido na agência, os Estado-membros tinham um

retorno de, no mínimo, quatro Euros. Não sei se o setor da Defesa tem um binário tão elevado, mas terá certamente um retorno próximo de metade desse valor. Temos constatado que todos os projetos com que temos trabalhado no setor têm tido esse potencial, não só na área da Defesa, mas também no setor aeronáutico, entre outros.

Por último, mencionar que este tipo de programas pode capacitar as empresas portuguesas para fornecer o Ministério da Defesa Nacional no futuro. Daí a importância da agilização com a LPM. Ou seja, identificarmos as lacunas que existem ao nível nacional, a forma como podem ser compensadas pelas capacidades das empresas e a forma como capitalizar o respetivo *know how*. Neste sentido, não só as empresas poderão capacitar-se para, no futuro, fornecer o Estado português através da satisfação das necessidades operacionais das nossas Forças Armadas, identificadas na LPM, mas também, de certa forma, usarem essa capacidade em outros programas.

A Embraer tem programas de desenvolvimento, onde se as empresas portuguesas tiverem uma capacidade de nível tecnológico superior, possivelmente em vez de serem fornecedoras poderão passar a ser suas parceiras em novos desenvolvimentos. E é por isso muito importante usar esse *know how*, não só para projetos de pendor europeu, mas eventualmente também de âmbito internacional no quadro da Embraer, da Lockheed Martin, ou de outras empresas que no passado forneceram o Estado português em projetos de grandes dimensões e que olham para a indústria portuguesa como não tendo capacidades para os ajudar em projetos de cooperação industrial.

Podendo o financiamento em análise ir até 75%, é muito importante que a parte que irá ser coberta pelas empresas seja feita numa visão de, no futuro, termos o retorno do investimento que fizemos agora.

4. Intervenção do Diretor-Geral do CITEVE – *Textile Technology Cluster*, Braz Costa

A indústria do têxtil em Portugal tem hoje empresas que estão no *cutting hedge* da tecnologia, com dimensão mundial. Sobre as oportunidades no plano europeu, para o centro de tecnologia têxtil levanta-se um conjunto de oportunidades, mas também de dificuldades se não as conseguirmos aproveitar.

Um outro ponto que de alguma forma enquadra este entendimento, passa pela relevância do papel das interfaces. Nós compreendemos as dificuldades que as empresas têm para se relacionarem com as universidades e o contrário também, porque os modelos são tão diferentes que se torna muito difícil. E o defeito não é nem de um lado nem do outro.

Quando uma universidade pensar exclusivamente com um empresário perdeu-se e quando um empresário pensar como um investigador universitário está igualmente perdido.

Há, de facto, que estabelecer pontes. A questão é saber como é que isso se faz. De alguma forma os centros de interface tecnológico têm feito esse papel e o exemplo é muito simples. Não acredito que nenhuma das empresas portuguesas que estão envolvidas nos vários projetos que temos na EDA e com outros parceiros, sozinhas tivessem conseguido lá chegar. E por um motivo, porque quem organiza os consórcios ou são empresas de grande dimensão, ou são exatamente os institutos de I&D industrial, que estão muito bem posicionados em termos europeus e têm o *networking* já montado. Ou seja, se estivermos a falar da Embraer, ou de uma empresa de grande dimensão, têm os seus próprios meios, mas as empresas pequenas não têm e é precisamente esse o papel que o CITEVE assegura.

Fazemos isso pelas empresas e acontece que o esforço que nós fazemos acaba por se refletir no conjunto das empresas. As que estão envolvidas não têm grande dimensão, não têm gabinetes de engenharia muito grandes, nem têm gabinetes de I&D, fazem *outsourcing* da I&D junto do CITEVE e somos nós que vamos à procura de outras empresas que tenham competências complementares das nossas.

Quando falo do CITEVE falo de duas realidades – o CITEVE propriamente dito, mas também o CeNTI (Centro Nanotecnologia Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes), que é um centro criado pelo CITEVE que se dedica à nanotecnologia e aos materiais inteligentes.

Finalmente, dar conta de que é fundamental ter uma articulação com as Forças Armadas. O melhor investigador pode conhecer a melhor tecnologia, mas se não souber em que condições é que os materiais vão ser utilizados e que produtos vão se empregues, nunca conseguirá desenvolver um produto que seja competitivo, porque não vai ter clientes. Esta articulação com as forças armadas, no caso do CITEVE, tem sido fundamental, não apenas para perceber o que é necessário, quais são os problemas e as oportunidades que se colocam, mas também para a respetiva validação. Sem ela nenhuma das empresas do setor teria tido êxito com as grandes inovações. Não estou a falar na fabricação de material muito básico, isso é uma área onde até já estamos pouco empenhados, porque não somos competitivos em relação a outros países que têm preços de mão-de-obra muito mais barata.

Mas não teríamos tido êxito se não tivéssemos tido a oportunidade de fazer esta validação e de alguma maneira haver um conhecimento do lado das Forças Armadas daquilo que nós andávamos a fazer. Das vantagens, dos inconvenientes, enfim, das características dos produtos desenvolvidos. Aqui

destaco três pilares: primeiro, considero que as Forças Armadas são muito importantes neste processo, porque sem elas nada é possível; segundo, as universidades são também muito importantes neste processo, sem elas nada também é possível; por último, dizer que são empresas o motor de tudo isto. No nosso caso, temos funcionado como o centro deste triângulo. Temos sido um ponto de estabelecimento de contactos entre os vários intervenientes e o êxito que temos tido, provavelmente, deve-se à articulação correta destes três pilares.

Não é necessário estar a trabalhar com tecnologias do “outro mundo”, porque há tecnologias do “outro mundo” que se aplicam em materiais que parecem muito simples. Em síntese, trata-se de tecnologia complexa para produzir produtos simples. É isso que o CITEVE procura fazer e o êxito tem vindo, paulatinamente. Não é o resultado de um ano de trabalho, mas de muitos anos e da relação próxima com as Forças Armadas. Temos tido essa sorte, nomeadamente com a antiga Escola Prática de Infantaria, que foi para o CITEVE extremamente importante.

Realço que é muito importante que as Forças Armadas tenham essa orientação. Do lado do setor temos um interesse especial numa área que endereça a proteção individual e a Defesa. E porque há questões que são comuns, incluímos também a área da Segurança. Temos vindo a chamar os militares a participar nestes grupos. As empresas juntam-se umas com as outras e com os centros tecnológicos. O facto de as Forças Armadas e a idD terem demonstrado uma disponibilidade tem demonstrado ser fundamental.

Falou-se aqui da importância da clusterização. É verdade que temos um *cluster* para a Aeronáutica, Espaço e Defesa, mas temos também um *cluster* informal que é dinamizado pela idD e que funciona muito bem.

Uma última referência endereçada à AIP-CCI, porque representa as empresas. Há muito mais empresas em Portugal com potencialidades para participar nestes programas, do que o número de empresas que tem consciência de que pode. Há empresas que têm uma tecnologia, um processo de produção que é muito aplicável a estes produtos, só que não fazem ideia disso. Daí a vantagem da clusterização, para trazer mais e mais empresas desafiando-as. Esse é um trabalho que cabe à AIP e a nós CITEVE. Juntos, com a idD, temos um longo caminho para trazer mais e mais empresas para este setor, que é um setor com algum valor acrescentado. Uma peça com elevada tecnicidade vale mais do que uma peça básica e esta é uma área que nos interessa desenvolver, com grande esperança em relação ao Fundo Europeu de Defesa que certamente nos irá ajudar muito.

5. Intervenção do Docente da Faculdade de Direito da UL, Marco Capitão Ferreira

Referiu que iria centrar a sua intervenção em quatro ou cinco tópicos, para complementar o muito que já foi referido. Começo pela articulação entre as universidades, as empresas e o Estado, referindo que neste setor as coisas não se fazem sem a presença do Estado – não se investiga, não se produz, não se vende e não se internacionaliza. Portanto, não vale a pena fingir que um dos vetores não tem que ser o Estado.

A única maneira de alinhar as empresas e a academia é através da partilha de riscos. Os laboratórios colaborativos são um modelo interessante, em que as empresas e as universidades criam uma entidade conjunta para gerir um projeto de investigação. Se correr mal dói a todos, se correr bem ganham todos. Nada como alinhar os incentivos pelas várias partes para potenciar os resultados.

Quanto à Lei de Programação Militar, importa referir que é um investimento que nos dá uma visão previsional para doze anos. A sua execução nem sempre tem sido ao ritmo anunciado aquando da publicação dos mapas, o que introduz distorções. Há opções que aparecem na LPM e que depois caem, mas isto faz parte do processo e é com isto que temos que viver.

Foi aqui referido que já não há contrapartidas, mas importa salientar que existem dois tipos de contrapartidas. O Decreto-Lei n.º 104/2011 permite a chamada comparticipação industrial, que é uma contrapartida clássica direta à produção ou subcontratação, podendo ir até 30%.

Por outro lado, esperaria ver na execução da LPM uma aplicação inteligente e agressiva, que é o que fazem os nossos parceiros europeus, da margem de flexibilidade que ao abrigo do Art.º 396 do Tratado permite a chamada exceção de interesse essencial de segurança. Já aqui foi reiteradamente sugerido ir à vizinha Espanha. Serve perfeitamente como exemplo de Defesa agressiva, que não podemos deixar ficar para trás.

Sobre o Fundo Europeu de Defesa lembro que num evento semelhante organizado anteriormente, o representante holandês referiu que já estava a trabalhar neste âmbito há cinco anos. Que o Estado Holandês, juntamente com a respetiva associação de empresas de Defesa, tinham contratado um lobista para tratar destes assuntos a tempo inteiro. E referiu depois que tencionava que a indústria holandesa recebesse quatro Euros por cada Euro que o Estado Holandês puser no Fundo Europeu de Defesa. Uma dúvida angustiante persiste, é se um desses Euros não será nosso. Se não formos a joga, um dos Euros que a Holanda quer de retorno será certamente nosso.

Partilho da ideia da oportunidade. Há aqui, efetivamente, uma oportunidade muito grande, sendo o risco do tamanho da oportunidade. Porque se perdermos esta leva agora a Defesa Europeia não vai andar para trás – não é previsível. E quem estiver no ecossistema estará, portanto, em condições de participar em futuros quadros, em futuros consórcios, em futuros programas conjuntos. Em contrapartida, quem não estiver vai ver o seu lugar ocupado por outro qualquer, que cumprindo com as regras já não irá sair de lá.

Sobre a questão se devemos ir à primeira ou à segunda geração de programas. É compreensível que devemos ir com os pés bem firmes, mas é preciso ir. Esta ambição de apanharmos esta onda é importante. Este sentimento de urgência também significa que nós temos que contar com quem já cá está e com quem já sabe fazer. Há presentemente organizações a trabalhar e há empresas com experiência, pelo que temos que ter uma lógica de cooperação entre nós.

O ecossistema da Defesa português tem uma capacidade de produção e de vendas muito assinalável. Vale um pouco mais do que uma Autoeuropa e podia até ser o correspondente a duas. É uma área fundamental para o PIB do país. Temos que saber explicar que está aqui um setor com a dimensão de uma Autoeuropa, que facilmente poderá chegar a duas. Mas que não nasceu do nada, há trabalho feito, há organizações no terreno, pelo que, efetivamente, temos é que fazer um *cluster* de *clusters*. Deixo aqui esse desafio.

Foi dito para não ficarmos à espera do Ministério da Defesa, o que acho bem que não se espere. Mas acho bem que ele apareça na mesma, porque sem um empenhamento e colaboração de todos não chegaremos à dimensão de meia Thales.

Outra coisa que é preciso ajustar na LPM e a revisão que está no parlamento já dá um passo neste sentido, é o termos que começar de uma vez por todas a separar o que são equipamentos do que é apoio à I&D. Porque há ali linhas onde as coisas estão misturadas e depois as pessoas não sabem, têm que perguntar sobre que parte é que é para a aquisição e que parte é que é para I&D. Porque se for 90:10 é uma coisa, se for 80:20 é outra.

Valeria a pena fazer alguma separação, até para articular melhor aquilo que vai ter que ser a componente nacional de financiamento para alguns projetos europeus. De onde é que vem a componente nacional é uma pergunta que temos que colocar. Noutros programas europeus sabemos de onde é que vem. Por exemplo, nos apoios à contratação a componente nacional vem do orçamento da segurança social quando, por exemplo, se

trata da criação de emprego. Nesse caso sabemos qual é a fonte de financiamento.

E aqui, de onde é que vem a contrapartida nacional? O natural seria que viesse da LPM, mas para isso temos que adaptar a estrutura da LPM para ter lá uma linha, ou mais do que uma, mas ao menos uma, que diga – apoios à I&D. Para que quando um projeto ganhar um financiamento europeu a 80%, ou a 50%, é indiferente, não fique imediatamente penalizado pela pergunta – de onde é que vem o resto? Porque se o resto tiver que vir de uma transição de saldos, ou de uma fonte do género, literalmente nem para o ano nós começaremos a trabalhar. Portanto, temos que começar a adaptar-nos, também do ponto de vista dos instrumentos de gestão financeira pública.

6. Intervenção do Diretor de Aeronáutica e Defesa do CEiiA – Centre of Engineering and Product Development, Miguel Braga

Sobre o Fundo Europeu de Defesa nesta manhã foram referidos os 13 mil milhões de Euros, dos quais 200 milhões de Euros são a participação portuguesa. Todo compreendemos os objetivos e o seu nível de ambição e isto levanta expectativas. Esta é a maior oportunidade para as empresas dos últimos anos.

O CEiiA tem o mérito de conjugar atividades muito próprias de uma entidade do sistema científico nacional, mas tem também dentro da sua estrutura mercado puro e duro, concorrencial, empresas, serviços, produtos. Todos os dias estamos no mercado em concorrência com empresas internacionais de igual para igual, porque ganhamos essas competências ao longo dos últimos anos.

É impossível que as entidades do sistema científico nacional, as empresas propriamente ditas e as universidades e instituto politécnicos, não saibam entender-se para aproveitar a maior oportunidade dos últimos anos em termos de Defesa. É importante entrar no *supply chain* de grandes empresas internacionais em que passamos a ser fornecedores, bem como para nos capacitarmos e podermos subir na cadeia de valor, não nos limitarmos a critérios de mão-de-obra barata. Temos que tirar Portugal desse contexto, até porque já há outras geografias próximas de nós que são mais baratas.

Para tudo isto funcionar, as empresas precisam muito do Ministério da Defesa, de ver as entidades do MDN a integrarem-nos, a trabalhar lado a lado connosco, a descomplexarem estes processos.

Há muitas empresas do âmbito da Defesa que se cingem ao seu nicho e que deviam estar presentes nesta conferência. Há várias empresas que não se veem inseridas nos mecanismos que agora estão a funcionar, embora o

que fazem é do âmbito da Defesa. Há que arranjar uma forma para que a informação sobre todos estes mecanismos seja antecipada, porque ainda há muitas empresas que acham que temas com Defesa, militares e Forças Armadas, não são para eles, mas para um nicho inatingível.

E para termos o retorno nos níveis que foram aqui apontados é preciso trazer muito mais empresas do setor da Defesa para estes fóruns. Por outro lado, precisamos, no curto prazo, de poder contar da parte do MDN, com uma espécie de *on stop shop*, para tratar de todos os assuntos do Fundo Europeu de Defesa. Note-se que a Direção-Geral de Política de Defesa Nacional trata da PESCO, a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional trata do EDIDP.

As empresas sentem que não é um problema olhar para a ANI, olhar para o COMPETE, olhar para as diferentes entidades e sentem-se qualificadas para conversar com essas entidades. Por outro lado, há muitas empresas que não se sentem preparadas e que têm receio de falar com entidades que estão e vão gerar estes fundos de financiamento de Defesa.

Portanto, a indústria de Defesa está preparada. Existem muitas empresas que são muito boas, que se entendem muito melhor do que se possa pensar com as universidades e com as entidades do sistema científico-tecnológico nacional. Portanto, não há nenhuma razão para não funcionar e queremos muito que este processo funcione. Contamos com o Ministério da Defesa Nacional para isso.

7. Intervenção do Moderador, Henrique Macedo

Foi aqui abordada a questão da colaboração, subscrevendo-se a sua importância. Não há indústria de Defesa se não existirem Forças Armadas e se essa relação de colaboração não existir, não haverá certamente uma indústria dirigida para esse mercado.

Apraz referir que nunca como agora se verificou uma tão grande aproximação entre a universidade e as Forças Armadas, bem como entre a indústria e as Forças Armadas. E esta aproximação é recíproca. E se é uma realidade da parte da academia e da indústria, também é verdade que as Forças Armadas têm procurado essa colaboração.

Sobre a questão de descomplexar os conceitos, vivemos atualmente uma realidade muito acelerada e quanto mais compartimentarmos os assuntos, tornando-os estanques, maior dificuldade teremos em progredir. Temos que abordar todas as fases subjacentes aos processos como um pacote único e consentâneo com os grandes objetivos de industrialização e preparação da Europa para competir no mercado global. É sabido que a alternativa é o insucesso.

A segunda questão que se coloca é então saber se o nosso país está preparado para competir e vencer estes projetos. Como nota de enquadramento, cito um artigo do Prof. Doutor Arlindo Oliveira, com o título “Bits, átomos e genes”², onde apresenta os grandes desafios do futuro relativamente às tecnologias que irão ser dominantes, bem como onde se deve apostar no âmbito científico e tecnológico. Este artigo lança um alarme, que em certa medida vai ao encontro da questão em apreço, sendo digno de reflexão. Estamos ou não em condições poder competir neste domínio, ou o que é que temos que fazer para o efeito?

O texto termina referindo o seguinte: “...devia ser um desígnio nacional manter a competitividade internacional das nossas instituições de ensino, investigação, desenvolvimento e inovação, competitividade que resulta em grande parte dos investimentos em recursos humanos feitos nas últimas décadas.....para podermos manter no futuro a competitividade internacional que nos custou tanto a atingir, é necessário investimento, público e privado, tanto nas pessoas que fazem ciência e desenvolvem tecnologia, como nas infraestruturas que permitem fazê-lo, universidades e institutos. Onde o Orçamento do Estado não chegar, será necessário que exista investimento privado, tanto de empresas como de particulares, para que o país não perca esta corrida pelo domínio dos bits, dos átomos e dos genes”.

Com base nesta reflexão pergunto então ao painel se consideram que estamos em condições e se valerá a pena empenharmo-nos nesta corrida.

8. Intervenção do Presidente do Instituto Superior Técnico, Arlindo Oliveira

Quando nos comparamos aos países da OCDE, o nosso investimento em ciência, tecnologia e ensino superior, é 75% da média dos países da OCDE, com base no último relatório sobre ciência e tecnologia difundido por esta organização internacional. Mas os 75% estão ajustados à paridade do poder de compra, isto é, não é 75% da média. Quando a ajustamos estamos basicamente numa medida do PIB *per capita*, o que significa, na prática, que o nosso investimento é muito pequeno comparado com países desenvolvidos, como a Holanda ou a Alemanha.

Só para termos uma ideia, a totalidade do orçamento de Estado que é dedicada ao ensino superior e à ciência, de todas as universidades e de todos os politécnicos, é inferior aos orçamentos do Imperial College ou da ETH (Eidgenössische Technische Hochschule Zürich). Muito inferior ao do MIT

² Jornal Público de 01.04.2019 (<https://www.publico.pt/2019/04/01/tecnologia/opiniao/bits-atomos-genes-1867476>)

(Massachusetts Institute of Technology) e comparável ao da EPFL (École Polytechnique Fédérale de Lausanne).

Portanto, a competição não é de forma alguma justa neste aspeto. Todo o sistema do ensino superior português, todo o sistema científico português tem menos recursos, em valores absolutos, do que uma só destas grandes escolas. É preciso dizer que como nós ganhamos menos, com os mesmos recursos consegue-se fazer mais. Isso justifica, por exemplo, que o Instituto Superior Técnico apareça sistematicamente entre as vinte melhores escolas de engenharia europeias, quando só um em cada setenta europeus é português, apesar do nosso orçamento ser um décimo do da EPFL e um vigésimo do da ETH.

Mas isto só chega até certo ponto, porque há uma componente de investimento que não escala tão bem assim. O equipamento laboratorial custa o mesmo aqui ou em França. As viagens, as deslocações, etc. custam mais ou menos o mesmo. Portanto, temos que ter a noção que falta aqui uma grande capacidade de investimento.

Não tenho grande fé no orçamento de Estado. O orçamento de Estado está mais ou menos equilibrado e, portanto, não vão vir daí milagres. Podemos alocar um bocadinho, mas todos conhecem a pressão que há na saúde, na Defesa, na educação, na justiça, etc. Portanto, não conseguimos fazer milagres com um orçamento de Estado limitado. Temos que tentar, de facto, é que haja um investimento no desenvolvimento. Não diria tanto na primeira parte, da investigação, acho que isso é de facto missão do Estado. Mas no desenvolvimento e na inovação, o investimento tem que ser feito.

Este fundo é uma boa notícia seguramente. Temos de o usar, em parte, para investir nas atividades de desenvolvimento e inovação. As empresas também têm de fazer os seus próprios investimentos em inovação e aí é que a colaboração com as universidades é importante. Felizmente ela tem-se desenvolvido.

De uma maneira geral temos de ver que quando estamos a financiar um projeto de investigação, desenvolvimento e inovação, é de facto um investimento, não é uma despesa. Deve ser visto como um investimento que daí a cinco anos vai ter retorno num produto. E o pior que poderia acontecer é que o montante que Portugal coloca no Fundo Europeu de Defesa tivesse um baixíssimo retorno para Portugal. Estaríamos a subsidiar, como já fizemos noutras dimensões, a indústria alemã, a indústria holandesa e as indústrias do Norte da Europa. Isso seria basicamente uma taxação negativa, onde os países como menos capacidades de desenvolvimento estariam, portanto, a mandar o seu dinheiro para os países mais ricos que depois o investem.

9. Intervenção do Presidente da AED Portugal – Aeronautics, Space and Defense Cluster, José Neves

A AED está a fazer a revisão do seu plano estratégico, tendo em conta o crescimento nos mercados que nos interessam e a pergunta enquadra-se aí perfeitamente. Na assunção de analistas internacionais o *déficit* em investigação e desenvolvimento, ao nível nacional, surge como um dos pontos fracos que deveremos mitigar no futuro.

Irei delinear a minha resposta de uma maneira um pouco diferente, centrada na convicção de que mais do que o investimento em I&D, é importante às empresas e à indústria pensar como é que vai ser usada essa I&D. Ou seja, não é só o retorno industrial ou os indicadores internacionais do país que importa, mas como é que esse investimento é tornado em potencial de indústria.

Há que levar a I&D à inovação, ou seja, a um TRL (*Technology Readiness Level*) não de 6 ou 7, mas a um TRL9. Como é que se conduz isso no mercado? Muitas vezes isso, neste mercado de Defesa é mais complicado. Nós não temos, como em Espanha, um integrador nato, como a AIRBUS e, portanto, muitas vezes chegar a esse tipo de integrador é o mais complicado.

É mais difícil para as empresas portuguesas conseguirem colocar a inovação no mercado e um dos pontos que o Fundo Europeu de Defesa nos poderá permitir, através de uma boa articulação como o Ministério da Defesa e com a idD, é conseguirmos que as empresas portuguesas alavanquem esse potencial, posicionando-se para o fornecimento do MDN e das Forças Armadas.

10. Intervenção do Diretor de Aeronáutica e Defesa do CEiiA – Centre of Engineering and Product Development, Miguel Braga

Saliento a importância da ligação entre a universidade, o sistema científico nacional e as empresas. Nós temos que investigar, que investir na investigação, mas manter o enfoque no mercado. Todos os dias, no CEiiA, procuramos orientar e disciplinar as nossas decisões de investimento em investigação. O CEiiA foi em 2017 e 2018 a entidade do sistema científico-tecnológico nacional que mais investiu em I&D, mas temos que tomar as nossas decisões em investigação com um enfoque no mercado, porque investir em investigação, em produtos, em capacidades ou em tecnologias que nós não sabemos para que é que vão servir, é dinheiro deitado fora.

Portanto, este é o desafio que deixo aqui para as empresas. É que, em conjunto, mantenhamos um enfoque onde investir em inovação. Que coordenemos em que é que investimos em I&D, porque Portugal não tem

escala para que as empresas se permitam desenvolver e fazer investigação para todos criarem o seu pequeno produto, igual a um dos outros e depois nenhum ter posicionamento no mercado. Portanto, temos que cooperar muito mais.

Há pouco lancei um desafio ao Ministério da Defesa Nacional para estar mais connosco e agora lanço um desafio às empresas – as empresas têm que se coordenar.

O CEiiA acompanhou uma experiência dramática em Portugal, que admito que a maior parte das pessoas não se apercebeu. Por ocasião do programa KC390 Portugal tinha planeado dois consórcios. Um para as estruturas, para as aeroestruturas e outro para os sistemas. E a verdade é que só tivemos sucesso num lado. Hoje o CEiiA, que foi uma das empresas que participou nesse consórcio juntamente com a OGMA, é uma empresa completamente diferente do que seria se não tivesse havido KC390, que foi financiada por dinheiro público. Hoje o CEiiA está a trabalhar no mercado de engenharia de aeroestruturas de igual para igual com outros concorrentes internacionais, muito para lá da Embraer.

A verdade é que do outro lado estava previsto um consórcio semelhante, que tinha o nome de COMPASS. Infelizmente as empresas não conseguiram entender-se umas com as outras, para que aquilo que foi um sucesso no consórcio de aeroestruturas de financiamento público fosse igualmente para essas empresas, algumas das quais presentes nesta sala. Tiveram todas as condições e todas as competências para beneficiar no mercado global pela participação no programa KC390 e por questões marginais não se percebeu que podiam perder todas. Portanto, esse é um desafio que as empresas têm que olhar e faz todo o sentido que isso seja uma prioridade para nós.

11. Intervenção do Diretor-Geral do CITEVE – *Textile Technology Cluster*, Braz Costa

Um comentário muito curto relativamente à questão de sermos pobres. Em boa verdade já comprometemos 200 milhões de Euros, já não temos que pensar no dinheiro. E, basicamente, estamos a concorrer a 13 mil milhões de Euros. O que as empresas portuguesas têm que fazer é, com os recursos que têm e do ponto onde estão a partir, irem à procura dos 13 mil milhões de Euros e esquecer se somos ricos ou se somos pobres, porque o dinheiro já está junto para financiar este tipo de atividades.

Outro comentário é o de dificilmente uma empresa ser autossuficiente em aplicações de Defesa. É mesmo muito difícil. Até pode ser um fardamento dos mais simples, mas é necessário a empresa que produz o tecido, a que acaba, a que funcionaliza o tecido e a que confeciona, etc. Daí dizer que

se não houver essa capacidade de agregação das empresas, de entenderem a situação como um todo e contribuírem cada uma delas com uma parte, para que seja possível posicionar a indústria portuguesa internacionalmente com soluções e não apenas cá, também não vamos a lado nenhum.

Finalmente, uma grande ambição que eu tenho, desde sempre. As empresas não precisam de financiamento a 100%. E não lhe chamo financiamento, mas redução do risco. E tudo o que for redução do risco, nem que seja a 10%, 15% ou 20% já é bom. Uma empresa que tenha um cofinanciamento de 85% num projeto de I&D é Muito Bom. Ou então, estamos a convidar quem não tem interesse em gastar o dinheiro para gerar uma solução que depois vai vender no mercado, a vir também à procura da massa e isso será de evitar.

Dito isto, eu não sou apologista dos financiamentos a 100%, sou antes apologista dos financiamentos confortáveis para reduzir o risco. O que eu gostava mesmo é que as empresas que conseguem fazer desenvolvimento de produtos competitivos, inovadores, diferenciados, lhes comprassem. Talvez fosse interessante arranjar uma forma, tal como os americanos fazem e como os europeus fazem, com o estilo que têm e com os mecanismos que conseguem arranjar. Há pouco falou-se aqui de Espanha, de facto eles compram às empresas, poem o dinheiro na I&D, mas no final compram. Qualquer empresa do meu setor que saiba que vai vender, até gastava o seu próprio dinheiro na I&D. Sem dúvida nenhuma.

12. Intervenção do Docente da Faculdade de Direito da UL, Marco Capitão Ferreira

Temos estado a falar de oportunidades, riscos, etc. Queria só chamar a atenção para o seguinte. Não estamos aqui a falar se vamos conseguir ganhar mais dinheiro ou menos dinheiro. A questão é saber se metade das empresas que estão aqui hoje está cá daqui a dez anos. Porque achar que a uniformização de capacidades na União Europeia, a uniformização de equipamentos, a uniformização de I&D e os projetos de produção conjunta não vão acabar num movimento de concentração de empresas a nível europeu, é estar a dormir.

Curiosamente, foi anunciado em Lisboa, em primeira mão pela Ministra da Defesa de França, que acompanhando o Fundo Europeu de Defesa o Estado francês tinha acabado de criar um fundo soberano na área da Defesa. E para quê? Com dois propósitos, a saber:

- Primeiro, para defender as empresas francesas de necessidades de capitalização. Nós não temos nada que se pareça com isso;

-
- Segundo, para vencer os *gaps* nos *clusters*, ou seja, muitas vezes temos a empresa A, B ou C juntas, que quase que conseguem... E este fundo, de certa forma, propõe-se disponibilizar os recursos financeiros para preencher esse pequeno *gap*.

E isto é a França, onde há grandes integradores, capazes de defender a sua cadeia logística. Isto é a França que tem uma Thales para defender as 13 mil ou 14 mil PME's que tem debaixo dela. Nós não temos uma Thales, portanto, temos que estar preparados para os riscos. Se nós não apanharmos a onda, eles apanham por nós. Quando vier o movimento de concentração nós não teremos a menor hipótese de sobreviver.

E, portanto, esta nota pouco otimista é só mesmo para alertar que não é uma questão de saber quanto é que vamos, ou não, ganhar. Se vamos ter uma vida melhor, ou não e se vamos fazer duas Autoeuropas em vez de uma. O ministério da Defesa Nacional vai continuar a existir, o Ministério das Finanças e as Forças Armadas também vão continuar a existir, mas boa parte das empresas, se as ameaças se concretizarem e não estivermos preparados para elas, não vão estar cá daqui a cinco ou dez anos quando fizermos uma conferência destas.

E assusta-me ver os franceses preocupados, porque se eles estão preocupados, eu estou em pânico. Não há hipótese, face à diferença de tamanho e à diferença de presença neste setor. Se a França está a preparar-se para defender as suas PME's do movimento de concentração que aí virá, então nós deveríamos estar preocupados.

O fundo soberano francês tem uma terceira função, mas eu não quero preocupar ninguém no Ministério das Finanças, que é funcionar como *sid capital* para vencer o *gap* final que referi entre o fim do processo de desenvolvimento e a colocação do produto no mercado. Também vai ter uma componente desse fundo que, muito à francesa, descarta aquelas objeções “a Europa...”, “Bruxelas...”, “é proibido...”, “não sei quê...”. E quem são os acionistas do fundo? O Ministério das Finanças e um banco público. E pronto, está o problema absolutamente resolvido.

Era este alerta que queria aqui deixar. De que não é só uma questão de não perdermos oportunidades, para muitas das empresas aqui presentes é também uma questão de saber se vão sobreviver neste mercado, independentemente dos outros onde estejam. Neste mercado a taxa de mortalidade pode vir a ser elevada.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO DE CAPACIDADES DE DEFESA - NOVOS HORIZONTES PARA A INDÚSTRIA NACIONAL

Conclusão

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO DE CAPACIDADES DE DEFESA - NOVOS HORIZONTES PARA A INDÚSTRIA NACIONAL

Conclusão – Intervenção do Presidente da EuroDefense-Portugal, António Figueiredo Lopes

As minhas primeiras palavras são para agradecer ao Senhor Ministro Adjunto e da Economia a honra que nos dá ao aceitar presidir à sessão de encerramento desta Conferência.

Tratando-se de apresentar o resumo desta importante jornada de reflexão e debate, começaria por referir o discurso do Senhor Ministro da Defesa, que aqui nos trouxe orientações muito claras sobre a sua vontade, sensibilidade e perspicácia política, para o que efetivamente está em causa neste momento, no quadro europeu, sublinhando as importantes oportunidades e desafios para a indústria de Defesa Nacional. De facto, o seu discurso marcou desde logo aquilo que iria ser a evolução dos trabalhos durante todo o dia.

Tivemos, em seguida, intervenções institucionais, de enorme importância, presididas pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa, Dr. Marco António Costa. E permitam-me que eu retire uma primeira conclusão. Quando aqui ouvimos o Diretor-Geral de Recursos apresentar-nos uma série de ideias, de informações e números, referências, etc. com um enorme interesse para as empresas que integram a Base Tecnológica e Industrial de Defesa, chegamos à conclusão que, de facto, há muita coisa que está a ser feita nos gabinetes, que é obviamente da responsabilidade dos departamentos ministeriais e que, infelizmente, nem sempre passa para aqueles que deviam ser os seus principais destinatários. Portanto, uma primeira conclusão seria a de que, neste domínio, os departamentos responsáveis ao nível ministerial, deveriam ser mais proativos na transferência de informação para aqueles que precisam de ser envolvidos neste processo.

Por outro lado, não posso deixar de falar na presença aqui do representante do Serviço Europeu de Ação Externa, o Secretário-geral Adjunto Pedro Serrano, que aqui nos trouxe ideias interessantes sobre as grandes estratégias que estão a ser desenvolvidas neste momento no quadro europeu, para promover a evolução dos instrumentos de Defesa. Lembro que uma das expressões que utilizou, foi que a evolução dos instrumentos e

dos mecanismos de Defesa não é uma opção, mas de facto uma necessidade. Ou seja, os Estados-membros e a União Europeia estão colocados perante uma situação em que é preciso criar instrumentos mais dinâmicos, para reforçar as capacidades militares europeias, frisando bem que se trata de capacidades militares nacionais que são postas ao serviço dos objetivos da UE, coordenadas sob o ponto de vista europeu e orientadas para o trabalho em comum. Daí a responsabilidade muito clara dos Estados-membros.

Também a presença da Comissão Europeia, do representante da Direção-Geral ligada às indústrias, às PME's e à inovação, aquela grande Direção-Geral chamada GROW, que nos veio dizer muito claramente que há fundos disponíveis para as indústrias e tecnologias de Defesa, mas com condições. Sobretudo, ficou uma mensagem muito clara na minha opinião, que foi de que a aplicação destes fundos só é possível se do lado nacional houver uma forte sinergia entre todos os atores. Tem de se começar pela definição das necessidades, passando pelas empresas e pela formação de cooperações e de consórcios. Estes fundos não se destinam, de facto, a ações isoladas de um só Estado ou de uma só empresa.

Enfim, foram, de facto, aqui feitos esclarecimentos muito importantes para o tecido tecnológico e industrial nacional. Foram respondidas dúvidas, inclusivamente sobre procedimentos administrativos para candidaturas. Falou-se de fundos e mecanismos financeiros para apoiar o desenvolvimento de capacidades e de oportunidades que não se podem perder.

Portugal tem de aproveitar esta oportunidade para se repensarem os benefícios das novas formas de cooperação e dinamizar a Base Tecnológica e Industrial de Defesa, caracterizada pela sua dimensão reduzida e pela dispersão das entidades empresariais, maioritariamente pequenas e médias empresas (PME's) e das entidades do sistema científico e tecnológico que atuam no mercado da Defesa, que são as principais destinatárias destes importantes fundos europeus.

Foi um debate muito rico, cujas conclusões irão merecer o devido tratamento, havendo mesmo a intenção de se proceder à publicação de um Relatório que inclua as comunicações, visando a sua difusão a todos os interessados.

Por agora, Senhor Ministro da Economia, importaria reter que me pareceu que uma larga maioria dos participantes recomenda que uma das consequências desta Conferência seja a criação de estruturas e processos que assegurem a permanente comunicação e articulação entre as entidades da Defesa Nacional com responsabilidade nesta matéria e as restantes entidades governamentais e da sociedade civil, com vista a

aprofundar a cooperação no domínio da Defesa. Horizontalmente, isto passa pelo Ministério da Defesa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério das Finanças, Ministério da Economia e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

A terminar, gostaria de dirigir uma palavra muito especial de apreço àqueles que estiveram mais diretamente envolvidos na organização desta Conferência e que tudo fizeram para que a participação tivesse ultrapassado as expectativas e os objetivos tenham sido plenamente atingidos. Refiro, em primeiro lugar, o General Agostinho Costa, Vice-presidente da EuroDefense-Portugal, que coordenou todo o processo, o Gabinete do Senhor Ministro da Defesa Nacional e o Secretário-geral do Ministério, que foram inexcedíveis na montagem e condução desta conferência. Também a Associação Industrial Portuguesa, especialmente o empenhamento da Dra. Filomena Pires e da sua equipa. A IdD, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e todos os organismos e instituições que em muito contribuíram para tornar possível a realização desta Conferência. Finalmente, o grupo de jovens estagiários do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica, que nos apoiou na sua execução.

Agradeço mais uma vez, aos moderadores e oradores que passaram por aqui e nos deixaram as suas opiniões e informações preciosas. Os seus contributos foram decisivos para que se tenha conseguido passar a mensagem de que, na ordem do dia, está uma nova abordagem da Segurança e Defesa europeia, alavancada por instrumentos efetivos para a sua operacionalização, que abrem seriamente novas oportunidades para a indústria de Defesa nacional, em benefício da economia e do emprego altamente qualificado.

É imperativo que as saibamos aproveitar.

Conclusão – Intervenção do Vice-Presidente da Associação Industrial Portuguesa/Câmara de Comércio e Indústria (AIP-CCI), Vítor Neto

Sou testemunho do sucesso da conferência e do valor das intervenções, congratulando-me pela participação da AIP-CCI na sua organização, comprometendo-me em fazer refletir as ideias e a informação que foi passada durante este evento.

Para além das questões reativas à informação, no campo da Defesa, persiste um problema também de informação no campo empresarial das empresas de todo o país, para conhecerem melhor a importância deste setor e verem também de que forma é que podem participar, direta ou indiretamente. Não é necessário produzir só material militar, há muitas outras formas que a nossa economia tem para participar.



Foi aqui falada a hipótese de se fazerem reuniões regionais de informação e de valorização, porque estas questões são pouco debatidas na comunicação social e nós temos o dever cívico de fazer esse trabalho. Esse compromisso fica aqui assumido. A nossa colaboração está estabelecida e iremos continuar nessa senda.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO DE CAPACIDADES DE DEFESA - NOVOS HORIZONTES PARA A INDÚSTRIA NACIONAL

Encerramento

**Intervenção do Ministro Adjunto e da Economia, Pedro Siza
Vieira**

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO DE CAPACIDADES DE DEFESA - NOVOS HORIZONTES PARA A INDÚSTRIA NACIONAL

Encerramento – Intervenção do Ministro Adjunto e da Economia, Pedro Siza Vieira

Esta conferência é absolutamente oportuna. É oportuna porque julgo que nesta altura devem estar todos os participantes conscientes, não apenas da importância que uma política europeia orientada para a segurança e Defesa passa a ter, no conjunto das prioridades da União Europeia para os próximos anos, como também é evidente, julgo eu, que ocorrem mecanismos específicos de financiamento dirigidos às indústrias e ao sistema científico europeu, que são também uma oportunidade para a economia e para os sistemas científicos e tecnológicos.

Era nesta vertente que gostaria de me focar nos próximos minutos, a propósito do encerramento desta conferência. Aquilo que está em causa hoje em dia, é não apenas uma capacitação maior das capacidades de Defesa dos Estados-membros, de forma articulada no quadro da EU, um compromisso maior de robustecimento das capacidades de cada Estado-membro, no quadro da NATO, mas também, uma vontade de afirmação europeia daquilo que são as indústrias orientadas para a Defesa Nacional. Não exclusivamente das indústrias de Defesa, mas de todo o sistema industrial e de todo o sistema científico e tecnológico europeu, à volta das oportunidades que o robustecimento que as capacidades europeias de Defesa podem representar.

Há um sinal muito claro a este propósito. Ainda recentemente tivemos um trabalho muito maturado, de vários meses, a propósito da formulação do compromisso nacional, no quadro dos compromissos dos Estados-membros da NATO, para caminharem no sentido de dedicarem 2% do seu produto interno bruto para despesas com a sua Segurança e Defesa. Nessa altura, tivemos a oportunidade de trabalhar claramente, identificando não apenas aquilo que vão ser os recursos nacionais afetos a essas oportunidades, no quadro da Lei de Programação Militar e daquilo que são as grandes orientações e prioridades da capacitação das Forças Armadas portuguesas, mas também de avaliar como poderíamos assegurar que esse crescimento da despesa pública nacional em matéria de Defesa, pudesse também ser aproveitado para robustecer a capacidade industrial

portuguesa, para robustecer a capacidade dos prestadores de serviços, para robustecer o sistema científico e tecnológico nacional.

Este movimento europeu e as suas declinações nacionais constituem, por um lado, uma mobilização de recursos que separadamente vai robustecer as capacidades europeias em matéria de Segurança e Defesa, mas que ao mesmo tempo tem um efeito de arrastamento muito grande, daquilo que são as competências industriais europeias. E Portugal quer participar disso. Portugal não quer ficar de fora. E, nesse sentido, temos que ser extremamente inteligentes e temos que ser muito precoces na forma como nos colocamos perante esta grande oportunidade.

Se é verdade que ao nível da programação militar das nossas capacidades de Defesa, nos vamos orientar para questões que são estratégicas, do ponto de vista da nossa Segurança Nacional (os oceanos, o espaço aéreo), é verdade, também, que a partir daí podemos tentar encontrar oportunidades de as nossas empresas poderem participar nesse esforço de equipamento das Forças Armadas. Se é verdade que existe oportunidade de financiamento europeu para a investigação que possa ter uma primeira intenção militar, mas que obviamente depois pode ser utilizada em muitos outros setores da nossa vida coletiva, então faz sentido que o nosso sistema científico e tecnológico possa também participar dessas oportunidades.

Já temos a suficiente experiência para sabermos que podemos posicionar-nos bem nesse aspeto. Há experiências recentes muito claras. Os navios de patrulhamento oceânico que estão neste momento a ser entregues à Marinha portuguesa, estão a ser construídos em Portugal. São navios sofisticados do ponto de vista tecnológico, do ponto de vista da sua construção. E são construídos em Portugal, quando, se calhar, há dez ou vinte anos atrás se podia pensar que a capacidade de construção naval no nosso país já estava totalmente afastada e numa impossibilidade.

O projeto do “soldado do futuro” é também um bom exemplo, de como indústrias de base tradicional, como o têxtil ou o calçado, são hoje em dia capazes de fornecer equipamentos de proteção individual. Equipamentos que estão ao nível dos mais modernos meios de combate que possam ser concebidos e que não apenas são produzidos, mas desenvolvidos em Portugal. E também, a partir de Portugal e a partir desse projeto, temos estado a fornecer fardamentos para outros mercados.

Já temos experiência de participar em projetos comuns europeus. Se a UE se dispõe a financiar projetos de investigação com aplicação militar e, eventualmente com aplicação civil, condiciona isso a esquemas de colaboração entre instituições de vários Estados-membros. Mas é isso mesmo que as nossas instituições científicas já sabem fazer. A experiência no Horizonte 2020 mostra que é possível a Portugal não apenas participar

em projetos de investigação europeus, mas até liderá-los a partir de Portugal.

E, por isso, esta é a nota que queria deixar a encerrar esta sessão. Aquilo que pode permitir às empresas portuguesas, ao nosso sistema científico e tecnológico, não apenas as instituições universitárias e os centros de investigação, mas aquilo que já são estruturas colaborativas entre os centros de produção de conhecimento e o tecido empresarial, como são os centros de interface ou os centros tecnológico que, aliás, se fizeram aqui representar. Essas instituições devem, desde já, começar a posicionar-se para não apenas conhecerem as regras de participação nestes projetos, mas também começarem, desde já, a prepararem-se para aquilo que são as competências necessárias para participar deste processo.

Ouvi com muita atenção a intervenção do senhor Presidente da EuroDefense e o apelo que fez à criação de estruturas de coordenação, acompanhamento e colaborativas entre administração pública, obviamente do lado da Defesa Nacional, mas não só, e aquilo que seja o sistema científico nacional e o tecido empresarial. É verdade, devemos fazê-lo. Temos boa experiência de o fazer.

Ainda recentemente, ontem mesmo, lançamos em Guimarães a segunda fase do projeto "Indústria 4.0". É um projeto que tem dois anos e que agora, numa segunda fase, pretende fazer chegar a um número mais vasto possível de empresas em Portugal, aquilo que será o diagnóstico da sua situação de maturidade digital, para depois as preparar para participarem de um processo de transformação da indústria que está cada vez mais alargado. E esse projeto é gerido, articulado e formulado precisamente em colaboração entre instituições públicas, instituições privadas e instituições científicas, porque assim se conseguem definir objetivos e alinhar projetos de política pública. Porque só dessa forma, também, sob a orientação conjunta, mas com clareza de propósitos em termos de políticas públicas, podemos tirar o maior benefício possível dos recursos que podemos aplicar na consecução destes objetivos.

Existe, por isso, senhor Dr. Figueiredo Lopes, experiência em Portugal desse tipo de colaboração e desse tipo de articulação. E é essa que também que temos que mobilizar para conseguirmos fazer o melhor destas oportunidades, não apenas para reforçarmos a Segurança dos nossos concidadãos, mas também para podermos aproveitar isso como forma para capacitarmos, robustecermos as nossas empresas, robustecermos a nossa economia, robustecermos o nosso sistema científico e, dessa forma, também, trazer um futuro de maior prosperidade e qualidade de emprego para os nossos concidadãos.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO DE CAPACIDADES DE DEFESA - NOVOS HORIZONTES PARA A INDÚSTRIA NACIONAL

Recomendações

Metodologia de acompanhamento da implementação da PESCO e do Fundo Europeu de Defesa

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO DE CAPACIDADES DE DEFESA - NOVOS HORIZONTES PARA A INDÚSTRIA NACIONAL

Recomendações - Proposta de Metodologia de Acompanhamento e Operacionalização da PESCO e do Fundo Europeu de Defesa

1. Introdução

Como epílogo da conferência, tendo presente os recorrentes apelos dos vários intervenientes, no sentido da implementação de metodologias que permitam a operacionalizar os diferentes processos em análise e assegurar a permanente comunicação e articulação entre as instituições públicas, o tecido empresarial e o sistema científico-tecnológico nacional, apresenta-se seguidamente uma proposta.

A metodologia sugerida tem em vista operacionalizar não só o desenvolvimento de capacidades no domínio da Defesa Nacional, em especial no quadro da PESCO e do Fundo Europeu de Defesa, mas abre também a possibilidade do alargamento do seu domínio de intervenção aos processos destinados ao financiamento dos projetos desenvolvidos no âmbito da Segurança Interna.

Por outro lado, está em linha com a intenção política do reforço da participação de Portugal em projetos de desenvolvimento colaborativo de capacidades de Defesa, que permitam alavancar o desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa (BTID) do nosso país. Tem por racional os seguintes considerandos gerais, que enquadram os objetivos das estruturas que adiante se propõem:

- A identificação de prioridades de investimento para a Defesa;
- A identificação de lacunas onde se mostra necessário prever o investimento da indústria nacional;
- A identificação de áreas industriais onde possam ser identificadas como nichos tecnológicos para I&D e conseqüente participação em projetos PESCO;
- A identificação de oportunidades para aprofundar a ligação da indústria, centros de investigação e academia com a Defesa Nacional;

- A necessidade de delinear uma Estratégia para a Economia de Defesa que sustente um Plano de Ação no campo do apoio à BTID do nosso país;
- O imperativo da coordenação de esforços, partilha de informação e assegurar canais de ligação entre os vários *stakeholders*, que permita sustentar a decisão política sobre os projetos PESCO em que Portugal deverá participar/liderar;
- Assegurar procedimentos que mobilizem as empresas e centros de investigação para este tipo de projetos e que permitam desburocratizar e agilizar os processos de candidatura.

2. Metodologia

Tendo em conta os propósitos do presente documento, que consubstanciam uma metodologia de ação para operacionalizar os objetivos anteriormente enunciados, considera-se que se impõe uma análise sistémica para fazer face à complexidade de que se revestem as matérias relacionadas com as indústrias de Defesa.

Consequentemente, articula-se a presente linha de pensamento em: Função, Estrutura, Processos e Contexto, procurando sintetizar a equação, centrando-a nas estruturas e nos processos, tendo em conta que o contexto é do domínio comum e a função está consubstanciada nas grandes orientações da Política de Defesa Nacional, e suficientemente elaborada no Programa do XXI Governo Constitucional e documentos produzidos a jusante.

3. Estruturas

Neste plano, foi já criado pelo Ministério da Defesa Nacional o Grupo de Acompanhamento da Participação nos Projetos PESCO (GAPP-PESCO), na dependência da DGPDN, com a *missão de assegurar a permanente comunicação e articulação entre as entidades da Defesa Nacional com responsabilidades nesta matéria e as restantes entidades governativas e da sociedade portuguesa, com vista a aprofundar a cooperação no domínio da defesa entre os Estados Membros da UE, através dos Projetos PESCO.*

O GAPP-PESCO é uma estrutura permanente de nível político-estratégico, que assegura as funções correspondentes a um secretariado nacional para os assuntos da PESCO. Contudo, considera-se que os assuntos da PESCO, pela sua natureza transversal no plano económico, tecnológico e científico, sendo tutelados por diferentes áreas ministeriais, recomenda uma coordenação no plano político que assegure, a montante, a necessária coerência de desígnios, conjugação de esforços e uma visão única.

Neste sentido, recomenda-se que os assuntos da PESCO e da BTID possam ser coordenados no nível político, por uma estrutura de coordenação interministerial em formato de comité diretor.



No nível operacional, a ação do GAPP-PESCO deverá ser complementada pela de um organismo permanente destinado a assegurar uma interface entre o Estado e os restantes *stakeholders*, nomeadamente com as associações industriais, *clusters* empresariais, empresas, centros de I&D, academia, etc. O seu âmbito de atuação deverá englobar: o fluxo de informação relativo à operacionalização dos diferentes programas; o apoio técnico-operacional às empresas, nomeadamente no processo de clusterização e formulação de candidaturas aos diferentes mecanismos de financiamento da UE; garantir a coerência dos processos com os interesses do Estado; acautelar o interesse público na administração dos fundos correspondentes à participação pública em projetos cofinanciados pela UE.

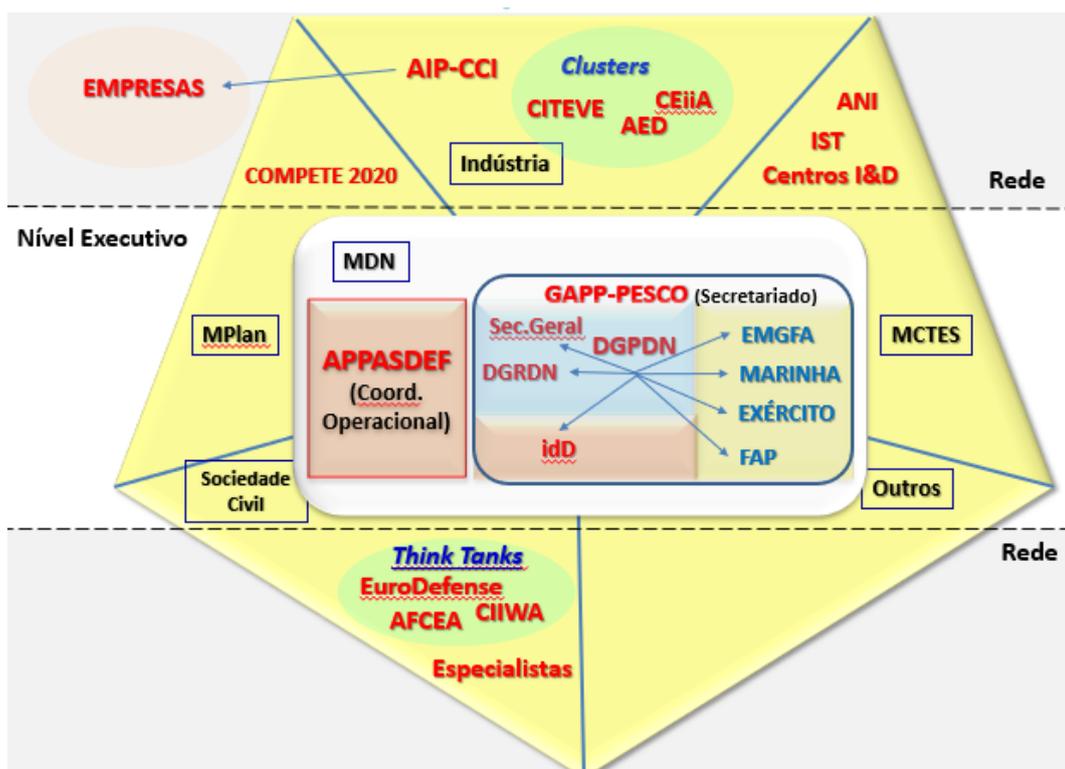
Garante ainda a preservação do histórico dos processos, a sua coordenação, a gestão do conhecimento técnico, a compatibilização dos interesses e a intervenção das partes, em linha com a programação de capacidades ao nível nacional e com as prioridades da UE expressas no CDP.

Por outro lado, poderá assegurar igualmente a sincronização dos projetos nos planos da Defesa Nacional e da Segurança Interna, atentos à progressiva diluição dos limites de atuação das Forças Armadas e Forças de Segurança e o conseqüente imperativo de interoperabilidade entre meios e equipamentos.

Este organismo deverá reunir *know how* que lhe permita operacionalizar o emprego dos recursos financeiros consignados à I&D e ao desenvolvimento

de capacidades de Defesa e Segurança, quer por via da LPM, quer dos vários mecanismos de financiamento comunitários, em particular da PESCO e do Fundo Europeu de Defesa. Poderá constituir-se numa Agência Portuguesa de Projetos Avançados de Segurança e Defesa (APPASDEF), tutelando estas áreas tanto no plano da Defesa Nacional como da Segurança Interna. Libertará assim os organismos ministeriais de funções executivas para as quais não têm vocação e ultrapassará as dificuldades em assegurar a necessária continuidade dos processos, em virtude da intermitência dos ciclos políticos.

Em apoio à estrutura operacional, sempre que necessário, deverá ser possível recorrer a um Conselho Consultivo, que reúna um universo alargado de interlocutores com interesse direto no desenvolvimento da BTID e cuja intervenção deverá ser garantida através de canais de comunicação permanentes, reuniões cíclicas, consonantes com um *battle rhythm* a estabelecer no plano dos processos.



4. Processos

No que concerne aos processos, considera-se que a decisão política, no plano nacional, deve tomar como referência o calendário correspondente dos órgãos da União Europeia, nomeadamente: do Conselho; da liderança política da PESCO (EEAS); e do Secretariado da PESCO (EEAS-EUMS-EDA).

Tomando com referência o estabelecido pelo *Council Recommendation Concerning a Roadmap for the Implementation of PESCO*, de 06.03.2018, o período entre outubro e maio compreende não só os pontos de decisão no quadro da União Europeia, nomeadamente, a apresentação das candidaturas aos projetos PESCO em maio, mês em que se processa a respetiva *call* e a reunião do Conselho de dezembro, onde se procede à sua aprovação, mas, também, as ações encetadas no plano nacional dos Estados-membros.

Estas, no tocante à apresentação das respetivas candidaturas aos projetos PESCO, têm como marcos importantes a revisão e informação ao Secretariado da PESCO dos respetivos Planos Nacionais de Implementação dos projetos PESCO, a realizar em janeiro e a formulação, em novembro, dos novos projetos a submeter ao Secretariado da PESCO em maio do ano seguinte, aquando da *call* seguinte.

Deverão, naturalmente, subordinar-se a este calendário os procedimentos no plano nacional. Consequentemente, quer ao nível político-estratégico como estratégico-militar (da DGPDN, DGRDN, EMGFA e Forças Armadas) como no âmbito político, os diferentes ministérios com intervenção no plano externo (MDN, MNE, MPlan) e com responsabilidades no âmbito interno (MEcon, MCTESup), deverão no seu conjunto coordenar as respetiva decisões e procedimentos em linha com o calendário do Secretariado e do Conselho acima exposto.

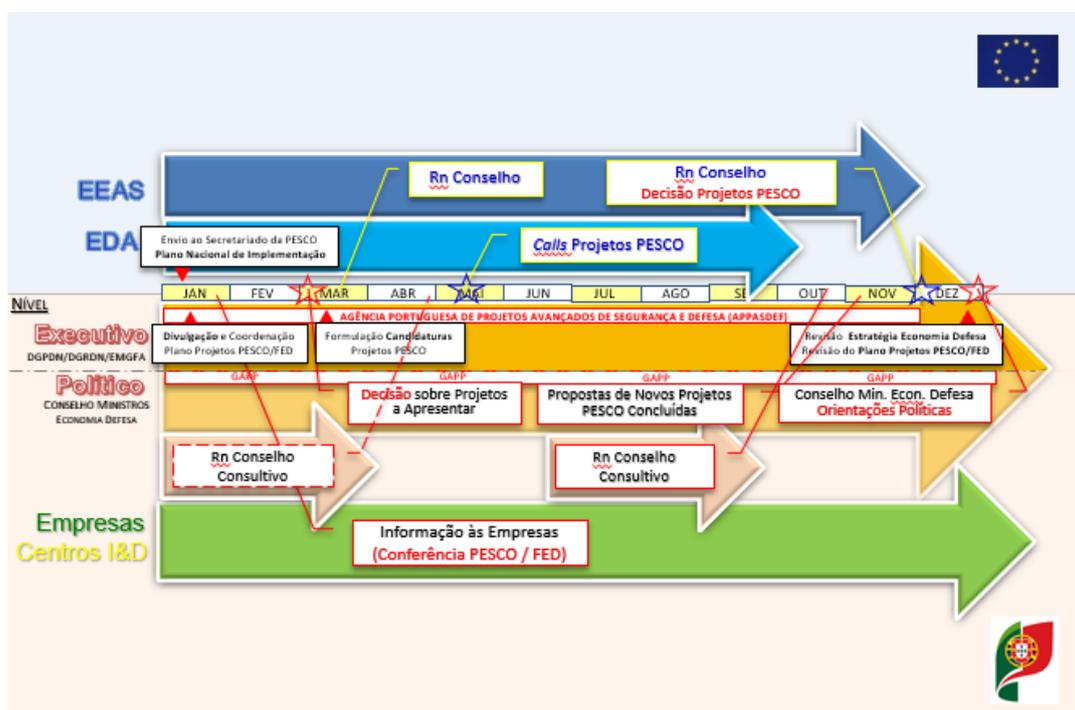
No mesmo sentido, caberá à Agência Portuguesa de Projetos Avançados de Segurança e Defesa constituir a linha da frente para a operacionalização dos processos, articulando a sua ação com outros agentes relevantes do ecossistema da indústria de Defesa, com especial destaque para a idD. Assegurará ainda a certificação do interesse dos projetos, desenvolvendo uma atividade de *competitive intelligence* no sentido de explorar oportunidades, selecionar parceiros e mitigar risco. Em síntese, apoiar a indústria e o sistema científico-tecnológico nos domínios que só o Estado tem capacidade para assegurar.

Por outro lado, o órgão de conselho que se reputa importante constituir (Conselho Consultivo) para assessoria do patamar operacional, poderá ser convocado em datas relevantes para apoio ao processo de decisão política. Indicam-se as datas de outubro para a recomendação sobre os novos projetos e, eventualmente, de abril, imediatamente antes da sua apresentação ao secretariado da PESCO.

Recomenda-se a realização de uma atividade anual, de âmbito alargado, para informação à indústria, a realizar em moldes semelhantes à da conferência de 10.04.2019, com idêntico objetivo de analisar, conjuntamente com empresas, centros de investigação e outros

stakeholders, os “Desafios e Oportunidades para a Indústria de Defesa Nacional”.

Seguindo este racional, esboça-se abaixo a cronologia de procedimentos ao longo do ano, tomando como referência o ciclo da PESCO na União Europeia e apresentando os correspondentes, que será conveniente encetar no quadro nacional, no sentido de compatibilizar a agenda nacional com a da União Europeia.



5. Conclusões

Em síntese, a operacionalização da vontade política de transformar os desafios da PESCO e do Fundo Europeu de Defesa numa Oportunidade para a BTID do nosso país, exige que a par da atual clareza de propósitos, sejam implementadas as estruturas necessárias e, sobretudo, os processos ajustados a uma conjugação de esforços entre os diferentes *stakeholders*, tendo por fim último a conjugação do interesse nacional com o desígnio de autonomia estratégica da União Europeia.